

CADERNOS DO

terceiro mundo

CARAPINTADAS

A crise de
identidade
militar

PUBLICAÇÃO MENSAL Nº136 • Cr\$450,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$585,00 • ANO XIII

ANOS 90



C. Gatto

A NOVA DIVISÃO DO MUNDO

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

A BATALHA DOS TRILHOS
Bases Para Uma Política Nacional De Transporte
Francisco Cunha Jr.



Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superaram 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários

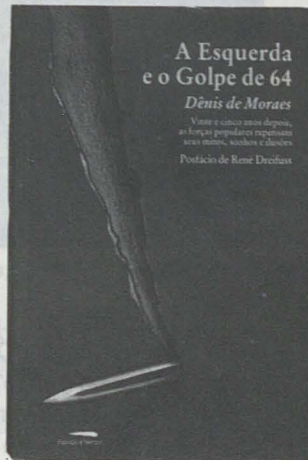
subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$ 800,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se aliavam com Jango, como o general Néelson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$2.000,00

DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA

Celso W. Bueno

Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de



produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga a baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$2.000,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados, com descontos que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome

Endereço

Bairro.....Cidade.....

Estado.....CEP.....Tel.....

Profissão.....

Assinatura

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para assinantes.
- ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

VALIDADE 20.02.91

APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Rua da Glória 122 - gr.104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 Tel.: (021) 252-7440

A DERROTA DA DIALÉTICA

Leandro Konder



Na verdade, são apresentadas duas derrotas da dialética. Uma que se consumou no interior do "marxismo-leninismo" e a outra, mais ligada ao Brasil, onde o modo de pensar positivista acabou favorecendo a versão stalinista do marxismo, causando extensos prejuízos à consciência revolucionária. Além deste exame na mentalidade da nossa esquerda e das pesquisas feitas na Alemanha, França e Argentina, Konder amplia a força deste livro com sua própria trajetória intelectual, marcada pelo golpe de 64 e pelo AI-5. 222 pág.

E-215 Cr\$ 2.240,00

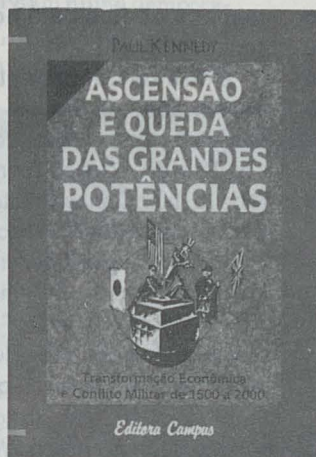
ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Paul Kennedy

No séc. XVI ou quase no séc. XXI, uma nação afirma seu poderio militar de acordo com os recursos econômicos que possui. Assim, em uma brilhante análise das razões da ascensão e declínio das grandes potências do passado, Kennedy define todos

os impasses das potências modernas. Erros que se repetem, tendências, conflitos, dilemas e táticas, fazendo da História das Nações a história de uma tentativa de equilíbrio de forças. 688 p.

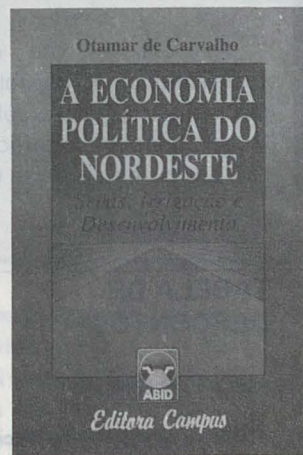
E-220 Cr\$ 4.990,00



A ECONOMIA POLÍTICA DO NORDESTE

Secas, Irrigação e Desenvolvimento

J. Otamar de Carvalho



Destruindo o mito conveniente de que a seca é a causa do atraso do Nordeste, Otamar de Carvalho "mapeia" o território nordestino disposto a não deixar canto inexplorado. Começando pela apreciação geral

da economia do Nordeste, continua pela delimitação da área sujeita às secas. A finalização é um exame minucioso, no qual mostra as razões verdadeiras do atraso e as possibilidades de desenvolvimento. O autor é agrônomo, ex-diretor da Assessoria Técnica da Sudene e doutor em Economia pela Unicamp. 520 p.

E-216 Cr\$ 3.030,00

A FACE OCULTA DA DROGA

Rosa del Olmo



O que existe por trás deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são questões que Rosa del Olmo levanta e discute em *A face oculta da droga*. 87 p.

E-212 Cr\$1.160,00

A OUTRA

Um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado
Miriam Goldenberg

"Este livro é uma contribuição original e inovadora no campo das Ciências Humanas, no Brasil. Pela sua clareza e

franqueza traz dados preciosos para a melhor compreensão de trajetórias de mulheres que vivem em período turbulento, de óbvias transformações no campo da moral, das relações amorosas e da família.

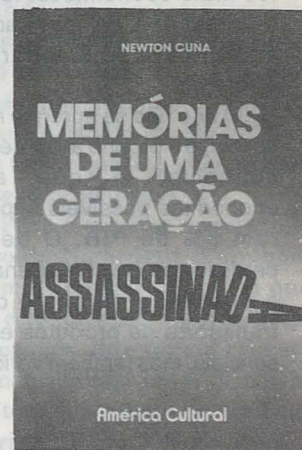
Este material só poderia ter sido coletado por pesquisadora dedicada e sensível. Ao analisar seus dados, Miriam Goldenberg levanta questões que abrem caminho para novas pesquisas. Como todo trabalho pioneiro, este terá, forçosamente, desdobramentos." Gilberto Velho - 84 pág.

E-222 Cr\$ 970,00

MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO

ASSASSINADA

Newton Cuña



É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro em um ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece a literatura de bom gosto. 138 pág.

E-206 Cr\$ 800,00

CADERNO POSTAL

Peça por cupom
ou disquete
(021)252-7440



O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
(Depoimento a José
Louzeiro) – 2ª Edição

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no *front* das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas descon-

hecidos mas, sobretudo, ter-giversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$1.900,00



ALBÂNIA

O mosteiro Vermelho
Edouard Bailby

Trancada dentro das suas fronteiras, adversária declarada das orientações ideológicas do Partido Comunista soviético, depois da morte de Stálin em 1953, a Albânia não tem uma situação comparável ao resto do Leste europeu. Não há nenhuma oposição interna organizada frente ao aparelho do Estado. No exterior, os movimentos hostis ao regime carecem de força real.

Os dirigentes de Tirana continuam firmes na sua convicção de que os últimos acontecimentos na União Soviética e no Leste europeu são a consequência direta da política "revisonista" inaugurada por Nikita Kruschev. "O socialismo perdeu uma batalha mas não

perdeu a guerra", declarou à imprensa Xenophon Nuschi, embaixador da República Popular Socialista da Albânia em Paris. Pouco antes, o Partido do Trabalho da Albânia reafirmou claramente as suas posições marxistas-leninistas, rejeitando qualquer forma de multipartidarismo e su-blilhado novamente o papel "fundamental" do partido na edificação do socialismo. 80 p.

E-224 Cr\$ 900,00

FIDEL: O FUTURO DO SOCIALISMO

Entrevista a Beatriz Bissio

As mudanças no Leste Europeu provocaram um realinhamento de forças a nível mundial, pondo fim não somente à Guerra Fria como à bipolaridade surgida no pós-guerra. E tiveram profundas repercussões no plano econômico mundial, sobretudo no bloco socialista.

O novo perfil das relações internacionais afeta diretamente Cuba, o único país socialista da América Latina, cuja economia – ainda que muito desenvolvida em relação ao estágio em que se encontrava em 1950, quando triunfou a



Revolução –, está longe da auto-suficiência, em particular em matéria energética.

Essas questões – que se transformam em grandes desafios para o futuro do socialismo em Cuba – são abordadas nessa entrevista exclusiva que o Presidente Fidel Castro concedeu a Beatriz Bissio, editora da revista caderno do terceiro mundo, em Havana. Trata-se de um depoimento honesto e profundo do Líder máximo da Revolução Cubana. 64 p.

E-225 Cr\$ 650,00



CHIE-PARRA Latino América Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança.

Uma catarsis psico-histórico-musical-revolucionária. E de novo a vontade de recolocar na vitrola os discos de Parra, e de novo a vontade de repor na parede o poster de Che." Sérgio Ricardo – 100 p.

E-223 Cr\$ 1.000,00

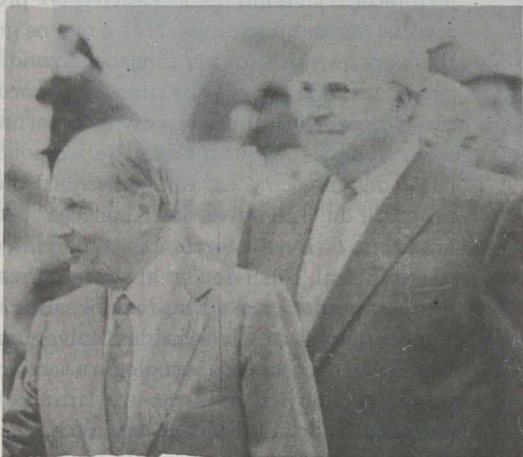
Um ano após a invasão norte-americana, o Panamá se vê submergido numa profunda crise política, social e econômica.

Protestos populares, divisões dentro do governo e insatisfação militar criam um clima de grande instabilidade. **10**



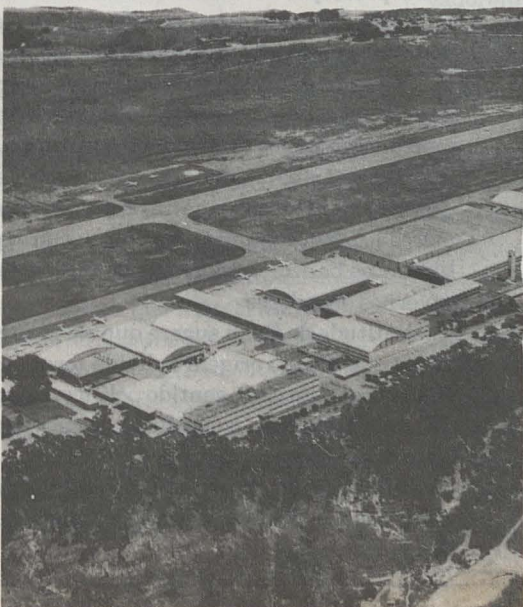
A Europa retoma um papel central no mundo na década de 90.

No Oriente, o Japão se vê impelido a assumir a hegemonia regional, de que se afastam os Estados Unidos, acossados pela crise econômica. **34**



Dos quartéis para fábricas e laboratórios? O fim da Guerra Fria leva os militares latino-americanos a um vácuo.

Na prioridade do desenvolvimento para nossas nações, que papéis poderão desempenhar as forças armadas? Os segmentos fardados já envolvidos com a pesquisa de ponta sugerem um caminho. **44**



2 PANORAMA

8 CARTAS

10 AMÉRICA LATINA

Panamá: Um castelo de cartas 10

Pacto Andino: Rumo à uniã alfandegária 14

16 ORIENTE MÉDIO

Iraque-Kuait: Uma solução cirúrgica 16

18 ECONOMIA

Dívida externa: Pior que antes 18

21 ÁFRICA

A febre privatizante 21

Etiópia: Os custos da guerra 24

27 ÁSIA

Nepal: A jovem democracia em perigo 27

Uma catástrofe ecológica? 28

Butão: Uma mistura explosiva 30

31 CULTURA

Manuel Rui: O alerta dos boatos 31

34 MATÉRIA DE CAPA

Anos 90: Um mundo em transformação 34

SUPLEMENTO BRASIL

44 Política

Carapintadas: A crise da identidade militar 44

46 Ecologia

Um julgamento para o mundo 46

48 Governadores

Um pacto pelo desenvolvimento 48

Contra a recessão 49

50 Ação Social

Municípios criam Frente Social 50

53 Carnaval

Exorcisando o mal 53

55 Saúde

Enfisema pulmonar, você pode evitá-lo 55

56 Panorama Nacional

60 Página Aberta

O monopólio necessário 60

HAITI A vitória do padre Aristide

O padre católico Jean-Bertrand Aristide, o favorito nas eleições presidenciais haitianas de 16 de dezembro, confirmou as previsões e obteve uma ampla margem de votos nas principais cidades do país sobre Marc Bazin, um ex-economista do Banco Mundial apoiado pela extrema-direita. Aristide obteve 70,6% dos votos, contra 12,6% de Bazin, resultado que descarta a possibilidade de um segundo turno.

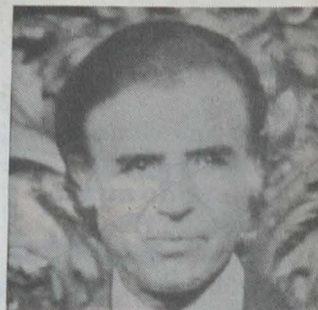
As eleições – a terceira consulta popular em quatro anos – foram uma nova tentativa da sociedade haitiana de superar o círculo de autoritarismo e corrupção que se apossou do país após a fuga do ditador Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*, rumo à França. Dias antes do pleito, os candidatos pediram à população para evitar desordens e manter a calma, de forma a não permitir atos violentos como os que marcaram as duas eleições anteriores.



Jean-Bertrand Aristide

Apesar da desorganização geral no dia do pleito, vários especialistas internacionais, como o ex-presidente James Carter, presentes no Haiti disseram que não havia elementos que pudessem invalidar a vitória do padre Aristide. Carter afirmou que “os dados que chegaram até ele não deixam dúvidas sobre a escolha do religioso para o cargo de presidente”. No mesmo dia das eleições uma multidão saiu às ruas para comemorar a vitória de Aristide. Duas mil pessoas se aglomeraram frente ao quartel de Fort Dimanche, que na época do *Baby Doc* era um calabouço de prisioneiros políticos, quando soldados que passavam num caminhão atiraram contra a multidão, matando uma mulher grávida e ferindo outras 18 pessoas, entre elas duas crianças.

Mas, salvo este lamentável incidente, tudo indica que, desta vez, o povo haitiano conseguiu se expressar livremente. Falta agora ver se as forças derrotadas, que são as mesmas que deram apoio a Duvalier, aceitam o veredito popular e entregam o poder ao jovem sacerdote vitorioso.



O presidente dos EUA elogiou Menem pelo envio de tropas ao Golfo

AMÉRICA LATINA O recado de Bush

Em meio a um desmedido esquema de segurança, o presidente norte-americano George Bush realizou uma turnê de sete dias por cinco países da América do Sul – Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Venezuela. Em cada nação visitada, Bush destacou a importância de fortalecer o sistema democrático e fez promessas de maciços investimentos norte-americanos. Mas o que os governos esperavam ouvir de Bush era o anúncio de mudanças nas condições de negociação da dívida externa com os bancos credores. E não aconteceu nada disso. Bush foi categórico em afirmar que a dívida externa é um assunto “dos governos com os bancos”, e que a Casa Branca pouco podia fazer para mudar o rumo das negociações. Em contrapartida, insistiu na sua conhecida proposta da “Iniciativa das Américas” (essa Iniciativa pretende criar uma zona de livre intercâmbio comercial, do Alasca à Patagônia).

No Brasil, Bush deu sinal verde para a venda de uma placa de supercomputador para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), sempre que sejam estabelecidas “salvaguardas adicionais”, isto é, que o Brasil não repasse essa tecnologia a terceiros países. Na Argentina, onde chegou dois dias após a última rebelião dos *carapintadas*, o presidente norte-americano deu seu apoio ao governo democrático e felicitou o presidente Menem pelo envio de tropas ao Golfo Pérsico.

No Uruguai, prometeu rever a taxaçoão aos produtos daquele país no mercado norte-americano, enquanto no Chile se comprometeu a estudar a proibição de venda de armas aos militares chilenos e rever os impostos às exportações desse país. Na Venezuela, Bush assinou contratos para importar mais petróleo, em troca de investimentos.

Segundo os comentaristas internacionais, a visita deixou em evidência, que, com países latino-americanos em plena recessão, com mercados internos destruídos e acentuado atraso tecnológico, a zona de livre intercâmbio regional servirá somente para a sobrevivência da indústria norte-americana, que precisa urgentemente de novos mercados. Em segundo lugar, ficou claro que a Casa Branca optou por liberar os bancos credores para negociarem sem interferência com os governos devedores.

A atitude de Bush sugere que ele esqueceu que os empréstimos privados que deram origem à dívida foram aprovados pela própria Casa Branca com um claro sentido político: a exportação de capital era o eixo de uma tática para subordinar os mercados latino-americanos a Washington.

Outro recado que Bush deixou é que para chegar a entendimentos comerciais ou de qualquer outra índole é fundamental o pagamento da dívida externa.

COLÔMBIA

A terceira opção

A coalizão liderada pelo ex-grupo guerrilheiro M-19 conseguiu na Colômbia o que parecia quase impossível nos últimos 170 anos: quebrar o bipartidarismo de liberais e conservadores, e se firmar como uma terceira opção política nesse conturbado país.

Nas eleições de 10 de dezembro passado, para escolher uma Assembléia Constituinte, as três forças ficaram com quase o mesmo número de votos, sendo mínimas as diferenças. O M-19 obteve 27%, o Partido Conservador 26,9% e o Partido Liberal 26%. O restante ficou dividido entre candidatos indígenas, pastores evangélicos, dois representantes

da União Patriótica (UP), um líder estudantil e até uma vi-dente, chamada "Regina 11".

Em número de cadeiras, os liberais - que concorreram em 36 legendas diferentes - terão 23, os conservadores 20,



Navarro Wolf, do M-19, foi o candidato mais votado

e o M-19 contará com 19 representantes. O líder do ex-grupo guerrilheiro, Antonio Navarro Wolf, foi o candidato mais votado, tendo recebido quase um milhão de votos, cifra nunca atingida por um candidato fora dos partidos tradicionais.

Mas a ruptura do histórico bipartidarismo colombiano não foi o único fato que mar-

cou o pleito. A grande personagem foi o índice de abstenção, que foi de 70% dos cadastrados para votar. O voto na Colômbia não é obrigatório e todas as eleições anteriores tiveram um índice de abstenção superior a 50%.

Políticos dos partidos tradicionais não se conformaram com os resultados, e alguns deles disseram à imprensa que o número de abstenções coloca em questão a Constituinte. A proposta de convocação de uma Constituinte ganhou força nas eleições legislativas de março de 1990, quando, além da escolha de novos parlamentares, os eleitores se manifestaram também sobre a Assembléia. A idéia teve o apoio de mais de 90% dos eleitores, dado que contrasta com os 30% que foram votar em 10 de dezembro.

O drama dos refugiados

Entre 25 e 30 mil refugiados centro-americanos - a maioria deles pertencentes a famílias que fugiram da guerra civil em El Salvador e Guatemala - estão vivendo em Belize, onde encontraram condições para trabalhar em paz. Mas a sua incorporação a esse país centro-americano de 175 mil habitantes e 23 mil quilômetros quadrados não tem sido fácil.

Belize tem fronteiras com o México, Guatemala e Honduras, porém, racial e culturalmente, está muito mais ligada ao Caribe de língua inglesa que à América Latina de língua espanhola. De fato, a Espanha nunca conseguiu se fixar em Belize, onde encontrou forte resistência dos grupos nativos. Os ingleses, por sua vez, se apossaram da sua região costeira e acabaram ficando por lá, até a independência, em 1981, imprimindo ao país características muito especiais. A barreira idiomática é só a mais visível das dificuldades que esses contingentes de perseguidos

políticos ou emigrados econômicos centro-americanos devem transpor. O problema maior é mesmo adaptar-se a uma realidade cultural completamente diferente da salvadorenha ou da guatemalteca.

Os refugiados são, na sua maioria, mestiços de índios maias e espanhóis, enquanto os habitantes de Belize são *criollos*, isto é, filhos de ingleses e africanos, muitos dos quais alimentam uma certa rivalidade com relação ao resto dos centro-americanos.

Os meios de comunicação de Belize têm acusado os emigrantes de contribuir para o aumento da delinquência no país, enquanto o governo só reconhece o *status* de refugiados a cinco mil salvadorenhos e guatemaltecos, dificultando, assim, a inserção de todos os demais no mercado de trabalho do país.

Muitas famílias de refugiados vivem em improvisadas favelas de casas de madeira e folhas de palmeira. Essa difícil situação provocou a intervenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que está promovendo projetos de desenvolvimento com vistas a criar fontes de trabalho para os centro-americanos.

Ao discursar no ato de formação de oficiais do exército, o presidente salvadorenho Alfredo Cristiani afirmou que as forças armadas desse país têm condições de derrotar militarmente a guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), mas que isso significaria um "sacrifício ainda maior" para El Salvador.

Numa referência à ofensiva militar guerrilheira de fim de ano, o presidente disse que "na medida em que a FMLN aumenta suas ações, temos que responder com a mesma dose".

O discurso de Cristiani foi feito na mesma semana em que as forças armadas salvadorenhas sofreram uma das mais esmagadoras derrotas nos últimos anos. Após intensos combates na região de Chalatenango, ao norte do país, pelotões da FMLN desmantelaram várias unidades de tropas de elite do batalhão Eusebio Bracamonte.

NEL SALVADOR Novamente a guerra

Cerca de 200 soldados do batalhão de elite fugiram rumo ao território da vizinha Honduras, abandonando armas, feridos e mantimentos. Segundo informaram as clandestinas "Rádio Venceremos" e "Rádio Farabundo Martí", as tropas guerrilheiras causaram 100 baixas às tropas governamentais, além de capturar 12 soldados. Os feridos foram entregues a unidades da Cruz Vermelha.

Um dos chefes da FMLN em Chalatenango, Germán Serrano, disse que o batalhão de elite "Bracamonte" (um dos mais ativos na repressão aos camponeses salvadorenhos) ficou desarticulado e "praticamente desapareceu".

A força aérea também sofreu perdas durante o mês de dezembro. A FMLN

derrubou três aviões e dois helicópteros e avariou outros dois aviões, utilizando mísseis terra-ar e fogo de artilharia.

O ministro da Defesa de El Salvador, René Emilio Ponce, declarou que o incremento de ações militares rebeldes pode fazer com que os Estados Unidos "descongelem" uma ajuda militar de 43 milhões de dólares ao país centro-americano, para repor as perdas dos aviões e manter a supremacia aérea sobre a guerrilha.

O pacote de ajuda militar foi "congelado" pelo Congresso norte-americano pela demora do governo salvadorenho em investigar o assassinato de seis sacerdotes jesuítas em junho do ano passado.

Altos dirigentes do governo – como o próprio ministro da Defesa – teriam tomado conhecimento do plano de assassinar os sacerdotes, mas o processo aberto para investigar o caso está quase parado.

O GUATEMALA exército: culpado

A Procuradoria de Direitos Humanos da Guatemala acusou formalmente o exército desse país pelo massacre de camponeses indígenas na localidade de Santiago Atitlán, em princípio de dezembro.

O procurador Ramiro de León acusou o "exército como instituição" pelos assassinatos e assinalou como autores do fato um tenente da reserva da Infantaria e dois subtenentes do destacamento militar de Cantón Panabaj, em Santiago Atitlán.

Cerca de três mil camponeses desarmados, todos indígenas *tsutuhuiles*, que levantavam bandeiras brancas de paz, reuniram-se no domingo, 2 de dezembro, em frente ao quartel de Santiago Atitlán para exigir das autoridades militares explicações sobre a invasão de uma casa no dia anterior. O exército abriu fogo antes de começar o diálogo, provocando a morte de 18 pessoas e deixando mais de 20 feridos. Entre estes últimos, estavam o prefeito em fim de mandato e seu substituto já eleito. Segundo a Procuradoria de Direitos Humanos – que é um órgão estatal –, o massacre de *tsutuhuiles* se enquadra na regulamentação do direito in-

ternacional como *genocídio*.

O documento assinado pelo procurador De León censurou "publicamente o exército de Guatemala" pelos fatos, exigiu que os três oficiais capturados e outros que tenham participado do massacre sejam levados aos tribunais e pediu o afastamento do comando militar de Santiago Atitlán. Esse afastamento foi ordenado logo depois pelo próprio presidente Vinicio Cerezo Arévalo.

A procuradoria afirma que nos dias anteriores ao crime, puderam se confirmar na região "atos de intimidação, abuso

de autoridade, repressão, controle da população, execuções extra-judiciais e desaparecimentos de pessoas" de que foram vítimas moradores de Santiago Atitlán. A instituição desmentiu versões oficiais de que se tratou de uma "ação de soldados em estado de embriaguês", ou que a tropa tenha sido provocada pelos camponeses.

Por sua parte, o ministro da Defesa da Guatemala, general Leonel Bolaños, disse

que os responsáveis pelos "incidentes" eram dois militares, o tenente José O. Rodríguez, chefe do destacamento militar, e o sargento Efraín García. Segundo o ministro, os dois deverão comparecer perante um tribunal militar. Os acusados não foram apresentados à imprensa e seu paradeiro continua desconhecido.



Soldados guatemaltecos: responsabilizados pelo massacre

PERU Aprofunda-se a crise

O governo do Peru decidiu intervir, através da Superintendência de Bancos e Seguros, no Banco Mineiro (estatal), ao comprovar que seu déficit superava os 100 milhões de dólares. O Banco, que foi criado com o objetivo de reativar a mineração, pode ainda ser liquidado por quebra, se não for possível sanear a suas finanças. O presidente Alberto Fujimori anunciou que não destinaria recursos às empresas estatais deficitárias.

O superintendente de Bancos e Seguros, Hugo García Salvatecci, disse à imprensa que a intervenção no banco foi determinada pelo presidente do Conselho de Ministros, Juan Carlos Hurtado Miller (que também detém a pasta da Fazenda), mas que a medida era de caráter administrativo e por apenas 180 dias.

Mesmo assim, a intervenção teve que ser feita sob o amparo de medidas especiais. Segundo a legislação peruana, um banco de fomento não pode ser fechado, senão com uma lei específica. O diretor do Banco Mineiro, Enrique Santisteban, afirmou que quando assumiu a instituição, em agosto passado, o banco já tinha suspenso os empréstimos, não tinha liquidez alguma e só comprava e vendia ouro. Os problemas teriam sido causados, segundo trascendeu, por créditos a empresas fantasmas, que receberam os empréstimos como favor político, durante os governos anteriores.

A intervenção do banco foi um degrau a mais na escalada da crise econômica peruana. A situação vivida nesse país nos últimos dias de 1990 começou a se desenhar quando a ministra da Educação, Gloria Helfer – a mais popular do gabinete, segundo enquetes – renunciou por discordar da decisão do governo de rebaixar os salários dos professores. Fujimori aceitou a renúncia de Helfer, mas recuou na questão salarial.

Em meados de dezembro, o governo decretou um novo aumento no preço dos combustíveis. Após dois meses de inflação abaixo da casa dos 10%, em dezembro o índice atingiu quase 20%. Nessas condições, o Congresso teve que aprovar às pressas um orçamento para 1991 cheio de imprecisões, pois se não fosse votado antes do dia 15 de dezembro, o Poder Executivo teria a prerrogativa de impor o projeto preparado pelo seu gabinete.



Presidente Alberto Fujimori



A conferência de Bruxelas foi suspensa sem resultados concretos

GATT Decepção geral

As enormes expectativas Ageradas pelas prolongadas negociações da Rodada Uruguai do Gatt, que iriam culminar na reunião de Bruxelas de dezembro passado, acabaram em frustração. O encontro terminou sem definições e só “nos primeiros meses de 1991” se dará continuidade às negociações, diante do impasse criado com o tratamento dos subsídios agrícolas.

O encontro de 106 países chegou a um ponto morto quando um grupo de nações, entre as quais os Estados Unidos, pediu aos representantes da Comunidade Econômica Européia (CEE) que diminuíssem os subsídios estatais para a agricultura, a fim de evitar os prejuízos que isso traz para os produtores agrícolas de outras partes do mundo. A CEE se manteve irredutível nas suas posições.

Apesar da maioria dos países do Terceiro Mundo participar da conferência, eles quase não tiveram oportunidade de colocar seus pontos de vista e nem foram escutados. Em várias oportunidades, ameaçaram se retirar das conversações. Para os países subdesenvolvidos, a suspensão do encontro foi uma decepção, pela pouca disposi-

ção demonstrada pelas nações ricas em flexibilizar suas políticas.

A Rodada Uruguai foi testemunha, no entanto, de uma inusual aliança do Sul (especialmente a África) com os Estados Unidos, na proposta da eliminação dos subsídios da CEE à sua agricultura. Porém, como assinalou o representante holandês, “todo mundo falou em nome do Sul, mas ninguém se interessou em conhecer os seus verdadeiros interesses”.

Com a suspensão do encontro, o diretor geral do Gatt, Arthur Dunkel, foi encarregado de formar uma comissão ministerial que definirá a data para a próxima reunião.

O chanceler uruguaio e presidente da conferência, Hector Gross Spiel, afirmou que as diferenças entre as propostas da CEE e os Estados Unidos tornaram impossível qualquer tipo de acordo, motivo pelo qual se decidiu pela suspensão da reunião. Gross Spiel manifestou também seu desejo de evitar o colapso da Rodada Uruguai, pois o desaparecimento do órgão “agravará ainda mais a situação dos países subdesenvolvidos”.

Por sua parte, o representante do Brasil, Marcos Castriotto, disse à imprensa que a inflexibilidade da CEE foi o “principal responsável” pelo fracasso da conferência de Bruxelas.

RUANDA Onda de violência

Uma intensa atividade diplomática está em curso para conter a onda de violência política que tomou conta da diminuta República de Ruanda, encravada na África central. Com 56 mil km² e fronteiras com Uganda, Zaire, Burundi e Tanzânia, Ruanda foi uma colônia da Bélgica até 1962, quando obteve a independência.

Os sete milhões de habitantes do pequeno país pertencem a várias tribos. A maioria é formada pelos *hutus*, uma etnia de origem banto, e há ainda os *tutsis*, ou *watusis*, e os *tuas*. Entre eles existem velhas rivalidades, que têm causas econômicas e se devem à disputa de áreas de influência.

Depois da revolta contra a dominação dos *tutsis*, em 1959, dezenas de milhares deles tiveram que emigrar para os países vizinhos, especialmente o Burundi e Uganda. Quando muitos deles tentaram regressar ao país em 1982, forçados pela expulsão em massa decretada pelo governo de Uganda, Ruanda alegou que o país estava superpovoado, e lhes negou o direito de entrada.



Conflitos étnicos geram violência no país

Agora, oito anos mais tarde, o drama se repete: milhares de refugiados ruandeses ingressaram no país, provenientes de Uganda, no início de outubro, mas foram recebidos pelas tropas do governo de Juvenal Habyarimana a bala.

Em vez de desistir, os emigrantes decidiram organizar a Frente Patriótica de Ruanda e se armar para entrar em combate com as tropas governamentais. Seu objetivo já não era tratar de obter a autorização para poder ficar no país. A meta declarada é lutar até conseguir derrubar o presidente.

O chefe das operações militares é o major-general Fred Rwegima, um refugiado ruandês que morou em Uganda durante muitos anos, ao ponto de ter-se incorporado ao Exército Nacional da Resistência de Uganda (ENRU), a organização montada pelo atual presidente Museveni, para combater e derrubar o antigo regime ditatorial ugandense.

Com o acirramento dos combates, a Bélgica, França e Zaire enviaram tropas a Kigali, a capital de Ruanda, alegando a necessidade de dar proteção aos seus cidadãos residentes nesse país. Mesmo depois da independência, milhares de belgas continuaram morando em Ruanda. Menos numerosas são as colônias de franceses e zaienses.



José Eduardo dos Santos: avanços nas negociações

ANGOLA Perspectivas otimistas

Uma nova era de cooperação entre a União Soviética e os Estados Unidos não somente está alterando a geopolítica do hemisfério Norte, como promove mudanças antes impensáveis no hemisfério Sul. É o caso de Angola, onde os confrontos entre o governo do MPLA, apoiado por Moscou, e o grupo contra-revolucionário Unita, financiado por Washington, estão chegando ao fim.

O último diálogo entre as partes em conflito aconteceu em meados de dezembro em Washington, nas dependências do Departamento de Estado. Previamente, o secretário de Estado norte-americano James Baker e o então chanceler soviético Eduard Shevardnadze se reuniram durante dois dias em Houston para discutir os principais problemas pendentes entre os seus países. Além de estudarem a situação atual do programa de redução de armas estratégicas e o caso do Afeganistão, decidiram traçar a estratégia que adotariam pouco depois, em Washington, quando se encontrariam com representantes do governo de Angola e da Unita.

Nessa ocasião, após meses de negociações que não produ-

ziram avanços significativos, finalmente os representantes da União Soviética e dos Estados Unidos, assim como o delegado do governo português, que mediou a reunião devido à condição de seu país de ex-metrópole, conseguiram progressos importantes.

O presidente angolano José Eduardo dos Santos está pessoalmente empenhado no processo de paz há vários anos. Mas sempre esbarrou na intransigência de Jonas Savimbi, o líder da Unita. A atitude mais flexível de Savimbi na última reunião (ele foi recebido por Bush na Casa Branca) leva a pensar que ele percebeu uma mudança de atitude dos norte-americanos e teria compreendido que está na hora de negociar.

Lopo do Nascimento, que representou o governo angolano nas negociações, mostrou-se otimista sobre o futuro do diálogo com a Unita. Ele é um veterano nesse tipo de negociações. Já em 1975, antes da independência do seu país, quando era primeiro-ministro do governo de transição, tinha chefiado uma delegação que negociou em Lisboa um cessar-fogo com a Unita.

Agora, tudo isso, somado às iniciativas internas do presidente Dos Santos, está favorecendo uma aproximação entre os dois lados em luta, que conta com o aval dos seus principais aliados internacionais.

CHADE Panorama confuso

O final do ano em Ruanda esteve marcado pela tensão e a violência. O general Idriss Deby, treinado pela França, a ex-metrópole colonial, entrou triunfalmente a 2 de dezembro na capital, N'Djamena, e tomou o poder, obrigando o presidente Hiss'ene Habré a exilar-se na República dos Camarões.

Numa entrevista concedida pouco de assumir o governo, o novo homem forte do Chade, que era assessor de Habré até um ano atrás, disse que o seu principal objetivo era criar um sistema democrático pluripartidário. O general Deby se comprometeu, de fato, a transformar o seu país num exemplo de democracia africana.

Mas isso não é suficiente para explicar porque o general deu o golpe. Em dezembro do ano passado, o presidente Habré tinha promovido um referendo, através do qual – segundo os dados oficiais – 99% dos chadianos aprovaram uma nova Constituição, que previa a adoção do sistema pluripartidário agora anunciado pelo general.

Por essa e outras razões, vários comentaristas africanos se



As tropas do general Deby entram na capital, N'Djamena

mostraram céticos em relação aos verdadeiros propósitos do novo dirigente chadiano e temem que possa continuar a instabilidade que tem caracterizado este país de cinco milhões de habitantes encravado no deserto do Saara.

A guerra civil no Chade já dura 25 anos, e há uma década o governo chadiano luta com a Líbia, o seu vizinho do norte, por causa da disputa territorial envolvendo a Faixa de Aouzou, um trecho de 100 quilômetros quadrados quase totalmente desértico, onde se presume existir valiosos minerais, entre eles urânio.

A ex-metrópole colonial ainda tem muita influência no Chade. Apesar do desejo do presidente deposto de contar com apoio das tropas francesas estacionadas no país para debelar a crise, o governo de Paris ficou alheio à disputa e só interveio para retirar das áreas em conflito os cidadãos franceses.

O relatório da Anistia Internacional publicado em fins do ano passado, em Londres, inclui duras denúncias de violações aos direitos humanos no Irã. O documento afirma que mais de cinco mil pessoas foram executadas pelo governo de Teerã desde setembro de 1987, a maior parte delas nos dois últimos meses de 1990.

A responsável pelas execuções é uma comissão encarregada de julgar sumariamente os acusados de supostos crimes contra o Estado. Segundo a Anistia Internacional, o governo nomeia para julgar esses delitos funcionários públicos, que passam a integrar o que a organização de defesa dos direitos humanos chama de

IRÃ Direitos violados

“comissão da morte”.

A Anistia afirma, ainda, que no Irã os opositores do regime muitas vezes são detidos e torturados, simplesmente por assinar uma carta que cri-

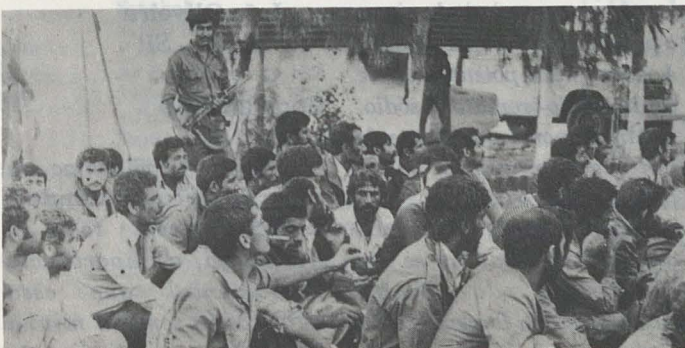
tica a falta de liberdade no país.

Segundo o relatório, 300 pessoas foram mortas nos primeiros seis meses de 1990. Muitas delas estavam na pri-

sonal há vários anos. Além de presos políticos, entre as vítimas estão acusados de narcotráfico. Desde que em 1989 o governo do Irã introduziu uma nova legislação antidrogas, com punições muito mais severas que as anteriores, o número de execuções de acusados de tráfico de drogas aumentou substancialmente.

Mas, para a Anistia, o mais preocupante mesmo é o aumento do número de casos de condenados ‘a morte por delitos políticos, não só porque se trata de acusações muito menos justificáveis, mas também porque as execuções em geral são feitas sob o maior sigilo e nem a família das vítimas recebe qualquer informação a respeito.

Segundo a Anistia, Irã viola os direitos humanos dos prisioneiros





Eleições

A imprensa tem sido pródiga em número de laudas, procurando analisar o desempenho "das esquerdas" nas últimas eleições, certas análises só faltam comunicar o funeral.

Particularmente, tenho considerado todas elas inconsistentes e, por acompanhar o mesmo dia-pasão, também o é a matéria assinada por Procópio Mineiro, mesmo intitulado-se uma análise parcial.

Qualquer análise, mesmo a mais rudimentar, não poderia deixar de considerar os aspectos extrínsecos às eleições, primordiais e fundamentais como a história, o poderio econômico e político das forças envolvidas, entre outros, tanto estruturais quanto conjunturais, mantenedores do "establishment".

É fácil constatar que não temos material e nem "vivência democrática" para concluir com tão enfáticos: "atropelos", "tropeços", "recomeços" e coisas deste jaez. Nosso horizonte se restringe a três ou quatro eleições de peso, sendo duas com segundo turno, em menos de um ano.

Outro erro, não menos grosseiro, é comparar (ou considerar na mesma classe) partidos com políticos. Ora, um certo político pode ser confundido com um partido ou vice-versa, mas comparar o Partido não sei do quê com o Sr. X, You Z, é querer atribuir ao pau as qualidades da pedra.

E que dizer das rotulações "direita" e "esquerda"? Começa que os partidos preocupados com as causas dos contrastes sociais deveriam se aperceber que a dicotomia deste estigma lhes é tremendamente prejudicial. Afinal, o contrário de destro é "sinistro", parecendo assim metabolizar o mal, a negação, o escuro, ou usando um termo em voga, o "out". Assim, a nomeação "esquerda" acaba se tornando uma verdadeira pecha.

Os tempos em que revoluções sociais se faziam no pau e na foiçada já se vão a longa data. Depois que inventaram a bala eletrônica, manda os ludos de paciência do tipo "abertura lenta, gradual e segura", "é dando que se recebe"... Para isso, as rédeas estão seguradas bem curtas e o controle tem que ser absoluto (até das idéias).

Como é que a plebe ignara, subnutrida, portadora de toda sorte (sic) de mazelas que a miséria desnuda, pode ter capacidade de mudanças pela escolha (voto) do que seja melhor para ela? O imediatismo da sobrevivência é que conta. Hoje (como nos romanos tempos) ainda vinga o pão e o circo, só que a mídia é outra e mais potente e existe o milagre do bromato de sódio. Estamos, portanto, diante de um campo ainda mais fecundo para o ludíbrio.

Num 11 de Agosto ido nos anos 60, comemorou-se um aniversário do Centro Acadêmico do Largo de São Francisco, em São Paulo, com

um "show" no Auditório do Tuca. Presentes, que a minha memória guarda: MPB-4, Elizete Cardoso, Geraldo Vandré. O apresentador, nessas conversas que a gente não sabe como se chegou a ela, indagou ao Vandré para quem ele fazia ou a quem ele destinava suas canções. Vandré respondeu: "... ao povo. Mas não sei se o povo as entende." Da platéia, um energúmeno vociferou: "Se o povo é burro, para que Camões?" Houve vaias, risos e até aplausos.

Naquela ocasião me perguntei: que povo é esse que lê Camões?

Agora eu me pergunto: por que um povo, na situação extremamente calamitosa em que vive (e que tem Camões, como queria o gajo), insiste ainda em viver "per omnia saecula saeculorum" amigado ao pauperismo, não desembainha e usa sua espada de "Anjo Exterminador" e "faz a hora"?

São respostas a este tipo de perquirições que as tais "esquerdas" têm que encontrar e não ficar se valendo dessas elocubrações mentais de que ganhou este, perdeu aquele. Afinal: "Uai! Uai! Uai! Quem trúpica também cai / trúpica no pé da mãe / foi parar no pé do pai..."

As armas são as que estão aí: a "bala eletrônica" não mata, mas subjuga e ajuda a vencer eleições.

João Oliveira
S. Paulo - SP

Engajamento

Já há um bom tempo sou leitor de terceiro mundo e asseguro, com toda a franqueza, a importância fundamental que essa publicação tem na minha formação e conscientização

dos reais problemas e perspectivas das nações terceiro-mundistas.

Hoje, após uma formação universitária e cursando a pós-graduação, sinto cada vez mais a necessidade de me engajar na luta pela dignidade e prosperidade dos nossos povos. É, ao mesmo tempo, um sentimento de revolta e indignação pela situação caótica que o Terceiro Mundo enfrenta e um profundo sentimento de orgulho e cidadania.

Assim sendo, gostaria de pedir-lhe informações sobre programas de alfabetização de adultos em países de língua portuguesa na África, bem como outros detalhes, relacionados com a admissão



de professores brasileiros (em diversos níveis) nestes países. No momento, é esta a contribuição que voluntariamente posso oferecer, para reverter nosso quadro drástico de analfabetismo.

Evaldo Mendes

R. Barreto Leme, 907/63.
13010 Campinas - SP

Nota da Redação: O leitor pode entrar em contato com as representações dos países africanos de língua portuguesa, sediadas em Brasília.

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106

20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)252-7440/222-1370

Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Remo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

Redação: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Revisão: Cléa Márcia Soares
Depto. de Arte: Pedro Toste (editor)
Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira
Banco de Dados: Macário Costa
Administração: Henrique Menezes
Circulação e Assinaturas: Mauro Antonio Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraqe), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México -Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA).
Fotos: Agence France Press (AFP).

Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista
 Tricontinental Editora Ltda.
 Calçada do Combro, 10/1º andar
 Lisboa, 1.200 - Tel.:32-0650
 Telex: 42720 CTM-TE-P

Sucursal do Rio de Prata

Diretor: Roberto Remo Bissio
 Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192
 Montevideu, Uruguai

INTERCÂMBIO

- Cassiano Pedro Nhaia
 Av Eduardo Mondlane Nº 1616
 13º andar Esq.
 Maputo - Moçambique
- João Bernardo Pontes Machenga
 Caixa Postal 1104
 Beira, Sofala - Moçambique
- Rogério Boaventura Faduco
 Ao/c Joaquim Oliveira Nhamire
 Caixa Postal 1496
 Beira - Moçambique
- Internacional Club de Correspondência
 Participe e corresponda-se com pessoas de todos os continentes e descubra o mundo maravilhoso do intercâmbio.
 Caixa Postal 3421
 20001 Rio de Janeiro - RJ - Brasil
- Sandro dos Santos Lara
 Rua Nere Ramos Q. 49 casa 8
 Cohab Duque
 93000 São Leopoldo - RS
- Carlos Alberto Mendes Ramos
 Rua Dr. João Lúcio, nr 47
 8400 Lagoa-Algarve
 Portugal
- Bernardo Junjo Nunes

Ao/c de Rosa Junjo Nunes Mateus
 Apartado nº 772 - E.N.E
 Luanda - Angola

- Rafael Noya Alvares
 Mendieta 5
 Holguín 80.100
 Cuba
- Antonio Carlos Vermelho da Silva
 Rua Antonio Soares Bastos 65
 Lagoinha
 São Gonçalo - RJ
- Romilson Marques Cabral
 Rua Viriato Correia 95/501
 Setubal
 51030 Recife - PE - Brasil
- Delva dos Reis Soares de Souza
 Av Pres Kennedy 182
 39440 Janaúba - MG
- Paulo Clarindo
 Depto. de Ecologia e Meio Ambiente
 Grupo Ecológico Dinossauros
 C.P 80328
 25521 São João de Meriti - RJ
- Manoel Gomes da Silva Neto
 Caixa Postal 3.601
 20001 Rio de Janeiro - RJ
- Nivo Damasco Lara
 Rua Paulo Afonso 61
 Zona Oeste
 30510 Belo Horizonte - MG

SÓ PARA ASSINANTES

Renove sua Assinatura com até

30%

de desconto

Assinatura normal:

Cr\$ 4.600,00 - 1 ano

Cr\$ 8.100,00 - 2 anos

Escolha sua opção:

Renovação por 1 ano:

Cr\$ 3.680,00

Renovação por 2 anos:

Cr\$ 5.670,00

Pagamento por:

Cheque nominal, Vale

Postal, Reembolso Postal ou

Credicard.

Qualquer dúvida ligue

(021) 252-7440

Editora Terceiro Mundo

Rua da Glória 122 Grupo

105/106 - Glória

20241 Rio de Janeiro - RJ

Telex: (021)33054

CTMB-BR

Um castelo de cartas

Um ano após a invasão norte-americana, o Panamá se vê submergido numa profunda crise política, social e econômica, que se manifesta nos protestos populares, nas divisões dentro do governo e na insatisfação de círculos militares

Claudia Guimarães

“O momento é propício para mudanças políticas, tenham elas o nome de ‘golpe de estado’ ou ‘mudança normal de governo’, devido à deterioração da situação econômica e social do país”.

Essa afirmação, feita pelo presidente do Colégio de Advogados do Panamá, José Alvarez, em meados de novembro,

administração vem sofrendo um desgaste muito grande nos últimos meses.

Imposto no poder pelas tropas norte-americanas que invadiram o país no dia 20 de dezembro de 1989 com o declarado objetivo de derrubar o general Antonio Noriega, para Endara o levante militar não poderia ter chegado em pior hora: as pesquisas de opinião mostram uma queda vertiginosa de sua popularidade, as manifestações de rua contra seu plano de

início de novembro, partiu da Cruzada Civilista – uma das forças que integram a situacionista Aliança Democrática de Oposição Civilista (Adoc) – que pediu ao governo que retifique sua política interna e adote uma posição de dignidade em suas relações com Estados Unidos.

Foi nesse contexto que o presidente Guillermo Endara tomou a decisão de chamar tropas norte-americanas para sufocar a rebelião liderada pelo coronel Herrera. Pela segunda vez em menos de um ano, os panamenhos viram em seu território efetivos militares dos Estados Unidos em ação, numa clara demonstração de que o capítulo aberto na história dos dois países com a invasão de 1989 está longe de terminar.

Complô e golpe – A rebelião liderada pelo coronel Herrera deixou patente o que já vinha sendo filtrado pela imprensa panamenha: a insatisfação de setores militares com os rumos tomados pela administração de Endara. Desde que assumiu o poder e dissolveu as Forças de Defesa, o atual presidente tem procurado afastar das fileiras militares os oficiais que ele considera ligados ao deposto general Manuel Noriega ou simpatizantes do antigo governo.

Nesse sentido, já passou para a reserva 60% dos militares do alto escalão ou os transferiu para outras atividades, dentro e fora da nova estrutura de segurança.

No caso de Herrera, empossado como chefe da polícia em janeiro do ano passado, a rebelião foi o epílogo de uma história que começou no dia 17 de outubro passado, quando o coronel e outros cinco militares foram acusados pelo procurador geral Rogelio Cruz de participarem



Moradores do bairro de El Chorrillo exigem indenização pela perda de parentes e bens

adquiriu um caráter premonitório menos de 20 dias depois, com a rebelião militar comandada em 5 de dezembro pelo coronel Eduardo Herrera Hassan, ex-chefe da polícia panamenha.

Apesar de ter afirmado que não tinha intenção de derrubar o governo – “queremos somente a dignificação da Força Pública” – a rebelião do coronel Herrera representou um duro golpe para o presidente Guillermo Endara, cuja

ajuste econômico se multiplicam e a cada dia se torna mais difícil para ele manter a frágil unidade da coalizão de governo, cujos principais membros trocam farpas frequentemente através dos jornais.

A esses fatores, se deve somar o crescente descontentamento de setores da população e de membros da sua própria equipe em relação aos estreitos vínculos do governo Endara com Washington. Uma dessas críticas, tornada pública no

de uma conspiração contra o governo. Segundo o procurador, o golpe de estado iria se concretizar no dia 16 daquele mês, coincidindo com uma manifestação sindical que se realizou na capital.

Na época, meios de imprensa disseram que nessa suposta conspiração estiveram envolvidos conhecidos empresários e políticos, alguns muito próximos ao presidente Endara e às posições dos Estados Unidos. Entre outros, se citaram os ex-presidentes Ricardo de la Espriella e Nicolás Ardito Barletta; o ex-administrador do Canal, Fernando Manfredo e o gerente da Coca-Cola do

Panamá, Juan Vallarino. Em função dos nomes envolvidos no suposto complô, surgiram especulações de que o movimento teria pelo menos o beneplácito de Washington. Apesar das denúncias, nenhuma dessas conhecidas figuras no Panamá foi investigada.

O processo judicial estava em andamento quando o coronel Herrera conseguiu fugir de maneira espetacular da ilha-prisão onde estava detido, em 4 de dezembro, dando início no dia seguinte à rebelião militar sufocada pelos efetivos dos Estados Unidos 24 horas depois. Num indício de como anda o clima no país, ao deterem o coronel, os soldados norte-americanos provocaram reações de protesto de moradores da área, que, segundo agências de notícias, começaram a lhes gritar que fossem "lutar no Iraque" e deixassem o Panamá em paz.

Na verdade, a rebelião do ex-chefe da polícia panamenha – que coincidiu com uma greve geral convocada pelos sindicatos estatais e do setor privado – foi apenas mais um sintoma do nível de deterioração a que chegou o governo Endara, menos de um ano após ter assumido o poder.

Nos últimos meses, a queda na sua popularidade começou a refletir o sentimento de frustração dos panamenhos diante da incapacidade do governo de resolver os graves problemas econômicos do país e da sua decisão de impor um plano de ajuste, com duras conse-



Na invasão norte-americana, morreram milhares de civis

quências sociais.

Uma enquête realizada em fins de novembro nas nove principais cidades do país revelou que se naquele mês se convocassem eleições, Guillermo Endara só receberia 22% dos votos da população.

A consulta, encarregada pelo jornal pró-governista *La Prensa*, contrastava com outra feita em maio, que dava um apoio de 40,3% dos panamenhos à administração de Endara.

A queda foi rápida: apenas três meses

depois, em agosto, outra pesquisa de opinião mostrava que só 26,5% dos entrevistados ainda votariam no presidente.

Embora, em termos numéricos, a pesquisa de novembro não se diferencie muito da feita em agosto, ela revelou um dado novo: nesta última, 48% dos entrevistados se mostraram descontentes com o "inaceitável grau de corrupção" na equipe do governo.

Divergências dentro do governo – Além da desmoralização diante da população pelas frequentes denúncias de corrupção e tráfico de influência, a coalizão de governo, Aliança Democrática de Oposição Civilista (Adoc), tem sido abalada pelas divergências internas.

As críticas recíprocas de membros da coalizão têm ocupado um bom espaço nos jornais e noticiários locais. Em novembro, por exemplo, o tesoureiro geral, Ruben Darios Carles, e o vice-presidente Ricardo Calderón trocaram duras acusações pelos jornais por supostas cobranças de salários ilegais na Força Pública. A situação chegou a tal ponto que o vice-ministro da Saúde, Carlos Abadia,

Sem indenização

Os panamenhos que de alguma forma foram afetados pela invasão de 1989 continuam à espera de uma indenização do governo norte-americano. Cerca de 15 manifestações foram organizadas nos últimos meses contra a presença militar norte-americana e para exigir a indenização de parentes dos mais de 4.000 mortos e 20.000 refugiados de guerra.

Até agora, as autoridades dos Estados Unidos têm se negado a indenizar a perda de residências, bens pessoais e parentes em consequência da invasão e se limitaram a uma doação de 6.500 dólares por família para reconstruir suas casas. Também se negam a indenizar os comerciantes e empresários prejudicados pela onda de saques que se seguiu à invasão.

Extra-oficialmente, calcula-se em mais de 2 bilhões de dólares as perdas sofridas pelo Panamá durante os combates e mais de cinco mil mortos, a maioria civis.

A invasão deixou 20 mil panamenhos sem lar nos bairros de Chorrillo e San Miguelito, assim como na cidade de Colón. Até o momento só 400 famílias conseguiram uma residência permanente e as restantes 2.400 continuam em acampamentos para refugiados na zona do Canal.

veio a público criticar as fortes disputas dentro da coalizão.

Também têm contribuído para o desgaste da administração Endara as denúncias que circularam na imprensa norte-americana em fins do ano passado de que o presidente teria estado envolvido em operações de lavagem de dinheiro do narcotráfico quando era secretário executivo da Junta Diretora do Banco Interoceânico (Interbanco), atualmente sob intervenção.

Segundo essas mesmas fontes, desde janeiro de 1990 a Procuradoria do Panamá tinha em mãos um relatório entregue pela Agência Anti-Drogas (DEA), dos Estados Unidos, denunciando a



Em todas as partes, é visível a deterioração econômica

participação do Interbanco na lavagem de dinheiro quando o presidente ainda trabalhava ali.

A acusação caiu como uma bomba no Panamá, não só pela sua gravidade, mas também pelo fato de ainda estarem muito presentes para os panamenhos as sequelas da invasão norte-americana ao país, justificada por Washington com o argumento de que Noriega participava do tráfico de drogas.

Apesar da repercussão das denúncias, o procurador-geral do Panamá, Rogelio Cruz, afirmou perante uma comissão do Parlamento que o presidente Guillermo Endara não poderia ser julgado pela suposta lavagem de dinheiro enquanto estivesse no exercício de suas funções.

As denúncias dos jornais ajudaram a pôr mais lenha na fogueira num assunto que está adquirindo cada vez maior im-

portância no país: as acusações de participação de altos funcionários e da própria rede bancária do país na lavagem de dinheiro do narcotráfico.

No dia 30 de novembro passado, dois jornais panamenhos divulgaram um relatório do Departamento de Estado, segundo o qual investigações realizadas por agentes norte-americanos levaram à conclusão de que na selva de Darien, na fronteira com a Colômbia, existe um laboratório para o processamento de drogas e de que na zona franca de Colón — onde operam cerca de 700 empresas voltadas para exportação — se faz lavagem de dinheiro para o tráfico de drogas.

Coincidentemente ou não, as denúncias vieram à tona em meio a negociações entre o governo panamenho e o dos Estados Unidos para assinarem um acordo de assistência legal mútua, que autorizaria este último a investigar bancos e sociedades anônimas estrangeiras sediadas no Pa-

namá, quando suspeitassem de seu envolvimento na lavagem de dinheiro do tráfico de drogas.

A Associação Bancária Panamenha, que reúne 110 bancos nacionais e estrangeiros, e os empresários se opõem ao tratado, porque, na prática, ele eliminaria o sigilo bancário, que, entre outras razões, permitiu ao Panamá atrair capitais de diversas partes do mundo (calculados em 25 bilhões de dólares).

Os banqueiros e empresários panamenhos afirmam que o acordo — esboçado por uma comissão bilateral em agosto passado — prejudicaria a economia do seu país e só beneficiaria os Estados Unidos, que teriam uma ferramenta legal para investigar as firmas norte-americanas que estivessem usando os bancos panamenhos para fugir ao pagamento de impostos federais.

O grande problema em questão é que

a assinatura do acordo é requisito para a liberação de uma remessa de 130 milhões de dólares, sob forma de doação, do total de 420 milhões que o Congresso norte-americano aprovou em maio passado para o Panamá, segundo confirmou o próprio vice-presidente Guillermo Ford.

Ironicamente, após a invasão dos Estados Unidos o comércio e consumo de drogas aumentou no país de forma alarmante. Relatórios oficiais revelaram que a apreensão de drogas e prisão de traficantes em 1990 cresceu 70% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, a chefe do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Libia Arosemena, informou em outubro passado que o consumo de drogas aumentou entre adolescentes, devido a problemas psico-sociais e à maior disponibilidade de estupefacientes depois da

Canal: proposta

A menos de dez anos da passagem do Canal para a soberania do Panamá — prevista para o último dia de 1999 — ainda pairam dúvidas se realmente o acordo vai ser cumprido pelos Estados Unidos.

Depois de abertas críticas de setores políticos e militares norte-americanos contra o acordo, agora é a vez de técnicos questionarem a capacidade do governo panamenho de assumir a administração da passagem interoceânica.

Em meados de outubro, o jornal *Washington Post* publicou uma matéria na qual “membros da Comissão do Canal e especialistas em navegação internacional” colocavam em dúvida a capacidade desse país centro-americano de administrar o Canal após o ano 2000.

Essas mesmas fontes criticaram também a “falta de ação” do governo Endara como fator de inquietação na indústria de navegação, que esperava do presidente o desenvolvimento de um novo programa para o uso do Canal. Em tom ameaçador, o administrador da Comissão do

invasão norte-americana.

Confirmando esses dados, o secretário geral do Tribunal Tutelar de Menores, Ramón Alemán, em declarações a uma agência de notícias, revelou que só nos três primeiros meses de 1990 foram levados ao tribunal, por delitos relacionados com o consumo de drogas, 37 menores, mais da metade de todos os casos registrados em 1989.

Na imprensa panamenha, o crescimento do consumo de drogas tem sido associado à onda de delinquência registrada há meses, sobretudo na capital. Motoristas de ônibus e táxis têm protestado na Cidade do Panamá contra o grande número de assassinatos e assaltos, dos quais são uma das principais vítimas.

Demissões em massa – Além dos problemas políticos, a crise econômica

sua privatização

Canal, Raymond Laverty, advertiu que “a indústria marítima não está disposta a esperar até 1998 para conhecer suas novas alternativas”.

Poucos dias antes, o administrador do Canal, engenheiro Gilberto Guardia – o primeiro panamenho designado pelo governo norte-americano para assumir este cargo – havia declarado que a privatização era uma alternativa para a administração e operação do Canal após o ano 2000.

Na prática, se vingar essa proposta, a privatização significaria uma vitória para os Estados Unidos, porque tiraria do governo panamenho o controle desse estratégico canal, que muito provavelmente seria assumido por empresas transnacionais.

Desde que o Tratado foi assinado em 1979 pelos presidentes Omar Torrijos e James Carter, várias denúncias já foram feitas de que a parte norte-americana não tem respeitado o cronograma de passagem gradual da administração do Canal para o governo panamenho.

tem contribuído muito para desgastar o governo. Confiante numa ajuda financeira dos Estados Unidos que nunca chegou, pelo menos no nível do que era esperado, o presidente Endara não sabe como cumprir as promessas de prosperidade feitas antes de assumir o cargo.

Entre as diversas causas para a atual crise por que passa o país, o pagamento da dívida externa figura em lugar de destaque. Com apenas 2,4 milhões de habitantes, o Panamá tem um dívida de 3,8 bilhões de dólares. Em fins de novembro, o governo conseguiu refinarçar 175,3 milhões com o “Clube de Paris”. Nos acordos, porém, o Panamá se comprometeu a oficializar *antes* um programa econômico com o FMI e a cumprir o cronograma desses compromissos.

A concessão de novos empréstimos e o refinanciamento dos pagamentos atrasados não escaparam, portanto, ao conhecido círculo vicioso: para obter o aval do FMI e do Banco Mundial, o governo Endara deve pagar a curto prazo 540 milhões de dólares de seus compromissos atrasados, soma que o país não dispõe.

Além disso, entre as exigências desse programa de ajuste exigido para a obtenção de novos créditos também constam o drástico enxugamento da máquina estatal, a privatização de empresas públicas e alterações nas leis trabalhistas.

A demissão em massa de funcionários públicos tem sido, aliás, um dos maiores motivos de tensão social. De acordo com o extra-oficial Conselho Nacional de Demitidos, até novembro passado 32 mil pessoas que trabalhavam para o Estado tinham perdido seus empregos. Numa projeção a médio prazo, o Serviço de Pesquisa Universitária para a Comunidade, calcula que 100 mil trabalhadores do setor público e privado ficarão desempregados nos próximos três anos.

Outras pesquisas revelam a extensão da crise: segundo um relatório do Instituto de Estudos Nacionais da Universidade do Panamá, o desemprego atualmente chega a 33%, quando na época da invasão do país, em 1989, era de 23%.

Além das demissões em massa, outro



Endara: acusado de envolvimento na lavagem de dinheiro

aspecto muito criticado do plano de ajuste do governo Endara é que ele prevê a suspensão, por três anos, das convenções coletivas e acordos entre patrões e empregados no que se refere à segurança e higiene do trabalho. Consultado a respeito, o ministro do Trabalho e Bem-Estar Social, Jorge Rosas, disse que as alterações ao código do trabalho “tornarão possível sanear as finanças do país, para que ele possa ser beneficiado por créditos dos bancos estrangeiros”.

Todas essas iniciativas têm provocado forte reação da população. Em 25 de setembro passado, vários sindicatos promoveram atos públicos contra o plano de reformas econômicas. Em 5 de dezembro, apesar da proibição do governo, se decretou uma greve geral, que paralisou 80% das empresas básicas do Estado, segundo os seus organizadores. Na época, o Conselho Nacional de Trabalhadores Organizados (Conato) calculou em cem mil o número de trabalhadores que cruzaram os braços.

Todo esse quadro de deterioração política, econômica e social torna difícil prever o futuro do presidente Guillermo Endara. Substituindo um governo acusado de corrupto e envolvido no tráfico de drogas, em pouco tempo sua administração se viu manchada pelas mesmas acusações.

Sem constatarem uma real melhoria no país após a derrubada do general Manuel Noriega, muitos panamenhos questionam hoje em nome de que milhares de pessoas morreram ou perderam seus lares e bens na invasão de 1989. Se pretende continuar no poder, essa é uma pergunta que o presidente Guillermo Endara não pode deixar sem resposta, sob o risco de a qualquer momento perder o controle da situação no país.

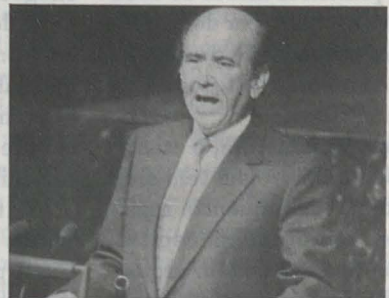
Rumo à união alfandegária

A última reunião de cúpula dos países andinos decidiu acelerar a criação de uma zona de livre comércio e eliminar todo tipo de empecilho para a circulação de capitais e pessoas a partir de março próximo

Com o mundo caminhando na direção dos grandes blocos econômicos, a reunião semestral de cúpula do Pacto Andino, realizada nos dias 29 e 30 de novembro na capital da Bolívia, ratificou na chamada "Ata de La Paz" a vocação integracionista dos países membros do acordo.

Os presidentes das cinco nações andinas, Carlos Andrés Perez, da Venezuela, Cesar Gaviria, da Colômbia, Rodrigo Borja, do Equador, Alberto Fujimori, do Peru e Jaime Paz Zamora, da Bolívia, decidiram criar uma zona de livre comércio a partir de 31 de dezembro deste ano de 1991 – para o que determinaram a aceleração do processo de eliminação das taxas de exportação e importação – e anunciaram a união alfandegária sub-regional para 1995.

Prevista inicialmente para mais adiante, a zona de livre comércio exige a harmonização da política econômica, agropecuária e de pres-



No alto (da esquerda para direita): Paz Zamora (Bolívia), Andrés Perez (Venezuela), Rodrigo Borja (Equador), Abaixo: Cesar Gaviria (Colômbia) e Alberto Fujimori (Peru)

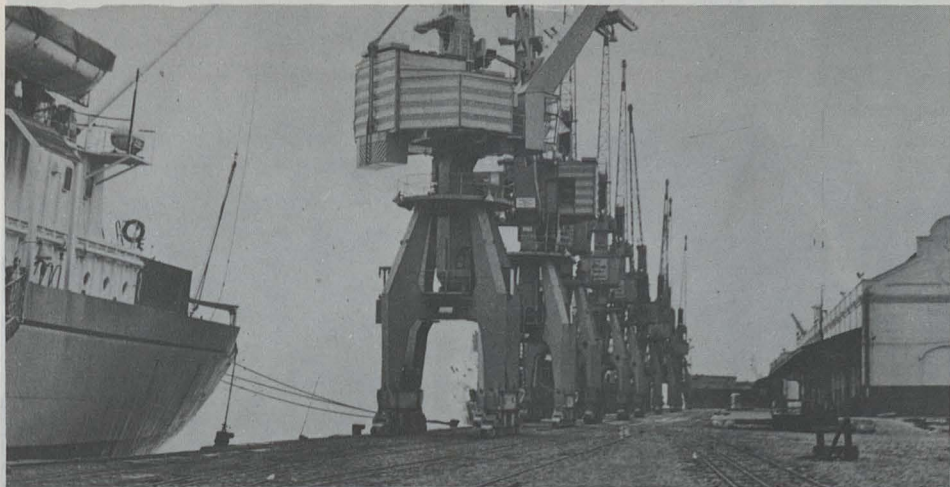
tação de serviços, a integração alfandegária, e a liberalização da circulação de capitais e pessoas.

Na última reunião de cúpula – que se realizam de seis em seis meses há dois anos, com o objetivo de dinamizar a integração – os presidentes decidiram remover os obstáculos para o ingresso na região de investimentos estrangeiros, modificando as normas vigentes até 31 de março deste ano.

Maior racionalidade – Para os

dirigentes da sub-região, depois de 21 anos de existência, agora o Pacto Andino (ou Acordo de Cartagena) procura uma "maior racionalidade econômica, fundada num Estado re-dimensionado e eficaz, numa disciplina fiscal mais rigorosa e no apoio da iniciativa privada".

Nesse sentido, os presidentes andinos acolheram muitas das sugestões encaminhadas à reunião pelos empresários privados da sub-região, que se manifestaram "satisfeitos" com as diretrizes adota-



Uma das metas do Pacto é eliminar as barreiras alfandegárias e impulsionar o comércio



ma instância do Pacto Andino". Para Nogales, também é importante incluir um representante das organizações operárias, "pois os trabalhadores, tanto quanto os empresários, são protagonistas principais no processo de integração".

Reunidos em La Paz ao mesmo tempo que os chefes de Estado, os empresários dos países andinos decidiram criar uma Confederação Regional para tornar mais eficaz a sua participação no Pacto Andino. Esse organismo teria o papel de interlocutor dos empresários perante o Acordo de Cartagena e reforçaria a participação da iniciativa privada no processo de integração regional.

Da retórica à prática – Os presidentes acolheram ainda a iniciativa boliviana de realizar em La Paz, em fevereiro de 1991, uma Conferência Interamericana sobre a aplicação de um "regulamento modelo para o controle dos produtos químicos utilizados no refino da coca".

Ao finalizar o encontro, num tom evidentemente otimista, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, afirmou que "o Pacto Andino é uma realidade, já não é retórica". E, ao referir-se à influência que estão tendo na América Latina as teorias neoliberais, assinalou que "querem nos iludir com as vantagens e possibilidades do mercado em países como os nossos, onde os

monopólios e os oligopólios são os grandes reitores do processo econômico".

"A liberalização das economias dos países latino-americanos deve ser atingida de forma gradativa, sem que os Estados abandonem o direito a fixar as grandes linhas de ação política", enfatizou Pérez.

O único país sem consenso interno para fazer parte da zona de livre comércio, o Equador, obteve na conferência de La Paz cinco meses de prazo para decidir a sua posição no bloco regional.

O presidente Rodrigo Borja explicou, ao regressar a Quito, que nesse prazo "devemos chegar a um consenso entre o setor público e privado do país em relação ao problema da integração regional, que é vital para o nosso desenvolvimento". Segundo afirmou o presidente equatoriano, ele irá pessoalmente expor aos representantes da iniciativa privada do país "qual é a situação internacional, e a opinião de que a indústria não pode ficar estagnada nem viver para sempre sob o guarda-chuva protetor do Estado".

Borja está pessoalmente empenhado em aderir de forma plena às metas traçadas em La Paz e deseja tirar dos empresários os temores de um eventual colapso na indústria do seu país, caso o Equador aceite participar da zona de livre comércio.

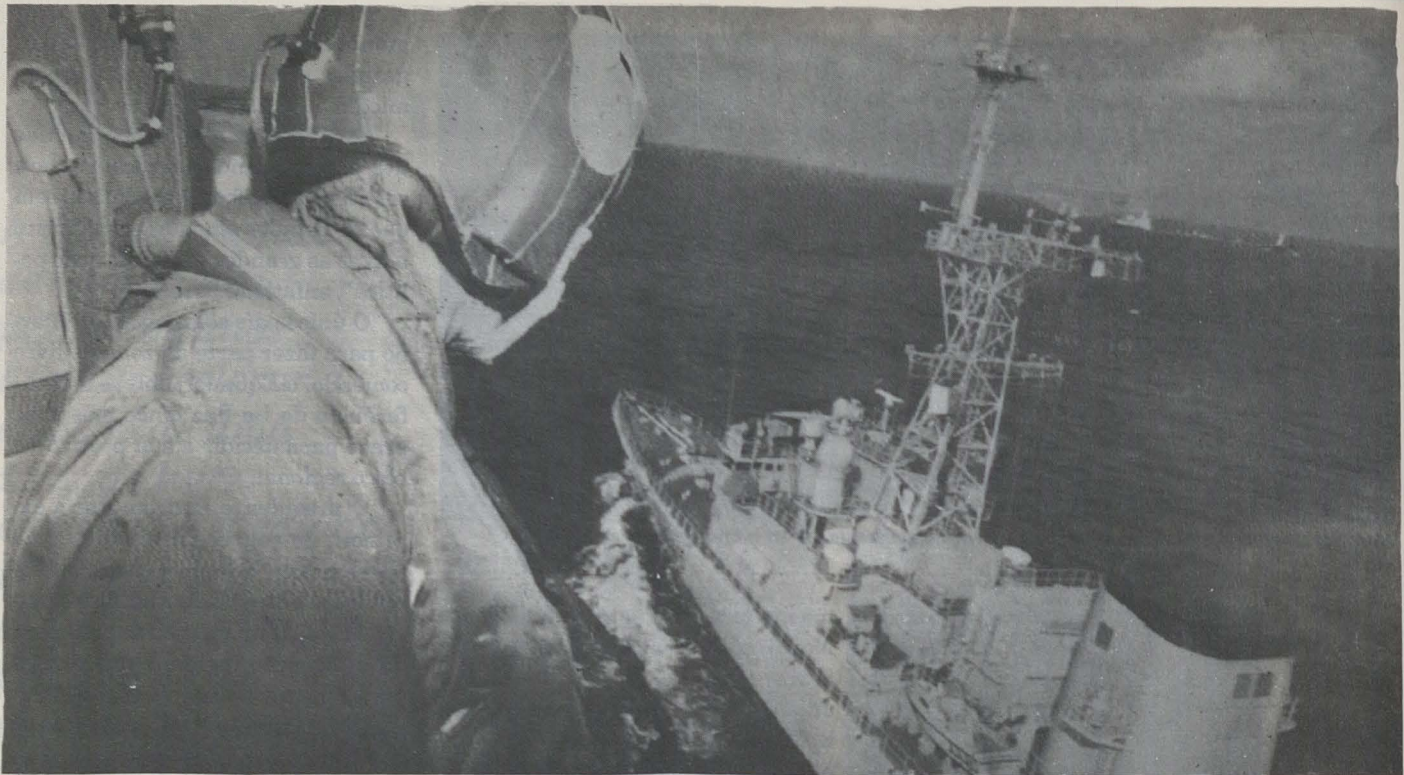
O presidente qualificou de "um gesto da mais alta solidariedade" a decisão dos demais países andinos (Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia), de solicitar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Corporação Andina de Fomento (CAF) – o braço financeiro do Pacto Andino, com sede em Caracas – a criação de um fundo de ajuda ao Equador, justamente visando a apoiá-lo nesses primeiros meses posteriores à integração.

das na "Ata de La Paz".

Um documento emitido pelos empresários assinala que "as condições estão dadas no novo cenário internacional, pela decisão política dos governantes e pela superação das anacrônicas mentalidades empresariais, para tirar o Pacto Andino da crise em que se encontrava". Eles solicitaram a incorporação de um representante empresarial ao organismo andino, para ter voz e voto quando forem adotadas decisões.

O secretário executivo da Confederação de Empresários Privados da Bolívia, Johnny Nogales, afirmou que "se considera praticamente certa a aceitação da sugestão da presença de um empresário na máxi-

¹O Pacto Andino foi criado em maio de 1969 na cidade de Cartagena, na Colômbia. Por essa razão chama-se, também, Acordo de Cartagena. Os seus impulsionadores pretendiam criar um modelo de integração que pudesse promover o desenvolvimento harmônico dos países que o integram. O Chile foi muito ativo no lançamento da iniciativa, mas foi afastado do Acordo de Cartagena após o golpe de Estado do general Pinochet.



A força militar dos Estados Unidos e os seus aliados no Golfo não é suficiente, segundo o Pentágono, para derrotar o exército iraquiano

UMA SOLUÇÃO CIRÚRGICA

Os Estados Unidos estão preparando a guerra, mas não querem entrar num novo Vietnã; no Pentágono pensa-se numa operação relâmpago, que liquide Saddam Hussein em poucos dias

Beatriz Bissio

Versões jornalísticas que circularam na região do Golfo em dezembro afirmavam que os chanceleres da Arábia Saudita, da Síria e do Egito elaboraram um plano que permitirá pôr fim à crise envolvendo o Iraque e o Kuwait, pela via negociada. Segundo essas fontes, o plano prevê a retirada do Iraque do território do Kuwait em troca de garantias formais de que seria convocada uma conferência internacional sobre os problemas gerais do Oriente Médio e o compromisso dos países árabes exportadores de petróleo de reduzir a sua produção para permitir manter os preços do óleo cru nos níveis atuais.

Aparentemente, o plano prevê a retirada das tropas de Hussein da maior parte do território do Kuwait, mas seria flexível em relação a pontos considerados estratégicos pelos iraquianos, e que poderiam ser objeto de negociação (as ilhas de Warba e de Bubiyan, que permitem ao Iraque o tão almejado acesso direto ao Golfo, e os campos petrolíferos de

Rumaila, reivindicados por Bagdá há décadas).

Quanto à realização da conferência internacional sobre o Oriente Médio, contaria com a garantia dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Essa é uma novidade, pois, até agora, tanto Washington quanto Londres têm sido irredutíveis na sua negativa de sentar à mesa para negociar a problemática do Oriente Médio, de forma global. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha – que pertencem ao Conselho de Segurança da ONU – sempre afirmaram que os problemas do Líbano e dos territórios palestinos ocupados por Israel não devem ser misturados com a invasão do Kuwait, e não podem ser negociados de forma conjunta.

Se forem verdadeiras as versões divulgadas na imprensa do Golfo – e há evidências de que o plano existe – ambas potências teriam cedido em parte, graças a um subterfúgio da hábil diplomacia árabe: a conferência internacional não seria simultânea e sim imediatamente posterior à retirada dos iraquianos do Kuwait.

Nessa ocasião, as Nações Unidas buscariam fazer valer as

resoluções que foram adotadas ao longo dos últimos 40 anos em relação ao problema palestino, e nos últimos 15 anos no que diz respeito ao Líbano, e que nunca foram atendidas.

Outro cenário, outra estratégia – Sem dúvida, o mundo respiraria aliviado se o desfecho da crise do Golfo pudesse ser o que imaginaram esses três chanceleres árabes. Mas à medida em que se aproxima a data limite das Nações Unidas para a retirada do Iraque do território do Kuwait aumentam as apreensões da comunidade mundial com a perspectiva de uma guerra. Se antes o cenário de um confronto parecia distante, pelos inúmeros esforços diplomáticos que estavam em curso, essa distância foi se encurtando junto com a multiplicação dos sinais da possibilidade de estarmos à beira do maior conflito militar desde a Segunda Guerra Mundial.

As declarações dos líderes das superpotências começaram a incluir referências concretas aos custos de uma guerra e às suas eventuais características. O secretário de Estado norte-americano, James Baker, alertou os aliados árabes que a superioridade aérea dos Estados Unidos por si só não seria capaz de derrotar o exército iraquiano. “Grandes forças terão que ser empregadas, com um elevado número de mortes, numa guerra terrestre”, disse ele. Por sua vez, a revista *Newsweek* calculava em 15 mil as baixas norte-americanas nos primeiros dez dias de guerra, equivalentes às mortes de soldados dos Estados Unidos em um ano, durante a guerra do Vietnã.

Os economistas, que hoje dão palpite em tudo, também fizeram as suas advertências: o estado atual da economia norte-americana, comprometida por graves problemas, não permitiria à Casa Branca se dar ao luxo de entrar num confronto demorado, do tipo da guerra da Coreia, ou até mesmo da guerra do Vietnã. Ou seja, o emprego da força deveria ser maciço, sangrento, e, segundo eles – e nisso coincidem plenamente com o presidente Bush – curto.

Para o fato da guerra ter que ser curta contribui, na opinião de especialistas, um outro fator: quem conhece a região do Golfo sabe que é impossível manter mais de 400 mil soldados lá, depois da próxima primavera do hemisfério Norte, pois as temperaturas são extremas.

Se essa é a discussão pública que se trava em relação à guerra, com os meios de comunicação especulando sobre os possíveis cenários, é fácil imaginar o que não está sendo estudado dentro das frias paredes do Pentágono. Mas às vezes até a mais fecunda imaginação fica tímida se comparada à realidade.

Conhecedores da intimidade do Pentágono e das suas salas futuristas dos *jogos de guerra*, cheias dos mais sofisticados computadores,

aqueles que – com o sem reserva de mercado – não chegam aos países do Sul, contam que os altos oficiais norte-americanos têm uma regra básica para uma guerra convencional: só se ganha se a superioridade da tropa for de quatro a um. Isso significa que, nas contas do Pentágono, seriam necessários quatro milhões de soldados sob o guarda-chuva dos Estados Unidos para vencer o exército de um milhão de homens de Saddam Hussein. As forças dos quase 30 países, lideradas por Washington, que foram enviadas à Arábia Saudita não chegaram a 500 mil soldados.

As conclusões são definitivas e estão na mesa de trabalho de Bush: ou os Estados Unidos correm o risco de entrar numa guerra convencional – que, segundo o general Schwarzkopf, comandante das tropas aliadas na Arábia Saudita, duraria pelo menos seis meses – ou têm que pagar o ônus de uma guerra nuclear.

Mas não é qualquer bomba atômica que serviria a seus objetivos, já que não teria sentido, na ótica norte-americana, arcar com os altíssimos custos políticos de lançar uma bomba sobre o Iraque, destruindo os poços de petróleo. Teria que ser uma bomba de nêutrons, que eliminasse tudo o que for ser vivo, mas deixasse intacta a infra-estrutura petrolífera.

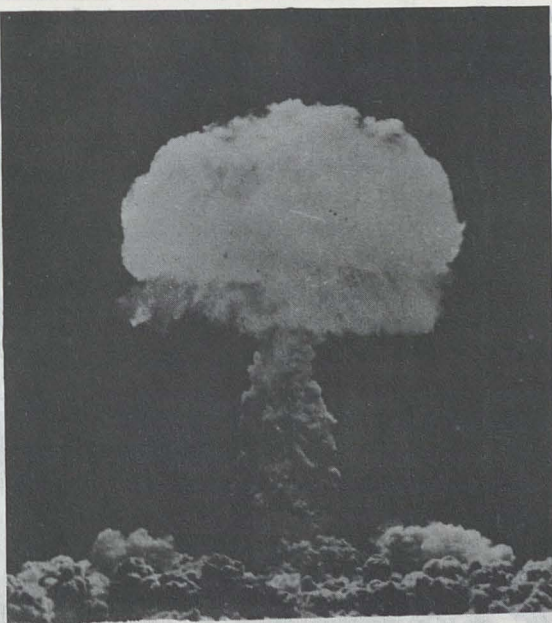
E a onda radiativa? Para os oficiais do Pentágono, hoje ela já não representa um problema; com o tipo de bombas atuais, esse é um subproduto perfeitamente controlável.

Essa é a “solução cirúrgica e limpa” que o Pentágono estaria estudando nos mínimos detalhes nas suas salas de jogos de guerra. Um jogo no qual se decidirá o destino de milhares de seres humanos e o dos descendentes dos que saírem com vida... Que o digam os filhos e netos, condenados antes de nascer, dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki.

Os movimentos pacifistas estão mobilizados e crescem a cada dia, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e no mundo árabe. Mas ainda são tímidos e minoritários, sem força para impedir essa experiência de “guerra nuclear localizada”.

Por detrás das notícias há fatos cuja gravidade não chega ao grande público. Para analistas árabes, a alternativa de uma guerra nuclear no Golfo vem sendo considerada pelo estado-maior soviético, que estaria exigindo uma posição menos descendente de seu governo frente aos planos norte-americanos. A possibilidade de uma bomba atômica vir a ser lançada num país tão próximo a suas fronteiras, como o Iraque, teria necessariamente que provocar temores nos militares soviéticos. A renúncia do ex-chanceler Eduard Shevardnadze poderia estar vinculada, entre outros fatores, à exigência dos generais de uma reação mais firme de Moscou ao plano estratégico do Pentágono no Golfo.

A bomba atômica: preço a pagar pela derrota do Iraque?



Pior que antes

O "Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 1990", publicado pela Unctad, salienta que a estratégia atualmente adotada para resolver o problema da dívida não ajudou os países devedores

Chakravarthi Raghavan

A estratégia adotada internacionalmente para resolver o problema da dívida externa obteve avanços importantes, mas as mudanças na área de políticas nacionais e internacionais têm sido poucas e extremamente demoradas". Esta é a opinião manifestada por Kenneth Dadzie, secretário geral da Unctad, no "Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 1990", emitido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O relatório defende a idéia de retificar a atual estratégia – na qual o nível de redução da dívida é ditado pelo equilíbrio

de forças de negociação e não por necessidades objetivas – mediante o uso de estimativas internacionais das necessidades de redução da dívida e o envolvimento de uma agência financeira internacional no papel de "corretor honesto".

Em 1989, observa o informe, o montante das transferências financeiras líquidas, efetuadas pelos países do Terceiro Mundo por conta de obrigações da dívida, se manteve elevado, ao passo que a dívida em atraso continuou a crescer no caso de muitos desses países.

Em seu último relatório anual, o Banco Mundial, que emprega um critério diferente para medir "transferências líquidas", calcula que o Terceiro Mundo, como um todo, transferiu para o resto do

mundo um total de 42,9 bilhões de dólares em 1989, contra 37,6 bilhões de dólares em 1988.

Além disso, devido à alta das taxas de juros internacionais a curto prazo (que, de 1988 para 1989, aumentaram em mais de um ponto percentual), as obrigações da dívida de países do Terceiro Mundo junto aos bancos comerciais cresceram entre 5 e 6 bilhões de dólares.

Trata-se, diz o relatório da Unctad, de "um montante considerável, quando comparado à queda das remessas externas de dinheiro dos países em desenvolvimento resultante de operações, já negociadas ou previstas para o futuro próximo, destinadas a reduzir a dívida bancária desses países".

(Segundo um relatório do Fundo Monetário Internacional, a dívida externa total do Terceiro Mundo atingirá 1,35 trilhão de dólares em 1991 – o que representa um aumento de 9% em relação a 1990. O montante devido a bancos comerciais sofrerá um ligeiro decréscimo de 1,75%, ao passo que a dívida junto a credores oficiais responderá por 45% do total.)

Pouco dinheiro novo – Por outro lado, nada indica que os fluxos financeiros dos mercados internacionais de capital para países do Terceiro Mundo venham a ser restaurados em futuro próximo. Para os países altamente endividados junto a bancos comerciais, a

Os países do Sul exportam capital para o Norte industrializado enquanto as suas populações mergulham cada vez mais na miséria



nova estratégia dos bancos representa “um progresso significativo”, mas promete apenas metade da necessária redução da dívida e do serviço da dívida, diz o relatório da Unctad.

A estratégia, na opinião dos redatores do relatório, depende em grande medida do fornecimento de “dinheiro novo”, e os bancos têm-se mostrado extremamente relutantes em assumir esse papel. Em 1989, o total de empréstimos liberados por consórcios bancários caiu para apenas 2,3 bilhões de dólares – um quinto do que era concedido em 1984.

A experiência dos três “acordos Brady”, assinados com o México, as Filipinas e Costa Rica, demonstra que a maioria dos credores prefere reduzir a dívida a conceder novos empréstimos. A reação de três bancos à opção de dinheiro novo contida nos acordos com o Marrocos e a Venezuela ainda não é conhecida.

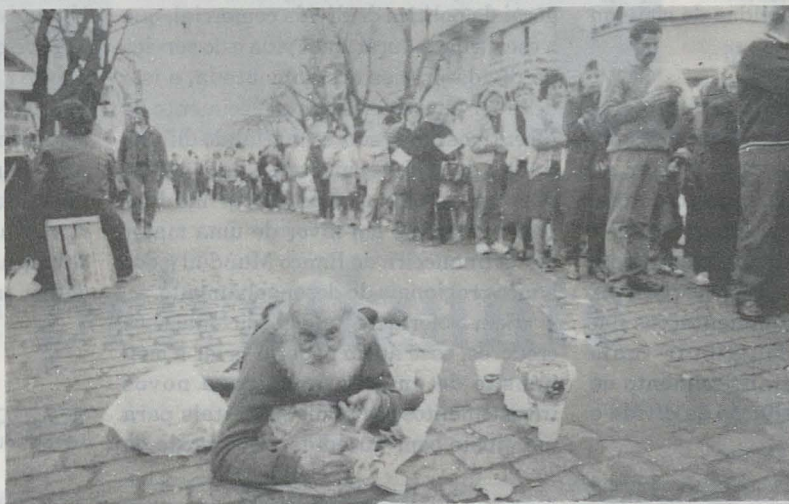
À parte o fato de que os resultados estão aquém das expectativas, o relatório salienta que “a dívida restante é mais difícil de ser reestruturada, uma vez que se compõe principalmente de títulos; a isso deve-se acrescentar que esses títulos podem ir parar em mãos de investidores menos dispostos a fornecer dinheiro novo e mais tendentes a entrar em litígio”. Além disso, “os acordos são assimétricos em relação a contingências futuras: os credores se beneficiarão caso a posição do país melhor e, mas não são obrigados a prestar ajuda se essa posição piorar”.

Ao que tudo indica, portanto, a linha atual de negociação reduzirá a dívida e o serviço da dívida em um montante muito pequeno, ao preço de uma maior vulnerabilidade a choques externos e menor liberdade de ação dos países do Terceiro Mundo, diz o relatório.

Aspectos problemáticos – Há dois aspectos da estratégia que o relatório considera especialmente problemáticos. Em primeiro lugar, “faltaram às negociações objetivos firmes, na base de estimativas confiáveis, quanto ao que se-



Enquanto os governos do Terceiro Mundo negociam com os credores, a crise aumenta nas principais cidades. Na foto ao lado, um mendigo e filas de desempregados em Buenos Aires



ria, para os países devedores, um nível adequado de redução da dívida ou do serviço da dívida. Isso apesar dos países credores não terem hesitado em fixar metas financeiras internas ou em adaptar-se às exigências de ajustes ditadas pelos credores”.

Em segundo lugar, “nem o Fundo nem o Banco foram designados para representar o papel de ‘corretor honesto’ nas negociações com os credores”.

“Estas duas lacunas – diz a Unctad – especialmente quando combinadas com a relutância dos devedores em suspender os pagamentos de juros como recurso de negociação, tende naturalmente a fazer com que o volume da redução da dívida e do serviço da dívida seja determinado pelo processo de negociação, quando este

último é que deveria guiar-se por estimativas confiáveis das necessidades”.

No caso das Filipinas, não só grande parte do financiamento ficou sem cobertura, como também vários credores “pegaram uma carona” nessa história, não fornecendo novos fundos nem quitando a dívida com desconto. O México evitou esse tipo de “carona” entre seus credores porque os Estados Unidos compensaram o que lhe faltava em poder de negociação, pressionando os bancos norte-americanos – método que não se pode esperar seja empregado sistematicamente.

O acordo com a Costa Rica oferece um modelo mais promissor, visto que o FMI e o Banco Mundial ofereceram apoio financeiro ao programa de ajuste do país,

apesar dos pagamentos em atraso.

“O sistemático emprego desta tática pelo Fundo e pelo Banco – diz a Unctad – combinado com metas firmes, a médio prazo, para os fluxos financeiros e para o perfil da dívida dos países devedores, daria ao processo de negociação o esteio que lhe falta atualmente”.

(Na tentativa de evitar que isso aconteça em outros casos, o Instituto de Financiamento Internacional – cartel bancário sediado em Washington, representando os bancos internacionais – vem pressionando o FMI, o Banco Mundial e os principais países membros das duas instituições no sentido de não fornecerem recursos a países que não quitam suas dívidas em atraso junto aos bancos privados. Isto equivale a pedir ao FMI e ao Banco Mundial que retomem o seu papel de cobradores de dívidas do sistema bancário privado.)

Incentivos aos credores – A oferta de incentivos adicionais aos credores poderia de certa forma compensar as crescentes pressões no sentido de que eles aceitem reduzir em maior escala a dívida e o serviço da dívida e apliquem maiores descontos em tais operações, diz o relatório. Leis e regulamentações nacionais poderiam contribuir mais eficazmente para o estabelecimento de níveis adequados de redução da dívida e do serviço da dívida.

Neste aspecto em particular, a Unctad louva duas sugestões recentes: em países europeus, onde o tratamento fiscal das reservas bancárias para perdas sobre empréstimos é generoso, os credores deveriam solicitar deduções de impostos sobre tais reservas somente na medida em que participam de pacotes de redução da dívida.

Nos Estados Unidos, onde os bancos não são obrigados a reduzir o valor contábil de seus empréstimos e só recebem ajuda depois que sofrem prejuízo, os credores que não participem de pacotes de redução da dívida sancionados pelo FMI e pelo Banco Mundial terão de estabelecer reservas especiais sobre seus empréstimos e não terão direito a benefícios fiscais sobre perdas.

A Unctad acrescenta, como conclusão geral da política de dívida comercial, que a escala da redução da dívida e do serviço da dívida precisa ser aumentada, e isto deve ser feito através do oferecimento de incentivos aos credores e criando dificuldades para determinadas operações. Mas essa combinação de fatores não deve pender demais em favor de uma maior ajuda financeira do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento.

Sem a oferta de fundos adicionais aos credores, esse apoio poderia levar à suspensão de empréstimos para novos investimentos, os quais são vitais para um ajuste bem-sucedido. “É a escala do

alívio da dívida oferecido pelos bancos comerciais que precisa ser consideravelmente maior”, diz a Unctad.

No tocante ao alívio da dívida oficial, o relatório nota com satisfação o recente acordo com a Bolívia, primeiro país fora da África subsaariana a se beneficiar das medidas tomadas em Toronto. Salientando que, em escala global, o alívio resultante de tais medidas mostrou-se “muito limitado”, a Unctad solicitou que o tratamento de Toronto seja aplicado a todos países menos desenvolvidos e a todos aqueles que recebem ajuda da AID (Agência Internacional de Desenvolvimento). Os credores devem também se certificar de que o alívio da dívida não será concedido às custas da ajuda internacional.

Quanto aos países de renda média, a Unctad enfatiza a necessidade de reduzir a ajuda oficial que eles recebem, especialmente na área de créditos de exportação.

Haveria também a necessidade, acrescenta a Unctad, de medidas adicionais para reduzir a dívida dos países mais pobres junto a instituições financeiras multilaterais, mas de modo a salvaguardar a viabilidade financeira dessas instituições.

*Chakravarthi Raghavan é editor-chefe do boletim diário SUNS, das Nações Unidas.

AJUDE-NOS A CRESCER E, AO MESMO TEMPO, GANHE MAIS CRUZEIROS TODOS OS MESES

Seja nosso divulgador na sua cidade.

Ligue já: (021)-252-7440

Escreva para nós ou telefone ainda hoje

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA. - Rua da Glória, 122 grupos 104 a 106
Telex: 21-33054 CTMB/BR - Tel: (021)-252-7440 CEP: 20241 - Rio de Janeiro - RJ



A pobreza não se deve ao Estado, mas a desequilíbrios estruturais, que se originaram no colonialismo

A febre privatizante

A maioria dos países africanos entrou na "febre da privatização", em troca de uma injeção de empréstimos estrangeiros. Mas isso não resolverá seus problemas básicos, e sim os deixará impotentes diante das transnacionais

Guy Arnold

Uma após outra, com diversos graus de reticência, as nações africanas terminaram se submetendo às receitas do FMI e retomaram o caminho da economia ocidental para obter o vital "visto bom" do Fundo, sem o qual se torna cada vez mais difícil, senão impossível, refinanciar dívidas ou obter mais ajuda. A privatização faz parte do pacote negociado.

A privatização tem sido resultado, portanto, das pressões do FMI e dos países que emprestam dinheiro no sentido de que os governos africanos ponham em prática os tristemente famosos ajustes estruturais ou programas de recuperação econômica.

Alguns países escolhidos ao acaso ilustram o que está acontecendo. Em meados de 1986, o Congo lançou um pro-

grama de estabilização econômica apoiado pelo FMI, que incluía restrições no gasto corrente e de capital, e a venda de empresas públicas, com exceção de sete parastatais.

Ruanda decretou recentemente um novo código de investimentos e, apesar da oposição ideológica do governo, ele está diminuindo sua participação no setor público e vendendo à área privada várias empresas estatais, incluídas gráficas, uma fábrica de PVC, uma empresa de transportes e diversos hotéis.

Em 1981, a Costa do Marfim adotou um programa de austeridade inspirado no modelo FMI-Banco Mundial, que incluía a "reorganização" de empresas estatais, um eufemismo para denominar as medidas privatizadoras.

Gana: o "exemplo" do FMI – Dois países da África Ocidental são de particular importância para os interesses privatizadores atuais: Gana e Nigéria.

Gana está privatizando atualmente a maioria das empresas de propriedade do Estado e com tanto entusiasmo que se converteu em exemplo para o Banco Mundial e o FMI, de quem recebe aproximadamente um bilhão de dólares anuais de ajuda.

Mas nem tudo que reluz é ouro, e no caso de Gana há dois aspectos bastante confusos. O primeiro é com relação à necessidade do FMI de demonstrar que suas medidas funcionam, e o segundo com a interrogação de saber para as mãos de quem passarão as empresas privatizadas.

Os organismos ocidentais mais decididos a obrigar os Estados africanos e do Terceiro Mundo a privatizar devem demonstrar que o processo funciona. E Gana lhes serve para isso. Após anos de incompetência e descuido, a economia

deste país necessitaria de uma recuperação em muitas áreas e seus problemas não se resolveriam somente privatizando-a.

Mas se o país recebe uma grande ajuda a curto prazo, logicamente isso incidirá positivamente nos índices de crescimento. Se, ao mesmo tempo, se privatizar uma economia que em grande parte estava em mãos do Estado, os defensores desta política bem podem atribuir-lhe o aumento dos índices econômicos.

Embora não seja verdade, no caso de Gana, o FMI e os países ocidentais que emprestam dinheiro pretendem atribuir seu crescimento econômico ao processo de privatização, e não à ajuda que aquela nação africana recebeu desse órgão e governos *antes* de passar empresas estatais para a iniciativa privada.

A segunda interrogação tem implicações a longo prazo ainda mais perigosas para as nações africanas, cujas economias são pequenas, frágeis e fáceis de penetrar.

Nos anos posteriores à independência, a maioria dos países africanos adotou medidas nas quais o Estado assumiu o controle de diversas atividades econômicas como único caminho para impedir a penetração maciça das transnacionais. E este é o centro da questão, o motivo da determinação do Ocidente em fazer com que os países afri-

canos privatizem suas economias.

Quando em Gana se põem à venda as companhias controladas pelo governo, são as transnacionais as que têm o capital para comprá-las. A atual privatização em grande escala é viável porque empresas japonesas, britânicas, francesas, alemãs, suíças, entre outras, estão esperando o momento certo para comprar as áreas mais lucrativas.

Nigéria: o gigante endividado – No final da década de 70, quando houve o *boom* do petróleo, os banqueiros internacionais se queixavam de que a Nigéria não pedia empréstimos. Quando os preços do petróleo caíram, o governo de Lagos tomou empréstimos, acreditando erroneamente que a situação seria passageira. Agora, o país está endividado em 30 bilhões de dólares e os mesmos banqueiros se queixam de que a Nigéria tem pedido demais e que deve aceitar as normas do FMI.

É uma história conhecida, exceto pelo fato de que a Nigéria é o maior Estado africano negro e com um grande potencial econômico. Esta nação sempre teve um sistema de empresa mista mas, nos últimos anos, com a economia gravemente afetada, se viu forçada a recorrer à ajuda do Ocidente e está disposta a aceitar certa dose de privatização, se isso ajudar sua economia.

Em janeiro de 1988, a Nigéria embar-

cou em um processo mediante o qual 49 das 107 empresas estatais serão totalmente privatizadas, enquanto outras, como é o caso da Nigeria Airways, ficarão parcialmente sob controle do Estado. O presidente Ibrahim Babangida se converteu à privatização e fundamenta a mudança de orientação alegando que as empresas parastatais têm sido responsáveis pelo emprego ineficiente dos recursos.

Isto pode fazer sentido partindo do princípio de que as indústrias privadas, cujo único objetivo é o lucro, são necessariamente mais eficientes. Mesmo fazendo este raciocínio, não significa que a ineficiência das empresas estatais seja irreversível: bem que se poderiam realizar esforços para reverter a situação.

Antes de uma visita à Grã-Bretanha, o presidente Babangida declarou: "Acreditamos que a política de privatização e comercialização, junto com outras reformas que temos introduzido, farão com que a economia retome o caminho do crescimento auto-sustentado". Seria bom acreditar que esta fórmula tão simples funciona, mas os problemas são mais profundos.

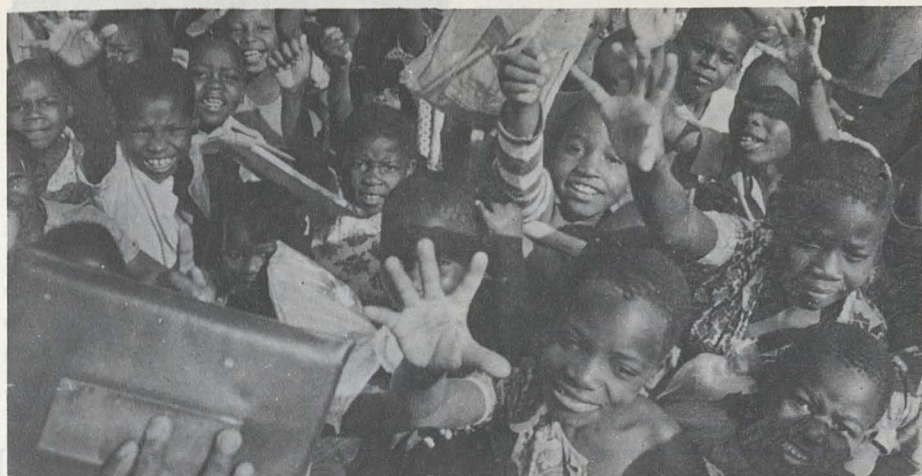
Quem ganha, quem perde – A pergunta crucial é: que benefícios se supõe que a privatização vai trazer? Afinal, nem o controle estatal nem o controle privado dos setores fundamentais da economia são responsáveis pelas dificuldades que atravessa a maioria dos países africanos.

As razões da crise são diversas: primeiro, a estreita base das economias africanas que dependem da exportação de somente um ou dois produtos, cujos preços são controlados de fora; segundo, foi neste continente onde provavelmente teve o maior impacto o enorme aumento dos preços do petróleo da década de 70; e terceiro, a enorme dívida externa, surgida em parte como consequência do fator anterior.

De maneira que a maioria dos países africanos tem muito pouca, ou quase nenhuma, capacidade de manobra e estão expostos a forças externas que não podem controlar. O Malawi, por exemplo, sofre muito mais pelas flutuações dos preços internacionais do que pelo controle exercido pelo Estado, que no seu caso



Nigéria: os empréstimos pedidos nos anos 70 levaram o país a contrair uma dívida de 30 bilhões de dólares



O crescimento demográfico contribui para agravar a situação das economias africanas

é considerável. A privatização, portanto, não tornará sua economia menos vulnerável.

A maioria dos países africanos enfrenta problemas que não serão solucionados pela privatização: dependência econômica da exportação de um ou dois minerais ou produtos agrícolas, gigantescas dívidas (quase a metade do continente tem dívidas equivalentes ao PBN), e um crescimento demográfico que a cada ano lança no mercado de trabalho mais jovens do que suas economias podem absorver.

As privatizações não eliminarão estes problemas; portanto, são feitas quase sempre para agradar os quem têm em suas mãos a decisão de proporcionar a ansiada ajuda financeira.

A privatização é um mecanismo ocidental que tenta justificar a permanente vulnerabilidade dos países pobres com relação à crescente penetração e controle econômico do Ocidente. O conselho é o seguinte: privatize e descobrirá os benefícios da economia ocidental, liberalize sua indústria, ganhe mais, assim ficará em uma posição favorável para nos pedir empréstimos e depois nos pagar. Mas a privatização não venderá mais cacau, chá ou cobre a compradores reticentes, nem aumentará os seus preços no mercado internacional.

A volta das transnacionais - É verdade que a África necessita urgentemente de maiores investimentos, e talvez seja este o melhor argumento em favor da privatização. Mas, então, a per-

gunta continua sendo: para quê e em mãos de quem irão parar? Se se trata de maior investimento das transnacionais, em oposição a empresas africanas, antes de adotar este caminho se deveria avaliar as vantagens a longo prazo com o máximo de cautela.

O montante das dívidas africanas, gigantesco em comparação com suas pequenas economias, é a razão da atual mania privatizadora. Os compromissos com o pagamento dos serviços da dívida representam 45% da receita obtida pelos países do Sahel¹ com suas exportações. Foi isso que forçou estes países a aceitar os programas de ajuste e as privatizações impostas pelo FMI.

De fato, a maior parte das privatizações adotam a forma de uma perda de controle público em nome da eficiência. Por exemplo, contratam uma companhia privada para a administração de uma empresa de aviação, enquanto o Estado retém a propriedade (como no Zaire) ou deixando hotéis do setor público em mãos de concessionários privados (como em Serra Leoa).

A privatização total provavelmente permitirá que compradores estrangeiros, como as transnacionais, tenham acesso a setores da economia dos quais tinham sido excluídos antes.

É pouco provável que seja isso o que está buscando a maioria dos países africanos.

¹Sahel: região de estepe, de clima subdesértico, intermediária entre a África mediterrânea e a África tropical

Third World Network/ Africa Events. Guy Arnold é comentarista econômico

A Geografia do voto no Brasil

Eleições 1989

Fernando Cotrim

● Uma análise geopolítica do voto nas últimas eleições presidenciais.

● 13 mapas eleitorais.

● 13 tabelas com resultados do 1º e 2º turnos.

Cr\$ 1.000,00

Mande um cheque nominal ao **IBASE**,
Rua Vicente de Souza, 29
22251 - Rio de Janeiro.

Ou peça pelo telefone
(021) 286-0348.

Os custos da guerra

O novo esquema de alianças internacionais no conflito etíope-eritreu cria um impasse nessa guerra, que já dura trinta anos

Aldo Gamboa

O presidente etíope, Mengistu Hailé Mariam, nega reite-radamente, mas a situação no seu país parece ter sofrido mudanças que alteram o panorama político e podem condicionar o seu futuro. Em parte, as mudanças decorrem da reformulação das alianças internacionais em torno do conflito etíope-eritreu.

A guerra entre forças do governo de Addis Ababa e os guerrilheiros independentistas eritreus é o mais antigo conflito armado dos que existem ainda hoje no mundo: tem quase 30 anos. E nesse longo combate as possibilidades para uma solução pacífica têm sido poucas.

Um novo contexto mundial – Após o triunfo da revolução etíope, com a derubada do imperador Hailé Selassié, em setembro de 1974, o país viu-se envolvido em inúmeros conflitos armados, o mais importante dos quais foi a guerra com a Somália, em 1978, pelo deserto de Oga-dén.

No caso da Eritréia, o novo governo etíope não mudou a política que já vinha sendo utilizada pelas tropas do imperador: o movimento independentista continuou sendo duramente reprimido. No entanto, pelos numerosos aliados da Etiópia revolucionária que estavam a favor de uma solução negociada do conflito, houve um período de certa expectativa em relação à possibilidade de se alcançar a paz. Mas essas esperanças tiveram vida efêmera.

Na época do imperador os nacionalistas eritreus tiveram o apoio de diversos países, que ajudaram no treinamento de suas forças guerrilheiras. O interesse

não era tanto fortalecer a sua luta independentista, mas o enfraquecimento da monarquia de Selassié, um homem que, mesmo com méritos históricos, usava e abusava da força e da repressão.

Por essa razão, quando finalmente a monarquia caiu e o novo governo abraçou as bandeiras do socialismo, houve um período de distensão, inclusive na Eritréia. Vários países que tinham apoiado a luta dos eritreus se retraíram ou passaram a dar sustentação, econômica e muitas vezes militar, ao governo central de Addis Ababa. Mas, ao final de um breve lapso de tempo, erros e intransigências de ambos os lados acabaram por frustrar a possibilidade de se atingir uma saída negociada.

A guerra na Eritréia recrudescceu, ao ponto em que está hoje, com parte do território, inclusive o importante porto de Massawa, em poder dos rebeldes. E o pior é que os seus devastadores efeitos estão corroendo a economia etíope, já por si muito débil por tratar-se de um país assolado pela crescente desertificação e pelo atraso social herdado da época da monarquia.

A maior guinada no conflito veio recentemente, após a decisão da União Soviética e Cuba de retirar da Etiópia os assessores militares que enviaram para colaborar com Hailé Mariam. Por razões que não têm a ver com o conflito eritreu, mas com o novo cenário internacional, após mais de uma década de permanência na Etiópia esses assessores militares estão deixando o país.

A saída de cubanos e soviéticos deixa o presidente Hailé Mariam sem dois importantes apoios para enfrentar a Frente Popular para a Libertação da Eritréia (FPLE, ver quadro), num momento em



A guerra já dura quase 30 anos

que os rebeldes estão em plena ofensiva militar.

O precário equilíbrio – Foi nesse contexto que apareceu Israel no conflito, ao lado dos etíopes. Telavive está interessado em evitar que a Eritréia consiga a sua independência, “porque isso significaria que todo o mar Vermelho ficaria sob controle de países muçulmanos”, como definiu um especialista militar de Israel.

O presidente Mengistu nega que a Etiópia esteja recebendo ajuda israelense. Falando à Tv norte-americana, ele disse que seu país não tem feito acordos militares com Israel. E acrescentou que “alguns países árabes, ainda que não todos” é que estão interferindo no conflito, por detrás. A afirmação é uma referência indireta à Arábia Saudita e ao vizinho Sudão, tidos como os principais apoios logísticos dos independentistas eritreus.

Mas apesar do desmentido oficial, há importantes evidências dessa aproximação etíope-israelense, muito comentada, aliás, na imprensa internacional. E o que mais se teme são as consequências dessa

aproximação para a Etiópia, no contexto dos países africanos. Encravada no norte da África e rodeada de países muçulmanos, Addis Ababa corre o risco de ficar isolada, num momento em que necessita mais do que nunca desse convívio.

Se houve disposição para correr o risco desse isolamento é porque evitar a independência de Eritreia tem, para o governo central de Addis Ababa, uma conotação estratégica. A Eritreia é uma espécie de posto de controle à entrada do golfo de Áden, além de possuir o chamado

“porta-aviões natural” no arquipélago de Dahlak.

Por outra parte, apesar das notórias diferenças históricas entre o problema eritreu e as reivindicações dos separatistas da província de Tigre ou da Frente de Libertação Oromo, Mengistu e os seus colaboradores temem que uma vitória dos nacionalistas eritreus, militar ou diplomática, possa incentivar a desagregação do país.

Essa interpretação da questão eritreia é questionada por especialistas

africanos. Eles temem, pelo contrário, que na medida em que a guerra se alastre e, conseqüentemente, o governo continue a canalizar preciosos recursos para as forças armadas, deixando sem resposta as reivindicações populares de uma melhoria geral no nível de vida, os alicerces políticos de Mengistu se debilitarão e o regime pode cair.

Essa é a encruzilhada atual. E o dado mais importante da nova conjuntura é o surgimento em certos setores etíopes – após décadas de guerra – da convicção de

Um nó milenar

A Etiópia é um dos países mais populosos da África, com quase 45 milhões de habitantes. Mas essa população é uma das mais diversas do continente. Ponto de confluência de várias culturas e correntes migratórias, a Etiópia é um gigantesco caldeirão de raças, religiões e culturas.

Quase 70% da população são de origem *amhara* ou *galla*, mas existem importantes grupos de *tigres*, *nilóticos*, *guragis*, *somalis* e *danakils*.

De fato, o eritreu, no norte do país, é um grupo histórica e culturalmente diferente. A maioria dos etíopes é cristã copta, enquanto a quase totalidade dos eritreus é muçulmana. A língua oficial é o amárico e fala-se muito o árabe, mas existem mais de cem línguas locais.

Existem ou existiram na Etiópia várias organizações separatistas, todas com diversos graus de poder real e de desenvolvimento, como a Frente de Libertação do Povo do Tigre (da província do mesmo nome), a Frente de Libertação Oromo, a Frente de Libertação do Afar e a Frente de Libertação da Somália Ocidental. Desses grupos, praticamente nenhum sobrevive, e só os guerrilheiros do Tigre têm alguma expressão.

O caso eritreu é outro, pois se trata de um povo milenarmente diferente dos etíopes. O território ficou sob controle dos colonialistas italianos em 1896, embora estes tenham sido derrotados pelas tropas do imperador Menelek II na batalha de Adua. Os italianos ficaram na Eritreia e no sul da Somália até 1936, quando Mussolini invadiu a

Etiópia e anexou o território eritreu. Em 1941, os britânicos conquistaram o controle da região.

A Eritreia passou a ser um estado federado etíope em 1950, por uma resolução das Nações Unidas. Doze anos mais tarde, em 1962, o imperador Hailé Selassié conseguiu que o Parlamento eritreu aprovasse a incorporação total da região à Etiópia. Começou aí uma guerra que continua até hoje.

O primeiro grupo independentista eritreu foi fundado

em 1958: a Frente de Libertação da Eritreia (FLE). Formada por muçulmanos contrários à monarquia de Selassié, deflagraram ações de guerrilha contra o governo central, particularmente a partir de 1965. Quando em 1971 anunciaram o objetivo de instaurar na Eritreia um Estado islâmico, sofreu a sua primeira grande divisão: nascia a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE), formada por setores marxistas do antigo FLE.

Quando em 1974 Selassié foi derrubado e instaurou-se um governo revolucionário, parecia que as diferenças seriam resolvidas mediante entendimentos, mas o conflito não acabou.

Países árabes, como o Sudão

(vizinho da Etiópia) e a Arábia Saudita, tentaram unir grupos eritreus independentistas de tendência muçulmana, no Conselho Unificado Nacional da Eritreia (Cune).

Dele participam grupos como a Frente de Libertação da Eritreia (FLE), o Conselho Revolucionário da Eritreia (FLE-PLF) e o Comitê Revolucionário (FLE-Comitê). A FPLE não aceitou participar do Cune.

(Fonte: Guia do Terceiro Mundo)





Fumigação contra gafanhotos: a praga contribui para disseminar a fome

As causas da fome

Quando se fala em fome, em desnutrição ou em mortandades provocadas por doenças evitáveis, pensa-se logo na Etiópia. As fotos das revistas e as imagens da Tv fizeram dar várias voltas ao mundo as cenas de crianças subnutridas e com barrigas gigantescas coroadas de moscas, deitadas no chão. Mas raramente a imprensa toca no fundo do problema: o que provoca a fome e a desnutrição na Etiópia?

Nem sempre esse país foi assim. Na época do império egípcio — de cujo território a atual Etiópia formava parte, junto com o que é hoje o Sudão —, era uma região arborizada, rica em ouro e madeiras, além de escravos. Daquilo tudo, hoje só restam algumas florestas no planalto médio, úmido e fresco, onde vive a maioria da população.

A região norte, a Eritreia, é uma estepe

desértica, extremamente seca e quente, enquanto no leste se estende o deserto de Ogadén, onde moram nômades de origem somali. Nestas duas áreas geográficas etíopes, as temperaturas médias são muito altas e a seca é quase permanente. O desmatamento abriu caminho ao natural processo de erosão e desertificação do território.

Nas zonas desérticas ou semidesérticas, a presença de habitantes nômades, com a sua cultura e tradições, não permite o desenvolvimento de uma agricultura primária, não só pelas condições climáticas, mas também pelo seu permanente deslocamento de um lado para outro, sem um ponto fixo.

O outro motivo a levar em conta é, sem dúvida, a guerra. Ela é permanente na Etiópia desde o tempo do imperador Hailé Selassié.

Os conflitos atuais nos territórios etíope e eritreu impossibilitaram a orientação de recursos para o desenvolvimento das áreas mais atrasadas, projetos de irrigação em regiões afetadas pela seca, ou ainda transporte de alimentos aos refugiados da guerra.

Quando o atual presidente etíope, Mengistu Hailé Mariam, chegou ao poder, o programa revolucionário de governo pretendia implementar uma ampla reforma agrária, de modo a estabelecer uma base de sustentação agrícola no país, além da criação de bovinos nas zonas montanhosas da Eritreia. Mas essa reforma agrária nunca pôde sair das intenções, até porque o governo central nunca teve real controle sobre o campo.

Nos últimos tempos, a guerra está afetando também a distribuição de alimentos enviados pela comunidade internacional, que entram no país pelo porto de Massawa, no litoral da Eritreia, que dá para o mar

que é necessário se chegar a uma solução pacífica para a guerra da Eritreia.

A vontade negociadora de etíopes e eritreus foi posta à prova recentemente, quando representantes de ambas as partes coincidiram em Washington, Estados Unidos, nos últimos meses do ano passado.

A reunião foi a primeira entre as partes em luta, pelo menos de conhecimento público. E se bem não se tratou sobre acordos de cessar-fogo nem da criação de instâncias para dar continuidade ao diálogo, foi um passo à frente a decisão de dialogar.

Abre-se, assim, uma janela de esperança para milhares de etíopes e eritreus, vítimas da guerra.

Vermelho. A tomada do porto pelos guerrilheiros eritreus impede de fato que esses alimentos (grãos, principalmente) cheguem às vítimas do conflito no interior.

Nesse quadro de fome generalizada, o desenvolvimento de doenças é incontrolável. Milhares de mortes por ano seriam evitadas com uma simples vacina, mas até isso tem sido difícil. Organismos internacionais, como a Cruz Vermelha, e alguns países, como Cuba, têm prestado assistência médica de emergência ao povo etíope, colaborando com pessoal e remédios em campanhas de vacinação e de educação elementar para a saúde, e na formação de médicos.

Segundo a Oxfam, uma organização de ajuda ao Terceiro Mundo, só no ano passado foram enviadas à Etiópia quase 50.000 toneladas de alimentos. Uma doação de 200.000 toneladas de grãos dos Estados Unidos deve ser confirmada este ano. (A.G.)



Protesto contra a monarquia, organizado pelo Partido Comunista, reuniu 25 mil pessoas

A jovem democracia em perigo

A divisão na coligação governamental, formada por partidos de esquerda e de centro, pode estimular a monarquia a anular as concessões que fez depois do levante de março

Mohan S. Man

As mudanças ocorridas no reino himalaio do Nepal, que abriram caminho para a democratização do país, podem estar em perigo. O problema são as divisões que começam a aparecer no governo da coalizão do primeiro-ministro Krishna Prasada Bhattarai.

A sólida unidade dos meses de fevereiro e março passados foi cedendo e dando lugar à disputa entre o primeiro-ministro Bhattarai – que é o presidente do principal e mais antigo partido político do Nepal, o Partido Nepalês do Congresso (PNC) – e a Frente Unida de Esquerda (FUE), constituída por várias

facções comunistas.

A gota d'água que fez o copo transbordar foi a decisão do PNC de lançar candidatos próprios para todos os 205 cargos que deverão ser preenchidos nas próximas eleições gerais, ainda sem data marcada. Na prática, essa medida, adotada em fins de novembro, significa a ruptura unilateral por parte da agrupação política do primeiro-ministro, da coligação que está no governo.

Dando início à sua campanha eleitoral, o PNC fez um grande comício em Katmandu, a capital do país, do qual participaram os seus principais dirigentes.

A monarquia recua – A democracia voltou a esse reino milenar situado entre a Índia e a China – que ficou conhecido como a meca dos *hippies* nos anos 60 – no começo de 1990, após um levante popular reprimido brutalmente pelo governo. A rebelião custou centenas de vidas, mas conseguiu acuar a monarquia e abolir o sistema autocrático conhecido pelo nome de *Panchayat*, no qual os partidos foram abolidos, e que dominou a vida política nepalesa nos últimos 30 anos.

O rei Birendra acabou concordando em promulgar uma nova Constituição, que reduz os seus próprios poderes, antes absolutos, e transforma o sistema de governo numa monarquia constitucional.

O ato solene de promulgação da nova Carta, no dia 9 de novembro, no palácio real de Katmandu, pôs fim às tensões políticas após longos meses de queda de braço entre a sociedade civil e o monarca, que lutou duramente para manter a maior parte dos seus poderes.

Nessa ocasião, o líder do PNC, Ganes Man, afirmou que a nova Constituição “é fruto de décadas de luta do povo do Nepal para restabelecer a democracia no país”. Em 1960, o regime democrático foi esmagado pelo pai do rei Birendra, o rei Mahendra. Ele fechou o Parlamento, mandou para a prisão todos os seus ministros e dissolveu os partidos políticos.

A coligação formada pelo Partido Nepalês do Congresso e os Partidos Comunistas formou o governo interino que se mantém até os dias de hoje.

Decepção na esquerda – Apesar do fim da monarquia absolutista ter sido ce-

lebrado nas ruas de Katmandu por centenas de pessoas, agora, nove meses depois, muita coisa mudou. Há uma grande decepção pelas concessões que o rei Birendra conseguiu arrancar do primeiro-ministro Bhattarai, e isso está debilitando a coesão interna da aliança de forças políticas de centro e de esquerda que conseguiu diminuir o poder absoluto do rei e transformar o sistema político numa monarquia constitucional.

O problema é que, mesmo com os seus poderes limitados pela nova Carta, o rei mantém o controle do exército. Por essa razão, os observadores estimam que o grande tema da campanha eleitoral será a nova Constituição.

Alguns grupos de esquerda radical já anunciaram que vão boicotar as eleições e organizaram manifestações de protesto contra a "Constituição negra". O Partido Comunista do Nepal, que é a principal força do FUE e assinou a nova Carta, também manifestou as suas divergências em relação a ela e adiantou que pretende abandonar a coligação governamental e, ao mesmo tempo, deixar a frente de esquerda. "Vamos disputar as eleições sozinhos, e vamos ganhar", afirmou Madan Bhandari, secretário geral do PC. E acrescentou que, mesmo estando os comunistas no resto do mundo num momento muito difícil, no Nepal "somos uma força que deve ser levada em conta".

Mesmo sem negar o peso da esquerda no país, os principais comentaristas acham difícil que ela possa obter a maioria no próximo Parlamento. Em geral, todos coincidem em que o PNC é a força política que tem mais condições de vencer as eleições legislativas. "É pouco provável que os nepaleses, acostumados a considerar o rei como um semideus durante séculos, vão agora votar em massa pelos partidos contrários à monarquia", afirmou um diplomata ocidental acreditado em Katmandu.

Também jogará contra as possibilidades eleitorais dos grupos republicanos o fato de estarem dispostos a romper a sua unidade e disputar a eleição cada um isoladamente. "Fora do poder, diminuirão consideravelmente suas condições de influenciar o processo político", arrisca o jornalista M. Josseh, que é um conhecido comentarista político.

Uma catástrofe ecológica?

O desmatamento indiscriminado tem trazido para o Nepal graves problemas de erosão, prejudicando a produção agrícola e causando enchentes e deslizamentos de terra

Radhakrishna Rao*

O minúsculo reino do Nepal, pequena faixa de terra sem acesso ao mar, espremida entre a China e a Índia, começa a dar sinais de uma possível catástrofe ecológica nos próximos anos.

Nação pobre, às voltas com uma crise energética, o Nepal enfrenta hoje um aumento populacional de 2,6% ao ano. A erosão generalizada do solo, com a formação de barrancos em decorrência de deslizamentos de terra, vem deslocando os agricultores das encostas das montanhas para o Terai, planície na fronteira da Índia onde o solo é mais estável. O resultado é que os recursos ecológicos do Terai estão ameaçados.

"A pressão populacional no Terai já atingiu o seu ponto máximo", diz um representante da FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura, das Nações

Unidas). "As pessoas que vieram se refugiar aqui por motivos ecológicos chegaram sem dinheiro, sem terra e sem propriedades. Para sobreviver, queimam um trecho de floresta a fim de cultivar arroz ou outros alimentos".

Um estudo da FAO salienta que o Nepal terá de arborizar 1,3 milhão de hectares daqui até o ano 2000, a fim de atender às necessidades de lenha da população. Atualmente, cada nepalês queima 725 quilos de lenha por ano — uma das mais altas taxas de consumo de madeira do mundo. A lenha é a única fonte de energia à disposição da enorme camada pobre do Nepal.

A floresta é de todos — A lenta e constante devastação ecológica deste pequeno país do Himalaia já provocou a estagnação do rendimento das safras de seus principais alimentos — entre eles o arroz e o trigo.

A devastação ecológica está afetando a produção de diversos cultivos



No passado, a população rural considerava as florestas locais como extensão de suas lavouras e tomava medidas para preservar o ecossistema. Mas, em 1975, o governo declarou que as florestas eram um recurso a ser livremente utilizado pelo povo. Com isto, os agricultores perderam o seu apego às mesmas e passaram a destruí-las indiscriminadamente para a criação de lavouras e pastos.

O contínuo desmatamento provocou a rápida eliminação do precioso húmus do solo, tão essencial à agricultura. Cerca de 240 milhões de metros cúbicos dessa camada superficial do solo são levados a cada ano pela água da chuva, ao longo das encostas do Himalaia, até a baía de Bengala, causando o assoreamento do rio Hooghly, em Calcutá.

As inundações e deslizamentos são hoje uma constante na paisagem nepalesa. No início da década de 80, várias aldeias do oeste do Nepal foram destruídas por uma série de enchentes. Aberrações climáticas, inclusive aumentos súbitos da temperatura e a exaustão dos lençóis de água subterrânea, tornaram-se igualmente comuns.

O problema da erosão do solo é agravado pelos métodos agrícolas tradicionais. Os lavradores do Nepal costumam arando a terra verticalmente, e não horizontalmente, ao longo das encostas. Plantam a mesma cultura todos os anos, deixando pouca vegetação protetora nos campos, e não dão tempo para que o solo se restaure.

As perdas de solo agrícola já provocaram uma grave redução das colheitas. A produção de arroz, por exemplo, é hoje de 1,3 toneladas por hectare, em comparação com 2,5 toneladas em 1970, tornando o Nepal dependente de importações de alimentos.

Pastagens versus alimentos – Os rebanhos de animais domésticos contribuem também para acelerar o desmatamento e a degradação do equilíbrio ecológico nas encostas. Calcula-se que os rebanhos que pastam no sopé das montanhas excedem em 19 vezes o número ecologicamente suportável.

Como salientou o colunista de um jornal indiano: “O dilema dos planejadores do desenvolvimento do Nepal é como alimentar 30 milhões de bocas famintas – 15 milhões de pessoas e 15 milhões de cabeças de gado”.

Karna Sakya, secretário geral da Heritage Society, do Nepal, diz que “os montanheses entendem muito pouco de equilíbrio ecológico. Sabem apenas que estão famintos e necessitam de alimentos e combustível”.

Uma vez que os excrementos de animais são o insumo agrícola mais



A comunidade colabora no reflorestamento do país

essencial, o problema fica difícil de resolver. Segundo Eric Echolm, especialista em questões ambientais do World Watch Institute, de Washington, “hoje os cientistas compreendem que a abundância de rações animais é vital para a manutenção da produção de alimentos no Nepal. O esterco de búfalos, vacas e cabras, misturado às folhas deixadas após as colheitas, fornece ao solo os componentes químicos essenciais para a sustentação da produção de alimentos”.

A rápida redução das áreas de pasto e, conseqüentemente, da disponibilidade de alimento para o gado, vem contribuindo para um grave declínio da população pecuária. O resultado é que não só os agricultores ficam privados de esterco e fertilizantes, mas também a disponibilidade de carne e leite diminui

grandemente.

A destruição das florestas do Nepal também traz conseqüências perigosas para a produção de alimentos agrícolas nos estados indianos de Uttar Pradesh e Bihar. Isto porque as bacias de captação dos rios que banham as planícies indianas ficam no país vizinho.

A população rural do Nepal constitui cerca de 90% da população total do país, vivendo nas encostas do cinturão agrícola central. Nessa região, a densidade demográfica é extremamente elevada. Por esse motivo, os recursos da terra vêm sendo excessivamente explorados há cerca de duas décadas, ao ponto de tornar antieconômico o cultivo em muitas regiões.

Reflorestamento – O programa de reflorestamento lançado pelo governo do Nepal na década de 70 surtiu pouco efeito, em virtude do não-envolvimento das populações locais e da escolha equivocada das espécies de árvores a serem plantadas. O eucalipto, plantado em grande escala como parte do programa, cresce com grande rapidez, mas cria problemas de escassez de água e infertilidade do solo. As populações locais estão hoje predispostas contra o eucalipto. “Atualmente, restam somente 10% do total de eucaliptos plantados inicialmente”, diz Margaret Percy, ecologista inglesa que recentemente esteve no Nepal.

Contudo, o ambicioso programa comunitário de reflorestamento, iniciado na década de 80, parece ter produzido bons resultados em termos sócio-ambientais. Devolvendo o controle florestal às comunidades e estimulando as populações locais a escolher as espécies mais adequadas às condições de cada região, o novo programa leva em conta os fatores que garantem o sucesso de tais empreendimentos.

Apesar de tudo, a situação ecológica do Nepal continua a inspirar grandes cuidados. Somente um esforço intenso, exercido em tempo hábil, pode evitar um desastre ecológico.

* Third World Network Features. Radhakrishna Rao é redator de artigos científicos, voltados especialmente para questões internacionais e de desenvolvimento.

Uma mistura explosiva

Rivalidades étnicas e mobilizações pedindo o fim da monarquia absolutista acabam com a secular paz desse reino do Himalaia

Os ventos democratizadores que agitaram ao longo do ano passado o reino do Nepal parecem ter atingido, também, o vizinho reino do Butão. Só que, neste caso, vieram misturados com uma explosiva rivalidade étnica entre as duas maiores comunidades do país e, desta forma, complicaram todo o panorama político.

Considerado o país mais pobre do mundo, com uma renda anual per cápita inferior a 100 dólares, o Butão é governado pelo rei Jigme Singye Wangchuk, de origem tibetana, que pertence à minoria *drukpa*. Ele faz parte de uma dinastia que tem se mantido no poder nesse pequeno país de 47 mil quilômetros quadrados desde o século XVII.

Wangchuk é considerado um hábil tecnocrata, que manteve o seu país afastado dos modelos econômicos do tipo ocidental e evitou alguns dos "erros" que perturbaram a vida da monarquia nepalesa, como por exemplo a influência estrangeira. O



Rei Jigme Singye Wangchuk

rei do Butão cortou, há dois anos, o ingresso de turistas estrangeiros no país – que nunca foram muito numerosos –, alegando que estavam “destruindo a frágil cultura do reino e debilitando a fé budista”.

O Butão tem uma população de um milhão e meio de habitantes, dos quais a maioria é budista (muitos vivem nos mosteiros, que são, também, os mais importantes centros educacionais). Mas também há hinduístas, particularmente entre os nepaleses do sul do país.

A capital é Timphu, com 20 mil habitantes (dados de 1985), e somente 5% da população do país vivem nas cidades.

A primeira abertura do reino para o mundo exterior foi em 1971, quando o rei Jigme Dorji Wangchuck, pai do atual soberano, fez o país ingressar nas Nações Unidas e abriu o território à visita estrangeira.

Mas apesar da sua fama de político experiente, o rei Wangchuk irritou ultimamente os habitantes do país, que são etnicamente nepaleses e constituem 60% da população total, ao decretar que todos os butaneses deveriam passar a se vestir de acordo com a tradição *drukpa* e aprender o idioma dessa minoria, o *dzongka*, que é, formalmente, a língua oficial.

A influência nepalesa – Essa e outras medidas, tidas como arbitrárias pela maioria da população do reino do Butão, fizeram com que repercutissem intensamente as notícias das mudanças ocorridas no vizinho Nepal, sobretudo no que diz respeito à limitação dos poderes do monarca.

O movimento em favor da democracia é liderado pelo Partido Popular do Butão (PPB), integrado majoritariamente por cidadãos da etnia nepalesa que aspiram a substituir a “monarquia feudal” por um sistema pluripartidário.

Apesar de terem começado de forma pacífica, as mobilizações populares – que foram particularmente importantes na região meridional do país,

fronteira com a Índia – acabaram criando graves enfrentamentos com a polícia e puseram um fim dramático à centenária tranquilidade do Butão.

Nos choques com as forças repressivas caíram as primeiras vítimas fatais e milhares de pessoas da etnia nepalesa fugiram para a Índia e para o Nepal, denunciando o temor de uma nova onda repressiva.

Por seu lado, o governo, dominado por parentes do rei, está preocupado com a eventualidade de uma imigração em massa de nepaleses, através da fronteira aberta com a Índia, que poderiam alterar a demografia do país.

Do seu exílio em Katmandu, a capital do Nepal, Balaram Poudel, coordenador do PPB nesse país, afirmou que desde setembro, 533 militantes do seu partido foram mortos no Butão, quatro mil foram detidos e 22 mil tiveram que se asilar na Índia e no Nepal.

No interior do movimento democrático nepalês se vê com bons olhos a luta que travam os setores mais avançados da sociedade butanesa em favor da limitação dos poderes do monarca. Muitos membros do governo

interino do Nepal afirmaram de forma oficiosa que esperam ver no Butão um avanço democrático similar ao que vive o seu país. No entanto, nos pronunciamentos oficiais, a linguagem é mais comedida. O secretário de Assuntos Estrangeiros, Narendra Bickram Shah, afirmou que o seu país deseja ajudar o Butão “a conservar a sua identidade como nação”.



O alerta dos boatos

Para o escritor angolano Manuel Rui, que fez um romance sobre a circulação de boatos na classe média, eles desempenham no seu país um papel semelhante ao dos meios de comunicação nas sociedades ocidentais: todos deturpam a realidade

Micaela Ramada

Manuel Rui¹ é um consagrado escritor angolano, “de narrativa ágil e espontânea”, como definem alguns críticos. Membro da União dos Escritores Angolanos, ele visitou o Brasil recentemente para participar de um encontro de intelectuais e pessoas ligadas à cultura do Cone Sul.

Rui recebeu um convite pessoal, feito por um dos promotores do evento, o professor Décio de Freitas. “A minha intervenção não foi uma intromissão na problemática da América Latina, e sim uma amostra de como a literatura angolana, apesar da sua especificidade, está, em certa medida, em consonância com os processos culturais e também literários da América Latina”, afirma o escritor.

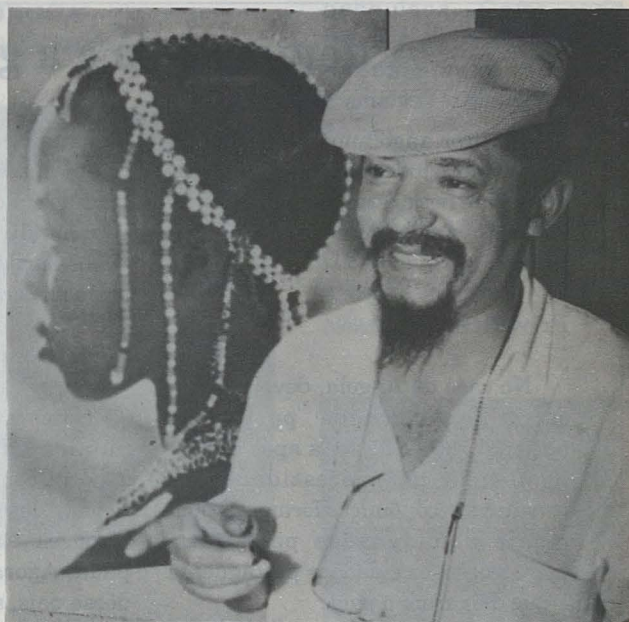
A produção literária de Manuel Rui sempre esteve muito vinculada às diferentes etapas que Angola viveu: a luta de libertação, os desafios posteriores à independência, etc. Esse enfoque, de alguma forma, também está presente no seu último trabalho, que o autor qualifica como *um romancinho*, intitulado “Crónica de um mujimbo”. Em Angola, “mujimbo” é um boato.

Um romance sem fim – Segundo o autor, “Crónica de um mujimbo” faz uma leitura sobre determinado estrato social nos últimos anos do seu país, diferente do retratado no seu anterior livro de ficção. Enquanto na “Crónica de um mujimbo”, esse estrato social já é “mais asfaltado, mais possuído” (em termos materiais), o outro romance, “Quem me dera ser homem”, enfoca um segmento social mais baixo, “portanto mais transparente no discurso”, segundo Rui.

“Este livro – diz o escritor angolano – não deixa de ser uma análise um tanto distanciada do autor em relação a determinado tipo de fenômeno e uma abertura para que o leitor possa tirar a sua conclusão. Por essa razão, o livro não tem fim. Ou melhor, o fim da intriga não é revelado.”

Por isso, o autor começa a sua narrativa com essa frase: “Perdoem-me os leitores pelo fim que escolhi... mas é que eu não sou de *mujimbo*”. O que Rui pretende é que cada um se coloque dentro da intriga e possa tirar conclusões diferentes.

“O romance – explica – é a história de um *mujimbo*, um



Manuel Rui: “A sociedade angolana também critica os boatos, porém, o mujimbo faz parte da própria cultura comum”

boato, que pretende levar o leitor a se perguntar por que há *mujimbo* assim. E, depois, o leitor passa a integrar o próprio *mujimbo*. No fundo, ele também é protagonista. O leitor é parte da intriga; portanto, tem a sua responsabilidade no final da peça. Se quiser pode fechar as cortinas.”

Essa reflexão do escritor sobre os *mujimbo*s tem um objetivo claro: mostrar que a sociedade angolana é permeável aos boatos e os reproduz.

“A sociedade angolana também critica os boatos, porém, o *mujimbo* faz parte da própria cultura comum. É um mecanismo de transmissão de informação, ou melhor, de deformação, como a mídia na sociedade ocidental.”

A literatura e as mudanças – Nos últimos meses tem havido um *boom* da produção literária angolana, com vários romances, poesia, um grande ensaio sobre o primeiro poeta angolano, e muitas obras mais.

Manuel Rui concorda em qualificar essa produção como uma “explosão”, que em certa medida “vem no momento

exato". Isso porque a sociedade política neste momento "faz ponderações em termos de se transformar e, portanto, me parece que a literatura dá sua contribuição a toda essa reflexão".

De fato, nos dias de hoje, toda a África parece mergulhar num processo de reflexão sobre o seu modelo político, e em especial, sobre a forma de garantir uma maior participação popular. Seria essa discussão uma consequência das mudanças no Leste europeu? Manuel Rui acha que não, que se trata de processos independentes.

"Eu acho que toda essa discussão que se está dando na África a respeito do sistema político não tem a ver com as transformações no Leste europeu, que não considero mu-

danças isoladas, mas sim com o que está ocorrendo no mundo. Da mesma forma que a guerra em Angola teve a ver com a situação do mundo, não tendo sido instigada pelos próprios angolanos."

Porém, Manuel Rui faz um alerta a quem pensa, de maneira simplista, que as mudanças na África devem levar o continente a estabelecer um sistema democrático de estilo ocidental:

"Esse modelo de democracia, no fundo, é aquele que se tentava impor em Angola às vésperas da nossa independência. Para alguns pensadores de direita, democracia no nosso caso significa impor no governo de Angola quem a direita do Ocidente pensa que deve estar no poder. É uma

A democracia e a guerra

O escritor angolano não se furta a opinar sobre todos os temas que estão em debate nos nossos dias. Eis aqui as suas principais opiniões sobre esses problemas:

Privatizações

No caso de Angola, devemos ressaltar que grande parte das nacionalizações foi feita após a independência por necessidade. As estruturas econômicas foram praticamente abandonadas pelos seus ex-patrões – os cidadãos portugueses – que deixaram o país.

Não foi, portanto, uma nacionalização ponderada, planejada, embora houvesse, por uma questão de princípio, algumas áreas que deveriam ser mesmo nacionalizadas.

Toda a análise que pode ser feita do nosso país após a independência tem que levar em conta o fator guerra. Numa guerra não pode haver democracia. O exercício da guerra significa por si só a ausência da democracia.

Isso aconteceu na Segunda Guerra Mundial e, mais recentemente, na Argentina, no conflito pelas Malvinas. A partir do momento em que há conflito bélico, não há democracia. A guerra existe exatamente porque o diálogo acabou no instante em cada um apanhou um fuzil.

Por isso, não é possível se exigir democracia – da maneira histórica como fazem alguns órgãos de imprensa

ocidentais em relação a Angola – numa situação de guerra, de fome, quando em outros países, em uma situação de paz e na posição de beneficiários da nossa situação, a própria democracia está sendo discutida.

A independência da Namíbia

Nossa guerra começa porque a República Popular de Angola, supostamente, pela sua própria existência, "desestabilizaria" o apartheid, e, com ele, a situação na Namíbia ocupada. Agora, com a independência desse país, se a guerra efetivamente terminar, poderemos aprofundar as reflexões sobre a democracia.

Mas isso passa ainda pelo fim do apartheid que se aproxima. Só depois é que poderemos falar de uma Angola, e de um Moçambique democráticos.

O diálogo com a Unita

A informação que tem sido divulgada a respeito é muito superficial. Penso que haverá fatores que poderão fazer encaminhar o processo no sentido positivo. De qualquer maneira, admiro o presidente Dos Santos pela sua coragem, pela sua busca da paz. Essa iniciativa o tornará um candidato sério ao Prêmio Nobel da Paz, porque a paz em Angola é difícil para quem conhece o processo por dentro.

O resgate das línguas nacionais

O processo de resgate das nossas línguas nacionais continua. Eu acho que é um tipo de problema que nunca deve ser dirigido por códigos, por leis. Um país com mais de uma língua é um país com uma dinâmica cultural muito positiva.

Há sempre um intercâmbio e, cada dia mais, o mundo de hoje nos aponta para a troca de experiências e cultura de vários povos. E dentro de um mesmo país, se houver diferenças, elas poderão contribuir para a unidade. Não se deve apressar o processo.

Eu não falaria em línguas nacionais. E sim em línguas originárias, pois o português é a língua nacional, aliás a única língua que é falada em todo o país e fator de unidade nacional. O português é a nossa língua.

Seria um paradoxo dizer que há outras línguas nacionais, uma vez que o hino nacional é cantado em língua portuguesa. São línguas originárias. A língua não é veículo de pensamento, ela integra o pensamento. Se não tiver pensamento, não é língua.

Os meios de comunicação

Em Angola, os meios de comunicação no meu entender necessitam de um crescimento. Acho que eles estão um tanto cristalizados e isto resulta da filosofia necessária num tempo de guerra.

Na verdade é preciso libertar os meios de comunicação social de sua função de quase transmissores da voz oficial. A nova lei de imprensa cria um quadro de direitos e deveres.

democracia falsa. Porque esse tipo de democracia ocidental consiste no direito de poucas pessoas de serem ricas e na obrigação de muitas outras de serem pobres.”

Rui está convencido de que se pode alcançar um tipo de relacionamento entre os homens, que garanta a cada um o direito de manifestar a sua vontade e se beneficiar da justiça social. Mas adverte: “Isso tem que passar pela vontade das massas populares. Elas é que têm que decidir”.

“Sabemos que os Estados Unidos viviam numa democracia quando houve a guerra do Vietnã”, acrescenta o escritor angolano. “O governo que fez a guerra tinha sido eleito pelo povo. No entanto, a maior parte dos norte-americanos não estava a favor da guerra do Vietnã”.

Manuel Rui vai mais longe: “Sabemos que os grandes arautos da democracia ocidental, mesmo aqui nesse continente, foram os mesmos que mantiveram os ditadores. Ou seja, os arautos da democracia se revelam apenas vestidos de democracia mas, por dentro defendem todos os horrores do capitalismo”.

“Muitos agora utilizam as transformações que se verificam na União Soviética para dizer que aquele governo não servia”, diz Rui. “Eu penso que a *perestroika* é um salto muito positivo para a Humanidade porque depois da Revolução Francesa é a primeira vez que podemos analisar o capitalismo e o socialismo e descobrir as coisas boas e más de um e outro”.

E acrescentou: “Os valores da Revolução Francesa que estão sendo repensados foram aviltados, tanto no capitalismo quanto no socialismo. Porém, mesmo com erros, eu penso que o sistema que está mais próximo do sonho ainda é o socialismo. Porque este, mesmo quando errou, tinha uma perspectiva de igualdade, liberdade, fraternidade. Já o capitalismo, quando errou, foi porque não conseguiu nos explorar mais. Corrigir esses erros significa um passo à frente, não só para os países socialistas, mas para a Humanidade”.

A democracia e o tribalismo – Perguntamos a Manuel Rui se ele acha correta a afirmação de que o sistema pluripartidário na África sempre favoreceu os interesses coloniais ou o tribalismo:

“Esse argumento – responde o escritor – pressupõe uma discussão sobre as condições que são necessárias para que possa haver democracia, e também pressupõe estudar se uma democracia só pode funcionar com a existência de vá-

rios partidos. Ou seja, seria necessário saber se em todos os países onde há vários partidos se vive em democracia. Essa é uma questão prévia. Por outro lado, o pluripartidarismo ou o monopartidarismo têm que ser estudados em função das realidades sócio-culturais de cada país, da sua idiossincrasia.”

“Nas sociedades tradicionais africanas não havia vários partidos. O pluripartidarismo nasce de determinado desenvolvimento das estruturas sócio-culturais e sócio-políticas. Não pode haver uma resposta de laboratório para todos. Só porque se fala no Ocidente que para haver democracia tem

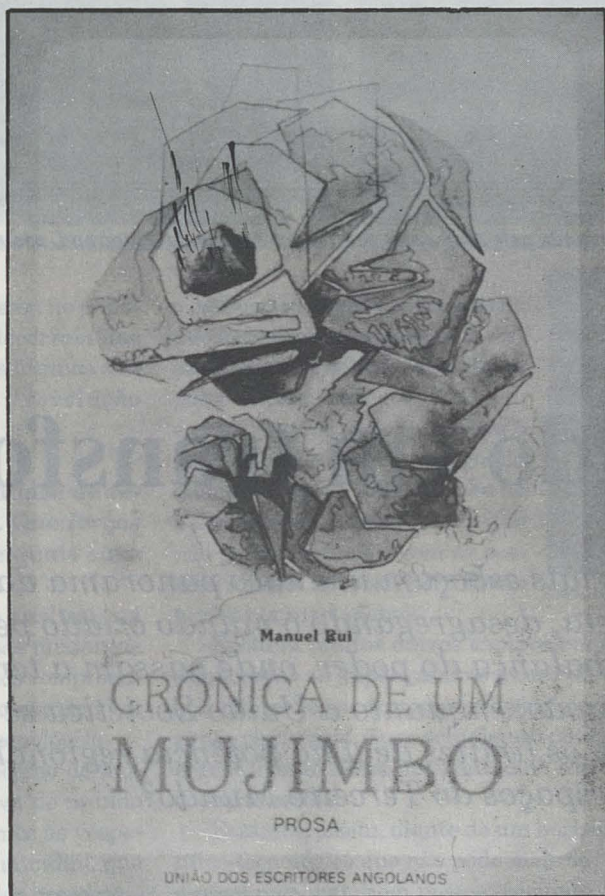
que haver vários partidos, não temos porque aceitar esse princípio como o definidor do sistema político que se deve aplicar na África ou na América Latina”, afirma.

Manuel Rui faz uma reflexão a respeito: “Como é que um subcontinente como o latino-americano, que neste momento domina a criatividade da Humanidade, a nível da pintura, da literatura e de outras artes, vai copiar modelos políticos dos outros? Por que que o Terceiro Mundo não começa a criar os seus próprios modelos políticos? Se é capaz de criar no campo das artes, por que não é capaz de criar no campo ideológico? Por que temos que importar sempre as teorias políticas?”

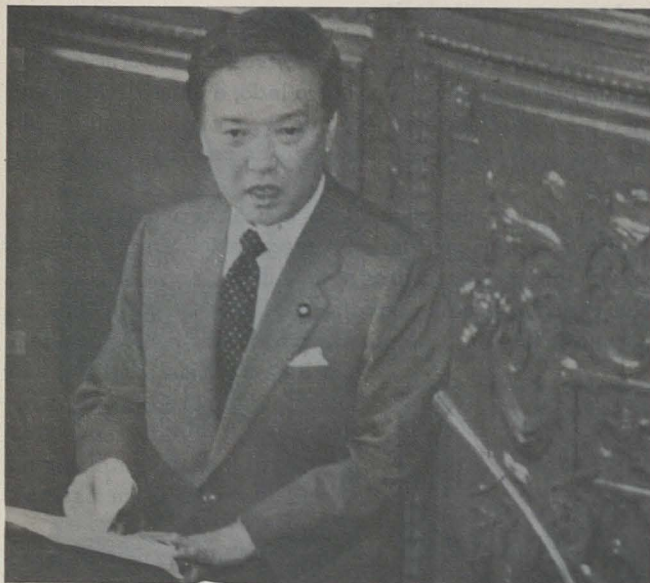
Para o escritor angolano, o caso da Nicarágua é um bom exemplo da armadilha em que nos colocam esses arautos da democracia, que fazem crer ao mundo que para haver democracia tem que existir um sistema pluripartidário. “Não se trata – diz Rui – da gente mostrar que

tem a sala de entrada limpa para o outro apresentar na televisão. O que está em questão é nós começarmos a pensar como organizar a nossa casa, e não mostrar a casa para as visitas”.

“Outro problema que se tem que colocar quando se fala em democracia, pluralismo, *perestroika*, socialismo, é que tudo isto passa pelo aspecto da diferença. Nós só podemos pensar numa sociedade *universal* partindo do respeito a nossas diferenças. Senão vamos cair no chauvinismo de exacerbar as diferenças ou vamos cair no falso universalismo.”



¹O escritor Manuel Rui escreveu especialmente para terceiro mundo, em 1988, um ensaio com suas impressões sobre o negro brasileiro. Esse texto, chamado "Insólita grilheta: crônica de Luanda", foi publicado no nº 110 da nossa revista, dentro da matéria de capa sobre o racismo no Brasil



O Japão de Toshiki Kaifu e a Europa, puxada pela Alemanha de Kohl e a França de Mitterrand, assumem novos espaços no mundo

ANOS 90

Um mundo em transformação

Forças econômicas e sociais esboçam um novo panorama das relações internacionais no planeta, desagregando o mundo criado pela II Guerra Mundial e alterando a balança do poder, onde passam a ter peso destacado a Europa unificada e o Japão, enquanto a União Soviética se recicla e os Estados Unidos caminham para os limites de uma potência regional. Nessa rearrumação, quais os espaços do Terceiro Mundo?

Procópio Mineiro

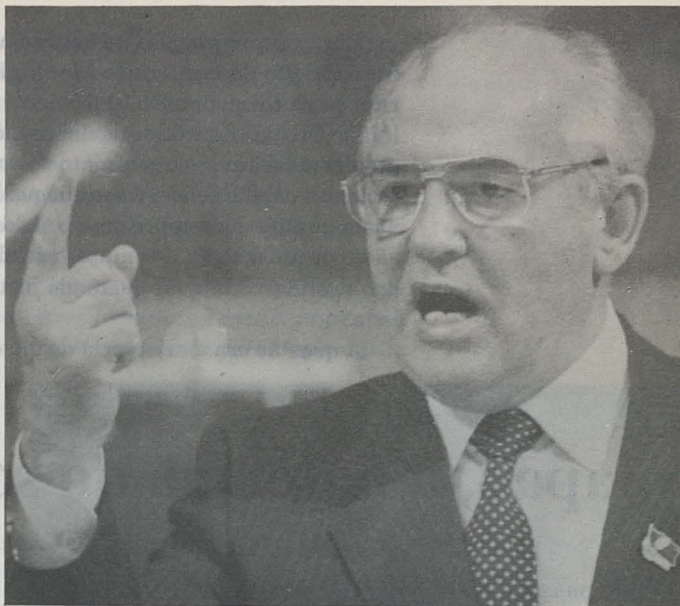
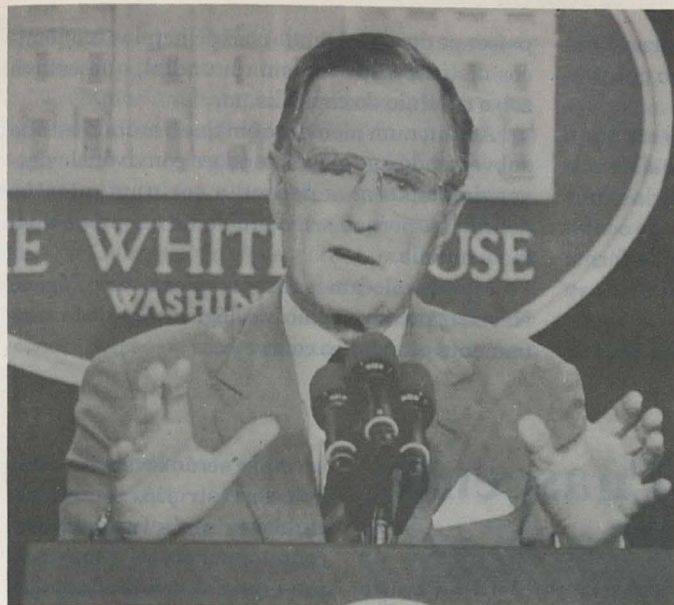
Os três últimos fins de século marcaram a história da humanidade com acontecimentos de larga repercussão mundial: a Revolução Francesa, no final do Século XVIII; a unificação alemã, no século passado, e, agora, uma redivisão de forças que altera as bases do mundo dos últimos 45 anos. Alemanha, à testa da Europa em vias de unificação, e o Japão, obrigado a desempenhar funções que perdera na guerra, são dois dos principais protagonistas do novo tempo. A União Soviética, num refluxo que pode significar um surpreendente tomar de fôlego, vê-se desobrigada do peso econômico do Leste Europeu e, pela primeira vez desde 1917,

pode planejar-se sem considerar iminente uma guerra.

Os Estados Unidos, a grande força hegemônica do pós-guerra, iniciam também um processo de refluxo, levados pela crescente crise de sua economia e pela prosperidade de europeus e asiáticos. Mas, sua tendência será reforçar a hegemonia regional, para compensar perda de mercados.

Por quê e como se dá esse processo, que deve gerar um mundo novo para o Século XXI?

Este é o eixo da entrevista com o professor Theotônio dos Santos, que vem se dedicando ao estudo do tema. Iniciando agora mais uma temporada de estudos na Europa, Theotônio dos Santos esteve por meio ano no Japão, examinando a evolução geopolítica asiática. Em sua



Bush já não é o líder da maior potência mundial, enquanto Gorbachev preside uma URSS cada vez mais próxima da Europa Ocidental

opinião, as mudanças que se processam no panorama mundial são inevitáveis e decorrem das novas condições criadas ao longo das últimas cinco décadas, com base na revolução técnico-científica.

O fim do Século XX vive uma fase de redistribuição do poder mundial. Que forças comandam tais modificações e quais suas consequências?

– A primeira coisa que se deve analisar, na minha opinião, são as origens dessas mudanças de ordem global. Só assim poderemos compreender os casos particulares. Eu tento explicar tal processo pela revolução científico-tecnológica.

As conclusões, que tirei do processo de mudanças em curso na base produtiva do mundo contemporâneo, mostram que estamos às vésperas de um novo sistema econômico mundial, que se baseia já – e que intensificará esse processo – em escalas de produção impossíveis de serem pensadas a nível de países. São escalas de produção de caráter planetário, devido às tecnologias novas que estão surgindo. O caso mais importante é a tecnologia espacial, que não pode sequer ser pensada em termos nacionais, nem mesmo de blocos regionais. Somente a cooperação planetária pode levar adiante o processo de relacionamento do homem com o cosmo, no nível tecnológico que já alcançamos. É claro que há reação contra esse passo, mas esse passo vai ter que ser dado. Quem ficar contra, estará contra a história e perderá.

É semelhante o caso da energia nuclear. A transição da fissão para a fusão nuclear precisa de uma colaboração mundial. Há muitos países que dominam a tecnologia nuclear, mas, para dar

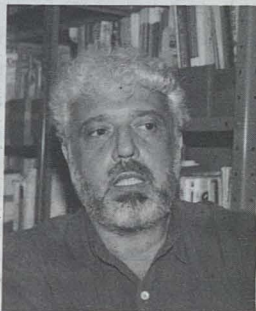
o passo para a fusão, é necessário a cooperação internacional. A força nuclear é a solução energética possível para o mundo. Existem, é claro, outras possibilidades à mão, como é o caso da energia da biomassa, que é uma solução de nosso mundo tropical. Mas, que não poderá competir com as possibilidades abertas pela fusão nuclear, a nível global.

Existem muitos outros campos em que essa colaboração se impõe, como é o caso da ecologia, que não pode ser tratado a nível regional. É assunto planetário. Suas soluções só decorrerão do entendimento a esse nível mundial, como é o caso do efeito estufa.

Estamos, assim, diante de um horizonte científico-tecnológico que não pode mais ser pensado a nível nacional, nem mesmo regional, e que só encontrará suas respostas no entendimento mundial. Esse horizonte não é longínquo, ele é imediato.

As coisas já estão fluindo nesse condicionamento. A humanidade está tentando resolver isso anarquicamente, com soluções conjunturais, porque ela não conseguiu ainda estruturar mecanismos de intervenção global.

Os avanços técnico-científicos, portanto, são para mim o fato básico que subverteu a economia e as estruturas políticas e geopolíticas herdadas da Segunda Guerra Mundial. Nesse quadro, portanto, quando se impõem, as forças da reagrupação vêm de vários lados: economias que já cooperavam, culturas semelhantes, proximidade geográfica, civilizações que se identificam.



Theotônio dos Santos

Em que proporção o fim da Guerra Fria e a redução do confronto ideológico colaboraram para tal processo histórico?

— Nós estamos saindo de um mundo em que o problema básico era o confronto de dois sistemas sociais: o capitalismo e o socialismo. É claro que nesta questão há sempre uma boa dose de confusão, porque o tema é sempre tratado de forma apologética, cada qual querendo justificar o seu lado.

A questão era a existência de um conjunto de

países se desenvolvendo com princípios econômicos distintos da economia mundial, que estava sob o domínio do capitalismo.

Assim, num momento em que o mundo está se subvertendo e se globalizando, a convivência desses dois sistemas passou a ser uma questão definitiva, porque era o problema que mais dividia o mundo.

Muitos colocam isso como questão ideológica. Não se trata de questão ideológica, mas do funcionamento econômico concreto.

Japão, a potência do sol nascente

Tendo passado uma longa temporada no Japão, o professor Dos Santos conhece como poucos latino-americanos o funcionamento da sua economia, as linhas mestras da sua geopolítica e o dia-a-dia da atuação dos partidos políticos. Eis a sua avaliação do atual governo japonês:

“No pré-guerra e durante o conflito, o Japão formara seu império com a China, a Coreia e países insulares do Pacífico. Com a derrota, o Japão se viu obrigado a incorporar-se à economia dos Estados Unidos e foi reorientado para limitar-se a uma potência do Pacífico, dando as costas à área continental, onde se dera sua expansão histórica.

“A consequência disso foi positiva para a economia japonesa, pois o mercado norte-americano abriu-se à sua produção industrial, enquanto os Estados Unidos lhe deixavam essa faixa da tecnologia aplicada para dedicar-se à tecnologia de ponta. Na década de 80, os produtos japoneses invadiram o mercado norte-americano e geraram para Tóquio um grande excedente financeiro, coincidindo com enorme déficit comercial dos Estados

Unidos.

“Ora, a economia japonesa conta com uma clara política estratégica, ditada pelo poderoso Ministério de Tecnologia e Indústria-(Miti), o órgão de planejamento geral. Desde a década de 50, o Estado japonês adotou uma política de desenvolvimento econômico fortemente planejado, através do Miti. Já antes, aliás, o Japão era um país que crescia em função de seu planejamento geral.

“Assim, o Miti há muito percebera o conflito que acabaria por se estabelecer com os Estados Unidos, em função da insolvência a que Washington iria ser levado e que hoje chegou a um ponto de extrema gravidade, pois já ninguém está disposto a financiar o déficit norte-americano, nem os japoneses, nem os alemães, nem outros países europeus. Com um déficit de tal ordem, os Estados Unidos fatalmente

seriam e serão levados a estabelecer restrições comerciais cada vez mais fundas, cerceando, portanto, o mercado preferencial dos produtos japoneses, na década de 90. Hoje, já existem sinais da recessão. Pelo menos até 1994, vamos assistir à queda do mercado norte-americano, pois o país deverá enfrentar uma depressão séria. A economia norte-americana deixará de puxar a economia mundial. Sendo assim, será necessário, então, que o Japão busque novos mercados.

“Em relação a isso, o Japão vem se preparando já algum tempo. Por isso, vem abrindo seu relacionamento com os países do continente asiático, a começar da China.

“Vejam como se comportou o Japão, no caso da repressão às manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial, em junho de 1989. Enquanto os Estados Unidos comandavam um boicote internacional contra a China, o Japão manteve aberto o seu comércio e até aproveitou a situação para consolidar posições junto aos chineses. A China converteu-se hoje num parceiro importante para a economia japonesa. Ou seja, o Japão redescobriu seu antigo império continental, desta vez, naturalmente, sem qualquer chance imperialista.

“Com relação à Coreia do

Mais de cem presidentes e reis foram à entronização de Akihito



Os desequilíbrios econômicos, dos dois lados, forçam nova forma de convivência?

— Vamos analisar, inicialmente, o lado soviético. Na década de 50, a URSS faz um esforço colossal e dá um salto tecnológico. Na década seguinte, mantém esse esforço, tanto na área espacial, quanto na militar, nesta forçada pelo clima da Guerra Fria. Mas, isto a um custo social muito elevado. Na década de 30, foi obrigada à concentração na indústria pesada, seguida da concentração na indústria militar para enfrentar

o nazismo, e, no pós-guerra, pesados investimentos para fazer frente à hegemonia norte-americana.

Além disso, houve o peso da Europa Oriental. A teoria política, aliás, fracassou redondamente na interpretação da relação da União Soviética com a Europa Oriental. Predominou a visão de que se tratava de uma relação colonial, com os países do Leste como colônias da URSS. Ora, nada mais falso. Para Moscou, o Leste Europeu era um escudo de defesa, pois fora por ali que o país

Sul, o entendimento já leva a uma associação dos dois países para investimentos num terceiro, a União Soviética. A Coreia do Sul vai investir na Sibéria, mas com capitais japoneses. Toda essa movimentação envolve, ainda, a unificação coreana, um dado estratégico de primeira ordem, pois, a curto ou médio prazo, significa a retirada das tropas norte-americanas daquela área. (Essa retirada, aliás, é um processo inevitável também na Europa e nas próprias Filipinas, pois já não existem argumentos sustentáveis para a presença militar norte-americanas nessas regiões).

“Quanto à Indochina, é um espaço que se abre para o Japão, uma vez que o país começa a desenvolver uma ação no Camboja, a pedido norte-americano, e a financiar o Vietnã, pela insuficiência soviética em fazê-lo na proporção adequada.

“A redução da influência norte-americana na Ásia terá como contrapartida o crescimento da influência japonesa. Ou seja, o Japão sabe que terá que reformular sua política externa, começando pela quebra desse posicionamento automático pró-norte-americano. O Japão sabe que está sendo empurrado para responsabilidades mundiais. Suas lideranças têm consciên-

cia disso, mas ainda não decidiram como realizá-lo. Mas, quando o fizerem, vão fazê-lo em bloco, como é de sua índole. Por enquanto estão estudando o assunto; discute-se muito hoje essa questão no Japão.

“Essas perspectivas já delineiam mudanças na sociedade japonesa. Durante muitos anos, a sociedade japonesa vem trabalhando arduamente para acumular uma riqueza nacional. Mas, não se aproveitou disso, não tem usufruído o bastante dessa posição. O movimento sindical, por exemplo, é extenso e forte, mas tímido, dá grande colaboração para o funcionamento da economia. Enfim, submete-se a uma estratégia mais global, nacional. Até faz parte da cultura japonesa.

“Acontece, porém, que essa estratégia mais global está mudando. O próprio Miti já definiu que o Japão precisa aumentar seu consumo interno, estender a faixa do lazer, reduzir a jornada de trabalho, ampliar a faixa do relaxamento social e diminuir a tensão do japonês. Enfim, aumentar o direcionamento da economia para o mercado interno. É claro que o Japão deverá continuar dependendo do exterior, para a importação dos insumos necessários e para a colocação de seus



Tecnologia e a base do avanço econômico japonês. Na foto, o primeiro satélite nipônico lançado em 1977

produtos, mas, sem dúvida, deverá ampliar a base do consumo interno de suas próprias manufaturas.

“A compreensão desse quadro é clara no Japão. O partido governante, o Partido Liberal Democrático, não está se mostrando capacitado a conduzir a nova etapa da história japonesa. É demasiado conservador para isso, tem uma direita excessivamente nacionalista e cultiva posições muito anticomunistas, anti-soviéticas. Ao mesmo tempo, pelas pressões norte-americanas contra o subsídio aos camponeses, o PLD tem retirado ajudas ao agricultor, perdendo esse seu tradicional aliado. Assim, cresce o espaço da esquerda na política do país.

“O partido que está se preparando para assumir o poder é o Partido Socialista. Tudo

indica que essa mudança virá a ocorrer. Não de forma imediata ou direta, mas pode começar da maneira como aconteceu na Alemanha Federal, na década de 60, isto é, por meio de coalizão.

“Vejo que a entrada do Partido Socialista no governo será através da coabitação. E, de alguma forma, isso já ocorre. Como o PLD perdeu a maioria absoluta no Parlamento, depende dos outros partidos para obtê-la. Como esses outros partidos estão muito unidos entre si, existe uma espécie de co-governo informal. O PLD tem de recorrer àqueles partidos para governar. A previsão, portanto, é de que o Japão passará por uma virada política, que não será propriamente brusca, uma vez que já está sendo realizada informalmente”.

sofrera duas devastadoras invasões em sua história, num espaço de 130 anos (a francesa, de Napoleão, e a alemã, de Hitler). Era uma questão militar, a custo altíssimo. Sendo assim, a URSS nunca tirou qualquer proveito econômico de seu relacionamento com o Leste Europeu. Pelo contrário, sempre investiu lá, pois seu interesse estratégico era militar.

A economia soviética não tinha como beneficiar-se da economia da Europa Oriental. Isto, aliás, vai ficar muito claro agora, pois a URSS devolveu aquela região à Europa Ocidental, já que não se sente mais tão ameaçada militarmente. Já se fala que o Ocidente, para assumir o lugar da URSS na região, terá que desembolsar centenas de bilhões de dólares naqueles países do Leste Europeu. Fica muito claro, assim, o custo do desenvolvimento da Europa Oriental que a URSS



forçado sempre lhe foi incômodo. Mas, o que precisa ficar muito claro é que não haveria – e não haverá – integração da URSS na economia internacional, a não ser que seja pela força da própria União Soviética. Ela precisa impor tal integração. E hoje ela está em condições de fazer isso. A geração que está assumindo o poder na União Soviética foi formada nas décadas de 50 e 60, tem muito traquejo internacional. A direção do país é hoje composta de uma camada de intelectuais, pois mais da metade do Birô Político da União Soviética é formada por pessoas com estudos de pós-graduação. Não é mais uma geração de operários e camponeses, que Kruschev ainda representou, nem de burocratas, de que foi exemplo o período de Leonid Brejnev. Hoje, é uma camada nova, com formação muito elevada, na direção de um país que possui agora uma numerosa

“A economia soviética não tinha como beneficiar-se da economia da Europa Oriental. Isto, aliás, vai ficar muito claro agora, pois a URSS devolveu aquela região à Europa Ocidental, já que não se sente mais tão ameaçada militarmente.”

teve que enfrentar sozinha, desde o fim da Segunda Guerra.

Isto, naturalmente, não absolve a URSS de erros na Europa Oriental, particularmente em aspectos do socialismo: querer que aqueles países reproduzissem o modelo do socialismo soviético, sem tirar nem pôr, foi uma das falhas básicas.

Lênin, o próprio Stálin e Kruschev procuraram uma integração a nível mundial. Foram sempre bloqueados. Gorbachev terá, enfim, sucesso?

– O relacionamento internacional sempre foi uma grande preocupação soviética. O isolamento

intelectualidade, dotada de grande agressividade e que age como força de pressão sobre o poder.

Tem força essa intelectualidade?

– É bom notar que a intelectualidade dos países socialistas é a elite possível lá, o que estabelece uma diferença em relação ao mundo capitalista, onde a elite tem componentes econômicos, são os empresários, etc.. No mundo socialista, porém, a única diferenciação possível se faz pela educação na qual todos têm igualdade de acesso e oportunidades. A sociedade socialista criou uma elite com base na intelectualidade.

Esse pessoal, como é fácil perceber, não suportava mais a situação. ‘As vezes com alguma

ingenuidade, mas sempre com muita decisão, essa gente decidiu modificar a economia mundial e alargar o espaço da URSS na cena internacional. Essa situação ficou mais grave, quando esse desenvolvimento científico criou a globalização mundial, de que começamos falando. Tal globalização impôs a necessidade de um novo tipo de direção, a nível mundial, e aquela camada intelectual tem grande sensibilidade para isso.

Na preocupação desse setor decisivo, há aspectos imediatos a considerar, como a integração europeia.

Gorbachev vive batendo na idéia do "lar europeu".

— Na medida em que a Europa se integra e co-

meça a diferenciar seus interesses dos interesses dos Estados Unidos, a integração europeia, que tem muito a ver com a Política para o Oriente (Ost Politik), passa a compreender o Leste. A Alemanha se volta para a Europa Oriental e vê que existem lá espaços enormes, o mercado possível para seu desenvolvimento. Diante disso, também a França é levada a voltar mais suas atenções para o Leste. Nessa espécie de redescoberta, é preciso considerar que a Europa sofre de um certo atraso científico. Em termos europeus, a ciência de ponta está na União Soviética, o que motiva ainda mais a aproximação. Se a Europa não for buscar a tecnologia de ponta na URSS, terá que voltar-se para os Estados Unidos, com o detalhe de que os Estados Unidos muito dificilmente

As limitações do "modelo russo"

Para Theotônio dos Santos, há uma confusão muito grande "sobre o que representa o socialismo tanto nos países que fizeram uma revolução (como a União Soviética, China, Iugoslávia), quanto nos que passaram por processos de transformação sob ocupação militar (Europa Oriental). Esses países, lembra Dos Santos, desenvolveram o sistema econômico utilizando princípios basicamente de uma economia de planejamento estatal, hegemonicamente estatal, não unicamente estatal: "Na URSS, o Estado quase que aboliu a parte privada, que subsistiu, mas de forma limitada. Na Europa Oriental, a economia privada continuou muito grande. Na China, também, não propriamente a economia privada, mas a economia comunitária. O Estado socialista chinês descobriu que não poderia abalar essa economia comu-

nitária, basicamente camponesa, e ajustou seu planejamento central a essa realidade".

"Houve uma pretensão — continua Dos Santos — por parte do pensamento soviético, particularmente após a vitória de Stálin, aí por 1926/27, de que a economia soviética poderia ser o modelo de uma economia socialista. Isso originou o chamado estalinismo. O problema do estalinismo não é o fato de ter matado gente ou não, de ser bom ou mau. A questão não é essa, pois todo governante é bom e mau, depende de que maneira se analisa e para quem ele é bom ou mau. O julgamento moral não cabe. O problema do estalinismo é que ele, com a força histórica da revolução soviética, converteu o processo da revolução russa no modelo do desenvolvimento socialista. E toda uma geração de intelectuais de esquerda foi

criada dentro dessa visão, confundindo o socialismo com a experiência soviética.

"Esta foi uma coisa que o Lênin não tinha feito. Lênin, inclusive, em 1923, fez uma autocrítica brutal dos 21 princípios da Internacional Comunista. Ele reconheceu que a Internacional era um equívoco, que não seria compreendida nunca fora da Rússia (ainda não era URSS), pois aqueles princípios eram russos, tinham a ver com a experiência concreta apenas russa, não eram princípios universais."

Mas, o professor Dos Santos lembra que começou a surgir toda uma economia política do socialismo, leis do desenvolvimento do socialismo, "que criaram uma crosta ideológica extremamente rígida, que começou a impedir o avanço do socialismo nos países mais desenvolvidos. Para as nações subdesenvolvidas, os princípios decorrentes da experiência soviética eram bastante aplicáveis, desde que se fizessem adaptações e se respeitassem as realidades locais. Como foi no caso da China. Mao Tsé-Tung teve que fazer tais adaptações e acabou rompendo com Moscou. O mesmo ocorreu com a Iugoslávia. Tito logo entrou em contradição com o catecismo de Moscou. Ou seja, tão logo o socialismo expandiu-se além das fronteiras soviéticas, aflorou a constatação de que aquele *modelo russo* estava equivocado e que não era de aplicação integral em outras regiões, muito menos com o sentido de leis".



O socialismo soviético de Lênin e Stálin vive uma era de reformas

A URSS e a crise do Golfo

Com relação ao mundo árabe, o professor Dos Santos acredita que a URSS comete um erro: levar adiante uma política agressiva, que faz com que entre em choque com os árabes. "Mas, recua dessa política, restabelece o bom clima e hoje é um parceiro importante em qualquer assunto que se refira ao Oriente Médio e ao Golfo Pérsico".

"Já na década de 50, a URSS põe um pé no Oriente Médio, dando apoio ao presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, que já contava, em certa medida, com apoio britânico e norte-americano. Desses quase 40 anos para cá, a URSS tornou-se uma voz que precisa ser ouvida nos assuntos daquela região."

Por outro lado, Dos Santos lembra que até a década de 70, "os navios soviéticos não podiam entrar no Mediterrâneo, enquanto, hoje, são uma presença comum. O encontro entre Bush e Gorbachev se fez, inclusive, no Mediterrâneo, com navios norte-americanos e soviéticos, lado a lado".

Na opinião do professor, a aproximação com a Europa e a maior presença na região "tornaram a URSS uma parceira indispensável no jogo do Oriente Médio, dando-lhe, inclusive, a possibilidade de usar seu próprio petróleo como arma econômica. Basta lembrar que, com a reforma no Leste, o país livrou-se de continuar fornecendo petróleo a todo o bloco socialista, por uma bagatela, sem que entrassem divisas nessa contabilidade. Agora, a URSS fornecerá o óleo a preço mundial e com pagamento em divisas. Sem o peso da Europa Oriental em suas costas, Moscou poderá construir, de fato, uma política econômica, que lhe permitirá realizar a integração com a Europa Ocidental".

E, ao falar no papel da União Soviética no Oriente Médio, o professor Theotônio dos Santos faz uma análise muito peculiar das origens da atual crise do Golfo. Diz ele: "Um aspecto pouco conhecido da decisão soviética de atuar a nível mundial era o acordo que estava sendo costurado com a Arábia Saudita. Gorbachev queria um acordo com a Opep, via Arábia Saudita, com relação ao petróleo. Isto teria um efeito explosivo sobre a economia mundial, pois daria à Opep um poder de manobra extremamente alto".

"Para mim, esta foi uma das razões principais pelas quais os Estados Unidos procuraram forçar o Iraque a invadir o Kuwait. Era a forma de Bush obrigar a Arábia Saudita a admitir tropas norte-americanas em seu território e melar o acordo Moscou-Riad-Opep. Desde o começo, acreditei que a invasão do Kuwait pelo Iraque foi um produto da Inteligência norte-americana. Uma provocação."

"Não sei se o Saddam Hussein fez a invasão, sabendo das intenções dos Estados Unidos, ou se a recusa radical do Kuwait em chegar a um entendimento com Bagdá – o que deflagrou a invasão – foi uma posição orientada por Washington.

"Pode-se estranhar essa tese, uma vez que o brutal aumento do petróleo, em função da crise, beneficia a Opep. É verdade, mas apenas num primeiro momento. O acordo soviético com a Opep provavelmente elevaria os preços mundiais do produto, mas a médio prazo e de forma gradualista. E, politicamente, estimularia a coesão árabe. Hoje, com a invasão do Kuwait, temos a Opep dividida e o mundo árabe em frangalhos, enquanto os preços tendem a cair."



"A atual presença militar norte-americana na Arábia Saudita não pode continuar indefinidamente."

transferem tecnologia de ponta. Assim, só resta mesmo a URSS, que, aliás, se dispõe a esse intercâmbio, em troca do que a Europa Ocidental lhe possa oferecer.

Podemos, então, dizer, que ocorre uma convergência de interesses entre a Europa Ocidental e a URSS. A liderança soviética apressou-se a evitar que a integração européia acabasse por isolar a URSS e Gorbachev lançou uma grande ofensiva, com sua tese a favor da integração do "lar europeu". Ora, para acontecer tal lar, é preciso apressar a integração da URSS à economia européia e mundial.

Naturalmente, a URSS não deixará de se relacionar com os Estados Unidos, que são seus grandes competidores. Nem a Europa suspenderá seus entendimentos com os Estados Unidos. Mas, o contexto em formação indica que os Estados Unidos perdem seu poder de liderança na Europa.

A base da grande mudança, portanto, seria esse reencontro europeu?

– Analisando o panorama mundial sob esse ponto de vista mais amplo, fica difícil manter a interpretação dominante de que a União Soviética está num processo de desmembramento e que o socialismo está sendo derrotado. O que eu vejo é outra situação: trata-se do fim do pós-guerra, de um novo período em que a URSS consegue afinal integrar-se à Europa e esta volta ao patamar de grande potência, enquanto os Estados Unidos perdem parte de sua influência. Nesse quadro, o campo socialista é a base da estabilização européia, mercado de expansão e viabilizador do projeto europeu, impedindo que a crise que assola os Estados Unidos se estenda ao "lar europeu".

O quadro geral, portanto, indica um processo de decadência norte-americana e de ascensão europeia.

Os Estados Unidos estão condenados, assim, a reduzir o seu papel de influência no mundo?

— Na verdade, toda essa reviravolta transforma os Estados Unidos numa potência regional. A perda de posição na Europa, a perda de posição no Oriente Médio, a perda de posição na Ásia, a perda da adesão incondicional do Japão, tudo isso significa a retração da influência direta norte-americana. A atual presença militar na Arábia Saudita não deve iludir: em algum momento não muito distante, os Estados Unidos serão obrigados a retirar suas tropas de solo saudita. Primeiro, porque os sauditas não vão admitir a extensão dessa presença; segundo, porque os próprios Estados Unidos não vão ter dinheiro para sustentar os gastos; terceiro, porque a Alemanha e o Japão não assumirão esses encargos.

Quais serão, professor, os espaços do Terceiro Mundo nessa nova cena mundial, que, ao menos aparentemente, indica menos tensão e maior tendência à colaboração?

— O Terceiro Mundo está sendo reagrupado em torno de certos interesses regionais. O Pacífico foi orientado em torno do Japão, embora continue a referência econômica norte-americana. O acordo do Sudeste Asiático, a Asean, está se reorientando e surge uma acomodação regional, que envolve até a normalização de relações entre a China e a Indonésia.

Quanto à África, é preciso distinguir o Norte da África e o resto do continente. Com relação ao Norte, há dois pontos de referência para a evolução regional, a partir da base de identificação islâmica: as potências petrolíferas e o enclave israelense. Este é o inimigo comum, que unifica todos os países islâmicos. Já a produção de petróleo poderá servir de base para um movimento de unificação, na medida em que crescer a consciência do poder que aquelas riquezas lhes dão, embora a importância do petróleo seja motivo para que as grandes potências tratem de impedir a unidade árabe.

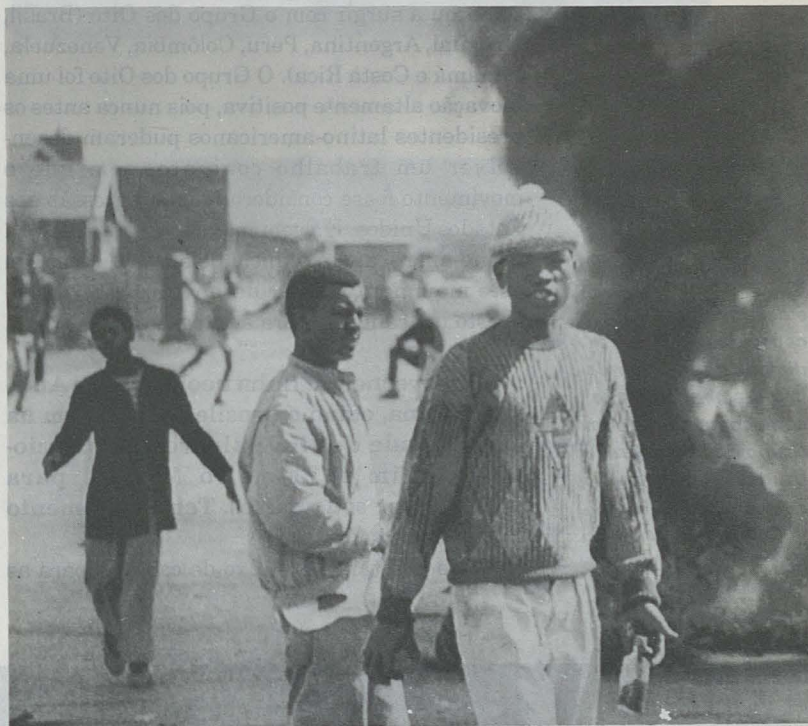
No entanto, devemos considerar ainda muito difícil o processo árabe, embora não seja impossível contar com avanços no nível de entendimento interno. No Maghreb, por exemplo, já se esboça uma espécie de mercado comum, embora ainda muito dependente da Europa. Mas, se o mundo árabe conseguir usar mais racionalmente seus petrodólares, poderá fazer avançar a unidade.

Por enquanto, o Maghreb é muito ligado à Europa, enquanto o Golfo Pérsico sofre alta influência dos Estados Unidos.

Quanto à África subsaariana, quais as perspectivas?

— Quanto à África subsaariana, a situação é muito complexa. É uma região que não tem saída sem ajuda externa. Sua economia de autoconsumo tribal foi destruída na última década, tanto por questões internas, como as guerras, quanto, principalmente, pelo avanço da economia europeia naquela região, avanço simultâneo a um alto índice de urbanização. Nesse quadro, a economia de subsistência foi desarticulada. É um processo de desagregação, que está impondo a fome à região.

Uma das saídas é a influência do pólo sul-africano:



cano: uma África do Sul democratizada pode desempenhar importante papel estabilizador das economias do sul do continente. Poderia gerar a integração regional e formar um pólo econômico de importância. Tão importante, que dele poderia se beneficiar até mesmo a economia brasileira, pelo fato de existirem interesses comuns.

E a América Latina, sob a influência direta dos Estados Unidos, como se insere nesse quadro geral?

— A questão da integração latino-americana oferece perspectivas e enfrenta problemas. Um dos principais problemas é a atração que sobre o México exercem os Estados Unidos. Também a

“Uma África do Sul democratizada pode desempenhar importante papel estabilizador das economias do sul do continente.”

presença norte-americana na América Central funciona como empecilho à integração.

No que se refere à América do Sul, já se registrou um esforço muito grande com o Grupo Andino, que infelizmente não alcançou a projeção com que contavam os seus idealizadores. Um dos motivos básicos para o enfraquecimento do Grupo Andino foi a ditadura militar do Chile. É possível que agora, com a redemocratização chilena, surjam novas perspectivas para aquele conjunto importante de países.

Parece-me que a solução, na realidade, começa com o aumento de acordos bilaterais e integrações parciais, com vistas ao futuro. (Ver matéria sobre Pacto Andino, p. 17).

Considero que outro ponto fundamental e imediato é desenvolver a capacidade política e diplomática do mundo latino-americano, que começou a surgir com o Grupo dos Oito (Brasil, Uruguai, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá e Costa Rica). O Grupo dos Oito foi uma inovação altamente positiva, pois nunca antes os presidentes latino-americanos puderam desenvolver um trabalho conjunto, sem que o movimento fosse considerado uma agressão aos Estados Unidos. É a semente da unidade política latino-americana e o início de sua aceitação. Se este movimento puder desenvolver-se, estará aberto um caminho para a integração.

Os governos de linha neoliberal da América Latina, como o brasileiro, apostam na boa vontade dos investidores internacionais, enfim o Primeiro Mundo, para desenvolver seus países. Tem fundamento tal esperança?

– No que tange ao fluxo de capitais para as

economias latino-americanas, as perspectivas são muito limitadas, no meu ponto de vista. São vários os motivos, mas que se resumem ao fato de que os atuais grandes investidores potenciais – Alemanha e Japão – têm interesses imediatos em outras regiões.

O Japão e a Alemanha tornaram-se os grandes países superavitários do mundo atual, na década de 80, depois que os Estados Unidos decaíram e passaram à condição de país devedor. O fluxo de capitais dos novos gigantes tem se dado para os Estados Unidos, comprando papéis do Tesouro norte-americano e bens. Com a unificação alemã e a abertura do Leste Europeu, os capitais alemães deverão centrar-se na própria Europa. Os capitais japoneses, por sua vez, estão se voltando para aquelas áreas que são complementares a sua economia, basicamente a própria Ásia.

Assim, não se devem esperar investimentos industriais de porte na América Latina, afim de especial o Brasil, por sinal um devedor que assusta quem tem dinheiro. Os únicos setores que poderão receber algum impulso por parte do capital externo serão aqueles capazes de oferecer complementariedade às necessidades daquelas economias: setor de minério e algumas outras matérias-primas e as respectivas infra-estruturas exportadoras. Fugiria à lógica daquelas economias, planejar maciços investimentos de capitais no Brasil e na América Latina, para desenvolvimento industrial, quando próximo a elas o campo é muito mais propício.

Não lamento este quadro, particularmente no que toca ao Brasil, porque surtos de desenvolvimento ocorreram em períodos assim. Basta lembrar a virada industrializante da década de 30, realizada num quadro de recessão mundial. Mas, o Brasil e a América Latina inteira têm condições de resolver sozinhos seus problemas de desenvolvimento. Por exemplo, não precisamos de qualquer ajuda de fora para resolver o problema educacional, que está na base de nosso subdesenvolvimento.

Enfim, este “esquecimento” por parte dos capitais externos tende a nos ser favorável, se formos capazes de estabelecer políticas adequadas para a solução das questões básicas de nossa realidade social e econômica. Esta situação, portanto, mais do que nunca torna importante a colaboração entre os latino-americanos.

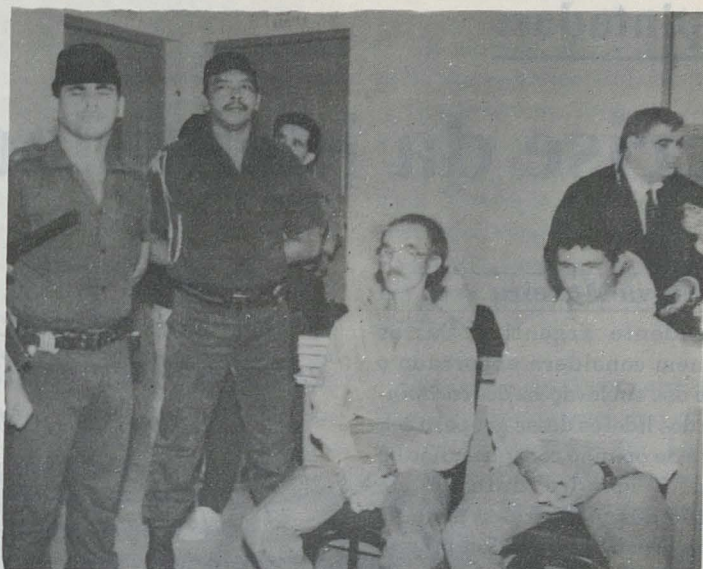
“Um ponto fundamental e imediato é desenvolver a capacidade política e diplomática do mundo latino-americano, que começou a surgir com o Grupo dos Oito (Brasil, Uruguai, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá e Costa Rica).”



Um dos julgamentos do século, devido a sua repercussão mundial, levou à condenação, no Acre, do fazendeiro Darli Alves e de seu filho Darci, este réu confesso do assassinato do sindicalista rural Chico Mendes.

Como destaque, a condenação, pela primeira vez em caso semelhante, do mandante do crime, Darli, envolvido com a UDR e já anteriormente famoso pela violência contra posseiros. Desta vez, ganharam os seringueiros contra o avanço da violência dos latifundiários e da modificação do meio ambiente: ficaram as seringueiras e não entraram os bois.

46



Os problemas sociais se agravam no país, repercutindo sobretudo nos municípios maiores, sem que haja uma coordenação de esforços adequada para responder às demandas.

A questão preocupa os setores envolvidos com a ação social, que pretendem conseguir junto ao governo federal um novo estágio de entendimento, para que se dê consequência ao preceito constitucional que atribui basicamente aos municípios a execução do atendimento social. A descoordenação atual gera desperdícios e ineficiência.

50



O carnaval está às portas, com suas músicas, seu clima de magia e de descarga emocional para os foliões de todos os estilos e idades.

No samba carioca, ao lado de histórias de louvação ou do romantismo exaltado característico da festa, há enredos que exibem a face mordaz do carnavalesco-cidadão, com críticas e ironias de fundo social.

53



Carapintadas:**A crise da identidade militar****Neiva Moreira**

O presidente argentino Carlos Menem considera encerrado o ciclo das sublevações dos *carapintadas*. Um dos líderes desse grupo, o cel. Aldo Rico, é de opinião contrária: não se modificou o quadro interno de insatisfação dos militares e pode-se esperar, no prazo máximo de um ano, novos levantes.

Mas, por que estão insatisfeitos os militares argentinos, se foram anistiados apesar dos crimes cometidos, mantiveram os seus privilégios e ainda

O novo clima político mundial estendeu seu espírito de desarmamento também à América Latina, onde as forças armadas começam a reavaliar seu papel



Rendidos e descalços à beira da calçada, carapintadas representam um tempo equivocado

desfrutavam de um nível de salários acima da média dos servidores públicos?

A chave do problema não está aí, mas na crise institucional e na busca de identidade, que são notórias no exército argentino e em outros similares latino-americanos. Essa crise afeta a missão nacional dos exércitos, da qual decorrem sua estratégia, sua estrutura interna e sua rotina de trabalho.

Rotina histórica – Vejamos algumas etapas da evolução desse problema. Os nossos exércitos levavam, até a década de 50, uma vida rotineira, alimentada pelas rivalidades fronteiriças mais ou menos agudas: Argentina x Brasil, Co-

lômbia x Venezuela, Peru x Equador, Chile x Argentina, Bolívia x Chile, Honduras x El Salvador, e outras mais. Os estados-maiores preenchiam o tempo, elaborando planos de ataque e defesa, concentrando tropas nas fronteiras de onde esperavam os confrontos armados.

Isso não significa que, do seio de alguns exércitos, não surgissem movimentos patrióticos, que resultaram em grandes conquistas para o país, no terreno da soberania política e do nacionalismo econômico. Mas, foram bem mais movimentos episódicos, que não modificavam os projetos estratégicos de cada força armada, mas os fortaleciam, ao consolidar o abastecimento da ener-

gia, do aço, das comunicações.

O avanço de uma consciência política latino-americana, o aumento do intercâmbio econômico e das comunicações entre nossos países e o trabalho dos diplomatas reduziram muito as áreas de conflito, refletindo-se na doutrina militar de vários países.

O Pentágono soube aproveitar habilmente esse vazio que se produziu nas forças armadas latino-americanas com a virtual superação desses conflitos, enquadrando sua missão na estratégia global da cruzada contra a subversão, unindo-as aos Estados Unidos na “guerra santa” ao Império do Mal, ou seja, a União Soviética.

Em decorrência dessa estratégia global norte-americana, os exércitos latino-americanos, com exceção óbvia de Cuba e em menor grau do México, passaram a viver, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, dominados pela perspectiva do confronto Leste-Oeste. Para o Pentágono, esse confronto seria inevitável e deveria envolver os nossos países, mesmo que não tivessem qualquer interesse na sua deflagração.

Os militares latino-americanos foram maciçamente treinados para combater a guerrilha e – qualificada como “braço interno do comunismo” –, sob esse pretexto, reprimir todo tipo de oposição e luta contra o domínio econômico dos Estados Unidos e suas multinacionais. Na divisão de trabalho da luta anti-soviética, era essa a tarefa dos nossos exércitos.

Naturalmente, os generais norte-americanos não adivinhavam que um russo pouco conhecido, chamado Mikhail Gorbachev, chegasse ao poder na URSS e contribuísse de maneira tão decisiva para modificar o mapa político do mundo. Os generais do Pentágono talvez ainda hoje não entendam o que aconteceu e se surpreendam com a incrível velocidade dos acontecimentos.

O fato é que a Terceira Guerra Mundial – a menos que o sr. Bush transforme o Oriente Médio num detonador incontornável – foi cedendo lugar ao entendimento, que está levando a uma impressionante floração de acordos, propósitos e instrumentos de paz.

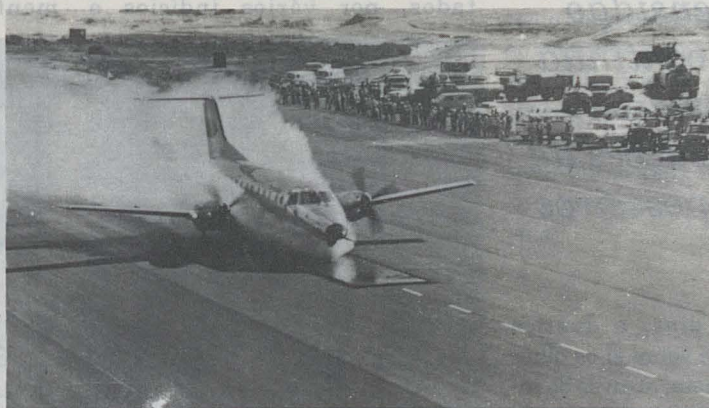
Nossos exércitos perderam, assim, a perspectiva de pegar uma carona no “conflito global” em gestação. Mas, o efeito mais imediato na América Latina foi a mudança política que vem se operando nos últimos anos na região, também influenciada por esse novo quadro internacional. Até mesmo um certo esforço integracionista avança em várias áreas da América Latina, amenizando as pressões conflitivas. A não ser casos isolados, como alguns remanescentes ainda resistindo nas montanhas da Colômbia ou as guerras civis não-solucionadas da Guatemala e El Salvador, a guerrilha “castrocomunista”, como a denominava o Pentágono, desapareceu da agenda revolucionária dos nossos países. O Peru é algo à parte. O projeto do Sendero Luminoso é tão confuso, antidialético e fora do contexto revolucionário, que se isolou no continente e é visto como um fenômeno transitório e absurdo, mesmo pelos esquerdistas mais inclinados a aferrar-se a esses processos de luta.

O fim do ciclo de guerrilha e contra-insurgência está, assim, à vista. Isso significa que exércitos preparados para a “guerra interna”, integrada à “guerra total” anti-soviética, ficaram sem missão, de um dia para o outro. As escolas de contra-insurgência já não atraem tantos oficiais como no passado recente e a “guerra na selva” só entusiasma mesmo o sr. Collor, fascinado por aquela farda camuflada, que ele veste e impõe à família, num espetáculo de marketing que muitos militares e a maioria dos civis acham perfeitamente dispensável e anacrônico.

Reciclagem – As rivalidades fronteiriças cedem, hoje, lugar à cooperação, a Guerra Fria chega ao fim, com a dissolução do Pacto de Varsóvia e a iminente

desativação do Tratado do Atlântico. A contra-insurgência perde o sentido, se não há insurgência, e a defesa do continente, que a Casa Branca alimentava como estímulo à aliança militar com os nossos países, sucumbiu nas águas glaciais das Malvinas. Atacada por um país não-americano, a Argentina viu os satélites dos Estados Unidos orientando os navios e aviões ingleses para o ataque à sua esquadra.

Tentar desconhecer essa nova realidade e fingir que, nos quartéis, está tudo como antes, é um irrealismo flagrante. Mais ainda: supor que as mudanças fundamentais que ocorrem no mundo, com o



Embraer: colaboração dos militares na capacitação tecnológica

fim da Guerra Fria, não afetam os militares latino-americanos e não provocam, nos seus quadros mais lúcidos, uma busca de identidade, também é pura ilusão.

Hoje, no mundo, estamos todos vivendo situações e desafios muito diferentes dos de há poucos anos. Isso não quer dizer que tenhamos condições ou vocação de virar a Costa Rica, que aboliu há muito sua força armada. Seria utópico pensar que os quartéis na América Latina vão ser desativados e os militares postos em disponibilidade, no modelo do atual governo de Brasília.

O Pentágono está agora tentando engajar os exércitos latino-americanos no combate ao narcotráfico, embora para dar o exemplo, devia fazer o mesmo no seu próprio país, que é o centro mundial do consumo de tóxicos. Experiências neste sentido foram feitas na Bolívia, no Peru e na Colômbia. Mas além do insucesso da operação, essa iniciativa encontra uma enorme resistência das forças armadas locais. O combate ao narcotráfico está assim muito longe de

sucedem nas forças armadas latino-americanas, a contra-insurgência.

No entanto, os nossos militares têm múltiplas responsabilidades nacionais e, no caso brasileiro, cooperar para manter a unidade do país e a sua coesão não é das menos significativas. O importante não é a sua dissolução, que não está em causa, mas a reciclagem do conjunto das suas atividades, começando pelos currículos escolares, que ainda refletem realidades superadas.

Tarefas do desenvolvimento –

Considero muito positivo o que a Marinha está fazendo em Iperó, pelo desenvolvimento nuclear, e o êxito da Aeronáutica em fabricar aviões em São José dos Campos. As dificuldades opostas a essas realizações só se explicam pela incidência de interesses estranhos, arrastando, com lobbies bem azeitados, parcelas importantes da opinião pública, sob o pretexto de impedir a fabricação da bomba atômica ou, no caso da Embraer, pelas pressões dos grupos privatizantes, que disputam o mercado eficazmente conquistado por aquela empresa estatal.

Mesmo o Projeto Calha Norte, tão combatido no seio das forças progressistas, deve ser reavaliado, sim, mas para corrigir os seus erros e distorções, sem abrir mão da cooperação do Exército num projeto abrangente de desenvolvimento integrado da fronteira norte.

Os países latino-americanos possuem dezenas de milhares de oficiais que, sem perda de sua missão específica, podem incorporar-se, em vários ramos técnicos, ao trabalho do desenvolvimento independente.

Parece lógico que, no quadro das atuais realidades internacionais, se impõe a reavaliação da dimensão que devem ter as nossas forças armadas e do papel dos militares em nossos países, abrindo-lhes novos caminhos de inserção no processo social. Deixar de fazê-lo é alimentar a insatisfação e a carência de identidade que levam os *carapintadas* argentinos a esses golpes, que oscilam entre o desespero e o ridículo. ●

Um julgamento para o mundo

Dois assassinos de Chico Mendes foram, afinal, condenados, sem que a Justiça tenha conseguido revelar a trama inteira nem todos os envolvidos, enquanto a imensidão rural brasileira continua como uma zona de conflitos e de execuções de trabalhadores e posseiros

Por quatro dias, a Justiça acreana teve sobre si os olhos de meio planeta, através da intensa cobertura jornalística sobre o julgamento dos matadores do líder seringueiro Chico Mendes, na cidade de Xapuri. Representantes de uma centena de órgãos de imprensa do mundo inteiro transmitiram os trabalhos no acanhado plenário do tribunal xapuriense, fazendo reviver o debate sobre a questão da preservação ambiental e da Amazônia.

Na visão desses importantes observadores, não se tratava apenas de um crime cometido pelo conflito entre a decisão de formar um pasto para bois, numa área de seringal, e a resistência dos que precisavam do seringal para sobreviver na ingrata tarefa de extrair borracha nas matérias acreanas. Tratava-se, nessa versão, da grande luta entre os inimigos do meio ambiente e seu novo mártir, o sindicalista rural que se transformou em defensor da ecologia amazônica.

Dois anos após o crime, os réus foram levados a julgamento e sentenciados. Darli Alves, de 56

anos, mandante do crime, e seu filho Darci Alves Pereira, de 23 anos, receberam a pena de 19 anos de cadeia, no dia 16 de dezembro. Além do foragido Jardeir Pereira, outro implicado direto no assassinato, ficaram fora da ação judicial os representantes da reação no campo, os fazendeiros liderados pela União Democrática Ruralista-UDR, apontados, por vários indícios e

Orlando Valverde, da Campanha Nacional de Defesa e do Desenvolvimento da Amazônia-CNDDA, por ter produzido uma consequência inédita até agora na história dos conflitos rurais: a condenação do mandante de um crime no campo. "Além de todo esse processo de divulgação da questão amazônica, o Chico Mendes conseguiu, no julgamento de seus assassinos, que



Com Chico Mendes a luta pela terra adquiriu também um tom ecológico

informações, como implicados na trama que levou ao assassinato de Chico Mendes, no dia 22 de dezembro de 1988.

Luta da terra – O julgamento dos dois criminosos associou ainda mais a causa a uma luta pela defesa da ecologia, deixando em segundo plano o aspecto social mais premente e o motivo real dos conflitos que desembocaram no crime: o confronto pela posse da terra e pela garantia de sobrevivência a trabalhadores que vivem do extrativismo florestal.

A confluência do extrativismo com a manutenção da floresta define a luta ecológica de Chico Mendes e de seus amigos seringueiros, um empenho reconhecido e que tornou o destino do líder rural uma história de conhecimento mundial.

O júri de Xapuri entra na história, segundo o geógrafo e ecologista

tivéssemos, pela primeira vez, a condenação não só do pistoleiro, mas de quem o armou para o crime. A condenação de Darli Alves abre um precedente auspicioso para os que se dedicam a erradicar a violência do latifúndio contra posseiros, índios e trabalhadores rurais".

Em Xapuri, a acusação, tendo à frente o advogado Márcio Thomaz Bastos, citou diversos nomes de outros possíveis implicados no crime, recorrendo, inclusive, a uma carta que Chico Mendes enviou à Justiça de sua cidade, apontando 12 fazendeiros e pessoas ligados à UDR como envolvidos numa trama para matá-lo. A carta foi escrita cerca de dois meses antes do disparo fatal. Na lista de Chico Mendes, constam Darli e seu irmão, Alvarino; Crispim Alves, acusado de outras mortes; José Assem e Luiz Brandão Assem, este eleito agora deputado estadual pelo



Darli e Darci: transmissão hereditária da violência contra os camponeses

PRN; o capitão Tirson, comandante da PM em Brasília; o fazendeiro Coronel Chicão e até mesmo o juiz de Brasília na ocasião, Heitor Macedo; os fazendeiros Antônio Pequeno e Benedito Rosas; e o comerciante José Benvindo e outro, citado apenas pelo apelido de "Querido". Nenhum deles chegou a ser ouvido no proces-

so, apesar do pedido expresso do promotor que atuou no caso, Francisco Matias de Souza, à polícia da cidade. O próprio Chico Mendes denunciara até mesmo a cobertura que a Polícia Federal daria a jagunços no Acre.

A efervescência da luta pela terra e a organização dos setores latifundiários, que se transformam

numa espécie de máfia, quando se trata de proteger seus interesses e atacar índios e os sem-terras, certamente explicam o não-indiciamento dos nomes apontados previamente por Chico Mendes, além da facilidade com que Darci Alves Pereira confessou o crime ao juiz Adair Longuini, assumindo sozinho a culpa, como se a iniciativa fosse exclusivamente sua e como se tratasse apenas de um caso pessoal. Darli, por sua vez, em nenhum momento deixou que o processo se ampliasse para apontar uma rede de implicados.

Assim, o "Woodstock jurídico" — como chegou a se referir a imprensa ao evento do julgamento — fugiu pouco aos limites do ambiental e não chegou a deflagrar um debate mundial, via satélite, sobre os crimes no campo brasileiro, frutos da distorcida e inadequada posse da terra no país.

Procópio Mineiro

Uma guerra sem fim

Enquanto corria o julgamento dos matadores de Chico Mendes no Acre, a surda guerra do campo brasileiro produzia mais uma vítima em Pernambuco. No dia 13 de dezembro, o assessor político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, José Hélio da Silva, de 25 anos, foi assassinado por dois pistoleiros, que fugiram. O crime ocorreu na BR-101, no trevo de acesso à cidade de Joaquim Nabuco, na Zona da Mata pernambucana. O acompanhante de José Hélio, o tesoureiro do sindicato, José Cícero, saiu ferido. Tendo o carro alvejado pelos disparos de espingarda calibre 12, os dois abandonaram o veículo em que estavam e saíram correndo para o canavial próximo. Dois tiros acabaram com José Hélio, enquanto José Cícero conseguia embrenhar-se na plantação e esconder-se dos assassinos, que desapareceram num Fiat cinza metálico.

A execução de José Hélio da Silva manteve a triste rotina da Zona da Mata pernambucana: a média de um líder rural morto a cada dois meses. José Hélio foi a 58**a vítima, em 10 anos, uma dizimação das lideranças locais. Segundo a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco-Fetape, ameaças de morte pesam sobre outros quatro no-

mes ligados às lutas dos camponeses: a presidente do sindicato de Surubim, Isabel Crispim, os delegados sindicais Mária Flórida de Lima e Antônio Eleutério de Lima, e o advogado da Fetape, José do Patrocínio dos Santos.

A polícia disse não ter qualquer pista dos criminosos de José Hélio da Silva.

No Piauí, na primeira semana de dezembro, a fazenda Cebola, em Teresina, foi invadida por 800 sem-terras. A ação policial desalojou as famílias invasoras, causando ferimentos em 15 pessoas, além de destruir casas e barracas.

No Acre, em meio ao júri contra Darli e Darci Alves, o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio, também presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, considerava urgente que os trabalhadores rurais passassem a cuidar de forma organizada de sua própria segurança. Ameaçado de morte há muito tempo, Osmarino já conseguiu porte de arma e anda protegido, pois teme ser assassinado. Ele não confia na proteção policial e considera que só um sistema de autodefesa impedirá a ação dos pistoleiros e a ousadia de seus mandantes. A posição de criar sistemas de autodefesa não agrada a todos, mas Osmarino argumenta que só assim vai acabar a matança das lideranças sindicais no interior brasileiro.

Um pacto pelo desenvolvimento

Ao mesmo tempo em que descartam uma "oposição sistemática" ao governo federal, os governadores do PDT propõem a formação de uma Frente Nacional de Luta Contra o Modelo Econômico

Antonio de Padua Gurgel

Assim que terminou a recente campanha eleitoral, vários foram os governadores eleitos que manifestaram perplexidade com os efeitos causados pela política recessiva do governo federal nas finanças dos Estados que eles assumirão a partir de 15 de março. Afinal, a crescente onda de desemprego e concordatas, que têm atingido até mesmo empresas de grande porte, junto com o declínio na arrecadação de impostos não são dados propriamente estimulantes para quem sai de uma campanha que deixou tanta expectativa no ar.

O pernambucano Joaquim Francisco, com ampla cobertura da mídia, chegou a convocar para o dia 12 de dezembro uma reunião de governadores eleitos em Recife, destinada a "propor saídas para a crise". Mas, depois voltou atrás, alegando que os futuros dirigentes estaduais precisariam de pelo menos 30 dias para tomarem pé da real situação em que vão iniciar seus mandatos.

Carta de Vitória - Quem acabou saindo na frente foram os governadores eleitos pelo PDT - Leonel Brizola, do Rio de Janeiro; Alceu Collares, do Rio Grande do Sul; e Albuíno Azeredo, do Espírito Santo. Reunidos na capital capixaba em 11 de dezembro, eles lançaram a "Carta de Vitória".

A principal proposta desse I Encontro Nacional de Governadores, Senadores e Deputados do PDT foi a formação de uma "Frente de Luta contra o Modelo Econô-



Brizola, ladeado por Albuíno, Max Mauro e Collares, lança chamado aos governadores

mico". A proposta será submetida a todos os governadores eleitos, em reunião ainda sem data marcada, mas que servirá para o levantamento de um diagnóstico da crise brasileira e propostas de solução.

O governador Leonel Brizola acredita que a Frente sugerida pela "Carta de Vitória" poderá vir a contar com o apoio de significativos segmentos da política brasileira, principalmente os que se reuniram nos palanques pelas "Diretas Já" e no segundo turno da eleição presidencial de 1989. As articulações para a viabilização dessa Frente, segundo Brizola, poderão ser iniciadas no Congresso, mas, de acordo com sua opinião, ela só terá êxito se alcançar as ruas, num amplo movimento de massas.

Apreensão - A "Carta de Vitória" parte do pressuposto de que "o povo brasileiro vê, com grande apreensão, o horizonte sombrio que se desenha para o nosso país. Já não se trata de ameaças a um futuro distante, mas ao próprio amanhã da Nação. O Brasil mergulha no

plano inclinado de uma recessão que já revela seus efeitos cruéis. Centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias são atirados ao desemprego. Decompõem-se as rendas da classe média; as pequenas e médias empresas e os produtores do campo, bases do emprego e da produção, debatem-se com dificuldades crescentes, enquanto as empresas estatais estratégicas - outro orgulho e fundamento do progresso nacional - agonizam pela ação deliberada daqueles a quem sua guarda foi confiada. Os novos governadores deparam-se com uma aterradoramente e vertiginosa queda na receita dos Estados, com seus reflexos dramáticos sobre os serviços públicos, já precários e insuficientes".

Depois de mencionar o confisco das contas correntes e da poupança, além da política de arrocho salarial, o documento dos pedetistas constata que, "por toda parte, percebem-se os frutos amargos de tais decisões, com o declínio do padrão de vida de nosso povo e a desorganização da vida econômica, enquanto a soberania nacional, apesar das declarações pomposas, esvai-se na prática de um sistema econômico neocolonial".

Terminando a rápida análise da situação nacional, a "Carta de Vitória" pergunta: "Faltarão às nossas elites a autocrítica que as faça enfrentar a verdade de que, sob a égide desse modelo econômico, nada do que fizerem poderá superar a crise e estará fadado ao fracasso? Já não é tempo de admitirem que vivemos numa economia em perda, onde quanto mais trabalhamos e produzimos, mais empobrecidos ficamos?"

De acordo com o documento, "a independência nacional constrói-se com o desenvolvimento, mas, sem ela, o progresso e a prosperidade são sempre

privilégios de uma minoria e têm como preço a pobreza e a submissão de nosso povo”.

Decisões – Depois de recomendar que os governadores realizem administrações austeras e eficientes, “trabalhando ombro a ombro com a população”, com o objetivo prioritário de “salvar milhões de crianças e jovens que o Brasil vem atirando à marginalidade, através de um novo sistema escolar, que tenha como base os Centros Integrados de Educação Pública-Ciep”, a “Carta de Vitória” enumera sete decisões do I Encontro Nacional de Governadores, Senadores e Deputados Federais eleitos pelo PDT:

1 – Condenar a política econômica do Governo Collor, considerando dramática a situação em que o país está submergindo. O custo social das medidas econômicas vem sendo insuportável para o povo brasileiro; 2 – Reafirmar a necessidade absoluta de austeridade e de eficiência na gestão do interesse público, exigindo da máquina administrativa federal mais competência e trabalho nos setores que se encontram sob sua responsabilidade, como é exemplo deplorável o abandono da malha rodoviária; 3 – Reiterar o compromisso do Partido com a escola pública, com o sistema educacional e assistencial digno e à altura dos direitos e necessidades de nossas crianças; 4 – Exigir a reformulação da política salarial, assegurando a recuperação das perdas salariais e criando mecanismos de prefixação de preços e salários, que defendam e fortaleçam o poder de compra dos trabalhadores; 5 – Unir os esforços na definição de um plano de combate à recessão, que abra os caminhos para a retomada do desenvolvimento com justiça social e a abertura de crescentes oportunidades de emprego; 6 – Definir sua postura diante do Governo Federal, que não é a de oposição sistemática, mas de uma oposição responsável, enérgica, firme e inspirada no interesse público; 7 – Os governadores do PDT, finalmente, manifestaram a seus colegas de todos os estados da federação o seu empenho e interesse em trocar idéias e experiências, em busca de propostas e de ações conjuntas em benefício de toda a população de nosso país.

Contra a recessão

Primeiro negro a governar o Espírito Santo, Albuíno Azeredo quer promover o desenvolvimento com justiça social, gerando empregos e diversificando o parque industrial

Durante boa parte da campanha eleitoral, os principais adversários não acreditavam que o candidato a governador Albuíno Azeredo, que em junho tinha apenas 4% nas pesquisas, pudesse representar uma ameaça, mesmo cotando com o apoio do governador Max Mauro (de quem foi secretário de Planejamento) e da grande maioria dos prefeitos. Um dos principais assessores do senador José Ignácio, que iniciou a campanha como franco favorito, dizia que mesmo sendo um técnico respeitado e um empresário vitorioso, Albuíno jamais seria eleito porque era negro.

Na verdade, muita gente pensava assim. Embora com expressivo contingente populacional formado por negros, o Espírito Santo recebeu grande número de imigrantes alemães e italianos, cujos



Albuíno: luta contra a miséria

descendentes têm dominado sua economia e ocupado seus principais postos políticos, sendo considerado um estado conservador, principalmente no que diz respeito à sua população rural. Mas os municípios do interior, que antes abrigavam a maior parte da população, têm agora muito menos habitantes do que os centros urbanos.

Quando Albuíno começou a subir nas pesquisas e se tornou mais do que uma ameaça, descobriu-se que a cor da pele não ia influir tanto assim na eleição. Como se sabe, ele acabou eleito com o maior percentual registrado no 2º turno, derrotando o líder do governo no Senado, José Ignácio.

Na opinião do governador eleito, a sua vitória demonstra que o povo do Espírito Santo adquiriu maturidade política e não se deixa mais influenciado por esse tipo de questão. Mesmo assim, ele reconhece a existência do racismo, afirmando que o fato de ser empresário bem-sucedido não o tem livrado de situações constrangedoras.

Novo quadro político – Albuíno Azeredo afirma que vai governar sem discriminar politicamente, mas, tendo sido vitorioso em 64 dos 67 municípios capixabas, está em condições de influir decisivamente nos próximos pleitos eleitorais, principalmente se conseguir fazer uma boa administração. Dos velhos caciques, o grande vencedor é o atual governador Max Mauro. Entre os derrotados, o destaque fica para o senador Gerson Camata, antes considerado imbatível e que jogou todas as suas fichas no senador José Ignácio.

Para consolidar essa situação favorável, Albuíno precisa reverter o quadro de miséria que caracteriza o Espírito Santo, principalmente depois do Plano Collor. Além do crescimento do desemprego, das favelas e da marginalidade nos centros urbanos, tornou-se comum a fuga de agricultores capixabas para outros estados, principalmente para Rondônia. O programa de Albuíno prioriza o desenvolvimento econômico capixaba.

Municípios criam Frente Social

“**D**ecidimos assumir a luta de questionar o modelo de atendimento social ora em vigor e propor mudanças de qualidade, que determinem a fixação de políticas mais coerentes com as demandas sociais e sua gestão mais racional e de acordo com o que estabelece a Constituição Federal”.

Com tal desabafo, cerca de trezentos representantes de municípios de 22 estados encerraram, no dia 7 de dezembro passado, o I Seminário Nacional dos Estados e Municípios sobre Políticas Sociais, no Riocentro, no Rio de Janeiro, que decidiu sugerir a formação de um Sistema Único de Ação Social-Suas. O encontro realizou-se sob o lema de que “Municipalizar é preciso” e em meio ao impacto das dificuldades crescentes, que as administrações municipais vêm enfrentando no atendimento social às populações carentes e aos segmentos mais desassistidos, como os menores abandonados, mendigos e favelados, enquanto causa estranheza o

Unindo secretarias estaduais e municipais, nasce um movimento que quer reestruturar o atendimento às faixas carentes da população, dando consequência às orientações da nova Constituição e abolindo o uso fisiológico que se faz nessa área

Vinícius Barros

comportamento pouco moderno do governo federal no trato do assunto.

A veemência da declaração final do encontro marcou, na opinião de seus participantes, um instante especial, pois uniu um acentuado peso crítico contra a situação atual à decisão de se estabelecer, em âmbito nacional, uma corrente de colaboração entre os diversos agentes da área de ação social. As presenças foram marcantes – compareceram os prefeitos Marcello Alencar, do Rio; Luíza Erundina, de S. Paulo e outros 20 prefeitos, além de representantes de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre e de cerca de uma centena de cidades de grande e médio porte.

Conflitos – Este movimento suprapartidário nasceu de inquietações regionais, que atingiram, no caso do Rio de Janeiro, um avanço de organização, com a constituição da Frente Social dos Municípios Fluminenses, a qual, em 1990, realizou quatro encontros esta-



Brasil, a oitava economia do mundo, exhibe os piores índices sociais do planeta e cabe aos municípios amenizar os dramas



Pedro Porfírio, ao microfone, tendo a sua direita o prefeito carioca Marcello Alencar, vê os problemas mais agudos

duais.

A prefeitura carioca, através de sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, atuou como anfitriã do seminário, o qual teve o objetivo de debater três grandes blocos de assuntos, envolvendo a descentralização da ação social, os orçamentos públicos e investimentos sociais estaduais e municipais, e a participação da sociedade nas políticas públicas de ação social.

Tais preocupações escondem, na verdade, a inquietação com os atuais mecanismos, pelos quais os recursos destinados ao setor ficam concentrados no governo federal e têm uso mais político ou tecnocrático.

Os participantes do encontro ressaltaram a responsabilidade executiva atribuída aos municípios pela nova Constituição, no que se relaciona com o atendimento de teor social, e criticaram o governo federal, que continua a extrapolar as funções especificamente normativas, que a Carta lhe reserva. Esta é a base do conflito: o poder central tem deixado de repassar as verbas para estados e municípios, como deveria fazer, e continua a desenvolver a execução de

programas diretamente, frequentemente impondo condições aos municípios. Ou seja: o governo federal, na avaliação dos municípios, tem insistido em fugir à descentralização imposta pela Constituição.

Segundo os participantes do seminário, é doutrina pacificamente aceita que os municípios são a instância mais capacitada a prestar o atendimento social a todas as faixas carentes, pela própria proximidade entre a administração e o beneficiário. Por isso, a Carta consagrou o município como a mais apropriada instância executiva no setor. Para tanto, o manejo das verbas do atendimento social deve, segundo o preceito constitucional, ser prioritariamente realizado pelas municipalidades. Isso significaria descentralização, agilidade e maior economia. A insistência do governo federal em agir diretamente contraria essas três vantagens e cria outras distorções.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio, Pedro Porfírio, deu um exemplo prático das consequências danosas da postura do governo federal. Segundo narrou, a Lei Brasileira de Assistência-LBA vem descumprindo sistematicamente, desde

a posse do governo Collor, os convênios firmados para a manutenção de creches (no Rio de Janeiro, respondem pelo atendimento de mais de 30 mil crianças somente em favelas e comunidades carentes). Com isso, a prefeitura carioca tem assumido sozinho os encargos dessa ação, para a qual estão previstas verbas federais. Em prefeituras menos aparelhadas, a situação tornou-se caótica nessa faixa de atendimento infantil. Enquanto isso acontece, a LBA chegou a oferecer 100 milhões de cruzeiros à prefeitura carioca, desde que fossem utilizados exclusivamente num programa de recreação de férias, de maior repercussão.

“O exemplo demonstra o desperdício de recursos, entre outros aspectos, pois se busca impor aos municípios programas gerados em Brasília, que ignoram as realidades e necessidades imediatas de cada cidade ou região”, disse Pedro Porfírio, imaginando o quanto seria possível fazer, se aqueles recursos fossem repassados ao município, para uso em seus programas de fato prioritários.

Sistema Único - Para dotar o siste-



Urgências de saneamento, moradia, alimentação, emprego, educação e apoio materno-infantil desafiam os setores da ação social

Municipalizar é preciso

A Declaração do Rio de Janeiro foi o documento final do encontro de prefeitos, secretários e especialistas em Ação Social, que debateram os fundamentos do setor por três dias, no Rio de Janeiro. Abaixo, os principais trechos do documento.

“Vivemos num país de desigualdades que se aprofundam. Esta é uma nação, cujo panorama social esmaga a maioria do povo e choca a consciência dos cidadãos. Os alarmantes índices sociais – abandono infantil, desnutrição, analfabetismo, desabrigo, desemprego, mortalidade, urbanização caótica, ausência de políticas sociais consistentes e de longo prazo – chamam a atenção do mundo e colocam o Brasil no grupo de países, onde é mais gritante a concentração de renda nas mãos de poucos e a disseminação da pobreza para a maioria do povo brasileiro”.

“Em meio a tão intensas necessidades, atuam, no âmbito governamental – federal, estadual, municipal – estruturas dedicadas à assistência social, isto é, destinadas a compensar as consequências dos processos de exclusão social determinados pelos modelos político e econômico praticados no país, agravados pela política recessiva do atual governo. A tarefa da ação social, hoje constitucionalmente exigida dos municípios, transforma-se assim numa batalha sem fim, pela dimensão das carências sociais crescentes, ante a limitação dos recursos e inexistência de um sistema articulado que possa dar resposta eficiente a tais necessidades”.

“Decidimos assumir a luta de questionar o modelo de atendimento social ora em vigor e propor mudanças de qualidade, que determinem a fixação de políticas mais coerentes com as demandas sociais e sua gestão mais racional e de acordo com o que estabelece a Constituição Federal”.

“Municipalizar é preciso e isto significa descentralizar, de forma articulada, a ação social, para que cada instância cumpra o seu papel, dando economicidade ao conjunto e democratizando, de fato, as decisões e sua execução, abrindo espaço às peculiaridades regionais e locais”.

ma de atendimento social de uma racionalidade maior, baseada na descentralização e municipalização dos serviços, os participantes do seminário sugeriram a criação de um Sistema Único de Ação Social-Suas, à semelhança do Sistema

Único de Saúde-SUS. “O Sistema Único de Ação Social – diz a declaração final do encontro – que garanta um comando único em cada nível de governo, consagrará a racionalidade no âmbito do atendimento social, hoje atropelada por superposições de políticas, descumprimento de acordos e desperdício de recursos”.

Segundo o secretário Pedro Porfírio, a esperança dos fundadores da Frente Social dos Estados e Municípios é que o governo federal se associe ao esforço de modernizar o atendimento social no país, respeitando o que está firmado na Constituição e que contempla a descentralização real dos serviços.

“Já estabelecemos os próximos passos, a começar com uma reunião de coordenação do movimento no final de janeiro. Para meados de 1991, realizaremos o II Seminário, em Fortaleza”, anunciou o secretário de Desenvolvimento Social do Rio. “Mas, a Frente já está estabelecendo contatos para uma ida a Brasília, com o objetivo de fazer contatos no âmbito do governo federal e do Congresso Nacional. Deste, aliás, depende importante legislação complementar à Constituição, quanto às questões sociais”, disse Porfírio.

Do I Seminário Nacional de Estados e Municípios sobre Políticas Sociais, os participantes saíram com a determinação de ampliarem, em suas regiões, o movimento de aglutinação, contando, ainda, com o sangue novo que será injetado no setor, com a posse dos governos estaduais, a partir de março.

Exorcizando o mal



Enquanto brinca, o carnavalesco reflete a realidade

O carnaval traz de volta seu clima de delírios, que, no desfile das escolas de samba, inclui mensagens de crítica e ironia, ao lado de proclamações puramente emocionais e ingênuas

Paulo Marinho

Carro-chefe da mais representativa festa nacional, o samba de enredo não cumpre apenas a função de traduzir em rima e melodia os temas que as escolas de samba levam para a avenida, a cada carnaval. Através dos anos, as letras e temas escolhidos funcionam como um termômetro do estado de espírito da população, seja exprimindo a simples alegria da folia ou abordando temas políticos, sociais ou econômicos.

A exemplo de outros carnavais, os

sambas de 1991 explicitam algumas das principais preocupações da população brasileira, olhadas agora a partir do cotidiano do homem do povo.

A sinopse que o carnavalesco Alexandre Lousada encaminhou aos compositores da Escola de Samba Caprichosos de Pilares, meses após o carnaval de 1990, dizia, em seu trecho mais contundente, que "a fome e a miséria, apesar do vasto e fértil solo, formam um quadro de realismo, onde figura a maior parte de nosso povo; as pestes são várias, muitas geradas pela subnutrição, pela falta de saneamento, outras pela poluição".

Para o jornalista e cronista carnavalesco Juvenal Portela, a elaboração do enredo "Terceiro Milênio - Em busca do Juízo Afinal" marca bem a tendência que vem se verificando desde 1983, quando a mesma Caprichosos de Pilares levou, para o recém-construído sambódromo, uma feira livre: "Naquele ano - lembra Portela - o carnavalesco Luís Fernando inovou, ao deslocar para o indivíduo e seu cotidiano a origem da crítica social dirigida aos governantes, incapazes de controlar a escalada dos preços".

Inovação - Muito embora a abordagem dos temas sociais não fosse nova nos desfiles carnavalescos, ela se dava necessariamente a partir de acontecimentos épicos de nossa história. Considerado o mais belo samba de enredo de todos os tempos, "Seca do Nordeste", composta em 1951 pela dupla Valdir e Gilberto para a Tupi de Braz de Pina, uma escola carioca, tocava de leve na questão agrária.

"Mesmo assim - diz Portela - chegou a ser classificado como sacrílego por setores mais conservadores, porque, num de

seus trechos, dizia que *as lágrimas do lavrador se uniram às nuvens do céu.*

Se a visão poética que a Tupi de Braz de Pina teve da realidade brasileira não chegou a provocar maiores consequências, outro episódio, acontecido na década de 70, cerceou o desfile da escola de samba do Império Serrano. O samba "Heróis da Liberdade", do cultuado Silas de Oliveira, teve uma parte de sua letra trocada nos bastidores, por imposição do regime militar, que viu uma conotação contestatória no trecho que dizia *de lamento em lamento, o negro pedia o fim da tirania.*

Clementius do caratê - Mas, os tempos são outros. Com o tema "Já vi este filme", a São Clemente, única escola da Zona Sul do Rio, párodia, em 1991, a ascensão ao poder do atual presidente da República.

Descreve-o, na sinopse do enredo, como o descendente de um monarca que, no ano de 3989, chega ao poder através de aguardadas eleições e, num golpe mortal de caratê, liquida com as novas esperanças. No samba, a escola do bairro de Botafogo, que já levou ao sambódromo o tema do menor abandonado, diz que *passaram os anos, foi aberta a exceção / diretamente vai às urnas o povão / cansando, confiscado, sem saber o que fazer / vendo Clementius novamente no poder.*

A crítica social, no entanto, não predomina na escolha dos temas e elaboração dos sambas. Hoje, como outrora, alguns enredos cantam a folia como o remédio para todos os males. Na Unidos da Tijuca, o samba enredo "Tá na mesa Brasil" diz, que *meu povo se encanta, de bem com a cidade a cantar, de braços dados com a folia, nesta festa popular, assegurando que dá elite à raiz, o rei mandou convidar, sem distinção de classes.*

Até economês - A variedade de temas e enfoques demonstra que as escolas de samba são uma forma de expressão e, enquanto tal, a exemplo de outras atividades culturais, não devem ser cerceadas em seu processo criativo. "Enquanto algumas acentuam a crítica social e outras cantam a folia pela folia - diz Portela - as grandes escolas, como a Mangueira, com o enredo 'As três rendeiras do universo',



Na crítica ou na ingenuidade, o momento do brasileiro lavar a alma

Maldade, floresta, fim do mundo

Eo egoísmo, o individualismo excessivo beiram a insensibilidade. Das aldeias primitivas às nações atuais, o cavaleiro da guerra deixa um rastro de morte, mutilação, orfandade, peste, destruição, pobreza. E na injusta distribuição das riquezas do planeta, no desamor, no desrespeito aos direitos humanos, a fertilidade necessária para semear a fome encontra o solo pronto, adubado. Assim, a evolução humana é pautada por toda sorte de incertezas quanto ao futuro". (Do enredo "Antes, durante e de'pois – o despertar do homem", da Acadêmicos do Grande Rio)

Mas, de repente, em Xapuri, no Acre, um grito ecoa bem alto. Chico Mendes, seringueiro humilde, corre em defesa da natureza, do fraco companheiro dos seringais, do desprotegido índio. Seu espírito de defesa da região corre mundo. Por sua luta torna-se porta-voz de seus companheiros explorados, até que, numa noite, em dezembro de 1988, é morto por um pistoleiro a mando de pessoa incomodada por seu grito" (Do enredo "Chico Mendes, arauto da natureza", da Lins Imperial)

O fim do mundo é um espetáculo alucinante. A terra está seca e desapareceu toda a vida da superfície terrestre. No dia 7 de setembro de 3822, o monarca Clementius, que reconstruiu a civilização, grita *Independência ou morte!*. Em esplêndido golpe militar, em 15 de novembro de 3889, derruba sua própria monarquia e proclama a República. E, no carnaval de 3991, a terra está do jeito que o diabo gosta – escura, poluída, violenta, criminosa, consumista, bárbara, dantesca. Para de novo tudo acabar na quarta-feira. Já vi este filme!" (Do enredo "Já vi este filme", da São Clemente)

Destacados do conjunto de 16 enredos das escolas de samba do grupo especial, do Rio de Janeiro, os trechos acima encadeados parecem compor o roteiro de um filme. Juntos, eles constituem uma das muitas combinações que podem ser feitas a partir da leitura desse verdadeiro mosaico de cenários, personalidades, mitologias, modismos, crítica social ou simples apologia da folia. Exemplificam, no entanto, a crescente preocupação dos carnavalescos com as principais questões que afetam a qualidade de vida da população e ameaçam sua própria sobrevivência.

Paulo Marinho

e o Salgueiro, com {Me masso, se não passo pela Rua do Ouvidor}, retomam os temas tradicionais em 1991".

Portela identifica ainda, nas letras dos sambas para o carnaval do próximo mês, a assimilação de certos termos da linguagem econômica que, largamente utilizados pela burocracia administrativa, acabaram incorporados ao vocabulário do povo, após a edição do último plano econômico. São expressões como *eu tô até na liquidez do abacaxi*, do enredo "Chuê, Chuá, as águas vão rolar", da Mocidade Independente de Padre Miguel; a menção à dolarização de nossa economia, nos enredos "Brasil brega e kitsch", da Estácio de Sá; e "Tome polca", da Unidos de Vila Isabel. Pontuam as melodias, aqui e ali, com situações que vêm afetando diretamente a vida e o bolso do brasileiro.

Meta-enredos – Igualmente afetadas pelos transtornos que a recessão econômica vem impondo à sociedade brasileira, as próprias escolas de samba estão vivenciando enredos paralelos, nos preparativos para o carnaval que se aproxima. Ao mesmo tempo em que buscou uma lenda ribeirinha brasileira para recontar a criação o mundo e a sobrevivência do homem, após a expulsão do paraíso, a Estação Primeira de Mangueira, que admite enfrentar séria crise financeira em 62 anos de existência, montou um galinheiro nos fundos da quadra de ensaios e ingressou nesse tipo de comércio, para completar os 80 milhões de cruzeiros de que a escola necessita para colocar o carnaval na rua, este ano.

Vivendo situação parecida com a da Mangueira, a escola Estácio de Sá encontrou um jeito novo de atrair sambistas a sua quadra de ensaios e, com isso, aumentar a receita da agremiação. Com enredo crítico ao consumismo induzido pela "televisão, deusa da fascinação", a escola do Morro de São Carlos promove, porém, sorteio de brindes, entre os quais o do disco que contém os sambas-enredo da chamada Liga Especial das Escolas de Samba do Rio de Janeiro – que nos últimos anos se transformou em sucesso de vendagem amplamente divulgado pela mídia eletrônica. Estórias que, um dia, podem inspirar um dos muitos enredos levados ao sambódromo.

Enfisema pulmonar

você pode evitá-lo

Prof. Krishnamurti Sarmiento

Enfisema pulmonar é uma lesão essencialmente anatômica, caracterizada pela distensão permanente dos alvéolos pulmonares, com destruição das paredes destes. É uma afecção crônica, dispnéica (falta de ar) e se manifesta nas pessoas entre os 40 e os 50 anos de idade. O início é insidioso (passa despercebido), porque o próprio organismo se adapta, não deixando que a pessoa se aperceba da falta de ar.

As prováveis e frequentes causas do enfisema pulmonar são o *tabagismo*, *bronquite e asma*; *poluição atmosférica*; *exposição a gases tóxicos*; *pneumoconioses*; *alterações congênitas*. Fatores de auto-imunidade: deficiência de alfa 1 antripsina.

Cigarro – O enfisema conduz à morte dramática. O paciente quer e precisa respirar e não consegue. Sabe que tem em torno de si todo o oxigênio de que precisa, mas não pode captá-lo.

Um dos principais fatores que leva a este quadro dantesco é o fumo, o cigarro. Antes, porém, o indivíduo passa pela bronquite que se apresenta com crise de intensa falta de ar, em princípio passageira, para depois termos a bronquite crônica e o trágico enfisema. A pessoa acorda pela noite, querendo respirar sem poder. A sensação é de morte.

O cigarro, tema de que já tratamos nesta seção, leva à bronquite em 95% dos casos. Bronquite é a inflamação dos brônquios, com obstrução e conseqüente dificuldade de entrada do ar e, muito mais ainda, da saída do mesmo, ou seja, da expiração. O pulmão enche, mas não esvazia. É o enfisema. Nada mais se pode fazer. Os alvéolos estão arrebentados. É como se desejássemos costurar um balão que estourou. Impossível. Nenhuma cirurgia pode ser realizada.

Alguma ginástica se faz para adaptação e compensação, mas tudo paliativo. Só interessa a prevenção, no caso, evitar o fumo. Observe que nós estamos nos delongando com relação ao cigarro, isto porque é a principal causa e tam-

*Os cuidados
contra uma
doença que
não
contamina,
mas que não
tem cura*



*Nenhuma cirurgia
pode ser
realizada. Alguma
ginástica se faz
para adaptação e
compensação,
mas tudo
paliativo. Só
interessa à
prevenção, no
caso, evitar o
fumo.*

bém por estar sob nossa dependência, dentre as demais já enumeradas.

Na nossa trajetória profissional, as pessoas não querem ser chamadas de enfisematosas, como se fosse estigmatizante. Outras não acreditam que, estando tão bem no momento, aparentemente, possam vir a sofrer de forma tão drástica.

Circulação – O enfisema pulmonar compromete a circulação. Com o tempo, leva o coração à falência, indiscutivelmente. É o *cor pulmonale* (coração que adocece por causa do pulmão). O coração cresce, aumenta de tamanho – é chamado pelo povo de coração de boi. Mais uma vez não há remédio para o coração, porque ele adoceceu em conseqüência do pulmão, que, por sua vez, também não tem tratamento. As pernas incham. O fígado cresce. A barriga enche d'água.

Em resumo, isto é o enfisema pulmonar, de que os fumantes têm toda razão de ter pavor.

Valor do voto

Os alagoanos estão ainda às voltas com as urnas, enquanto o resto do país já vive a transição de governos estaduais. A fraude eleitoral em Alagoas não desapareceu sequer na realização da votação suplementar de 16 de dezembro, que mobilizou 58 mil eleitores de seções onde as irregularidades foram descobertas. Cabos eleitorais na posse de dezenas de títulos, documentos falsos, compra de votos — as mutretas se repetiram. E não será surpresa se tudo voltar a acontecer em meados de janeiro, para quando se prevê a realização do segundo turno entre Geraldo Bulhões e Renan Calheiros.

Os episódios alagoanos comprovam a urgência de uma profunda reforma no sistema eleitoral do país. O número de fraudes demonstrou a facilidade com que se violenta o pronunciamento eleitoral do cidadão brasileiro. O voto que se deposita na urna nem sempre é o que se apura e se proclama. Mas, é possível esperar mudanças nessa área?

No aspecto político, a eleição alagoana também evidencia

outros paradoxos brasileiros: o ex-mais íntimo colaborador do presidente Fernando Collor, o deputado Renan Calheiros, concorre como opositorista e recém-rompido com o poder central, fazendo gestos de aproximação para lideranças como Orestes Quércia e Leonel Brizola. Calheiros vê a chance de transformar o segundo turno alagoano num confronto de repercussão nacional e como um primeiro passo para reformar politicamente o estado.

O candidato apoiado pelo Planalto, Geraldo Bulhões, confia no apoio direto de Brasília, tal como ocorreu no primeiro turno e aguarda mesmo a participação pessoal de Collor. Afinal, uma eventual derrota seria um desastre político para o presidente, por vários motivos.

Além da derrota em si, ficaria desguarnecida a retaguarda, com o governo local entregue a um adversário de inegável capacidade de luta e disposto a um acerto de contas, que poderia começar pelo exame dos números do governo anterior, partilhado pelo próprio Collor e por Moacir Andrade. Afinal, ainda repercutem as graves considerações que Calheiros fez contra a figura presidencial, por ocasião do rompimento, em novembro.

Quem paga o pacto?

Reduzido desde o início a quase nada, o projeto de se elaborar um pacto nacional não consegue mais disfarçar sua inviabilidade.

A Confederação Geral dos Trabalhadores-CGT decidiu cancelar sua participação nos encontros e logo foi seguida pelos próprios empresários do grupo conhecido pela sigla PNBE- Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

O coordenador do PNBE, Êmerson Kapaz, de São Paulo, revelou que o afastamento do grupo é a forma de preservar a possibilidade de futuras negociações. Outro integrante do movimento empresarial foi mais claro: Oded Grajew disse que o pacto estava atingindo uma total desmoralização. Nesse sentido, a manobra teria o sentido de congelar a idéia, sem eliminá-la do horizonte.

Tanto trabalhadores, quanto empresários, convenceram-se do pouco futuro de negociações para um pacto, nas quais um dos interlocutores, o governo, recusa-se a pactuar.

Com a inflexibilidade que tornou sua marca, o governo recusava-se a qualquer concessão, esperando, no fundo, que surgisse um pacto entre trabalhadores e empresários, no qual uns abrissem mão de salário e os outros, dos preços. O governo queria tão somente servir de testemunha do entendimento.

Para um projeto que tinha a ambição de ser um pacto nacional marcante para o futuro do país, os limites impostos pelo governo eram estreitos e imediatistas demais. Mais uma demonstração de que a atual administração carece de um projeto estratégico para o Brasil.



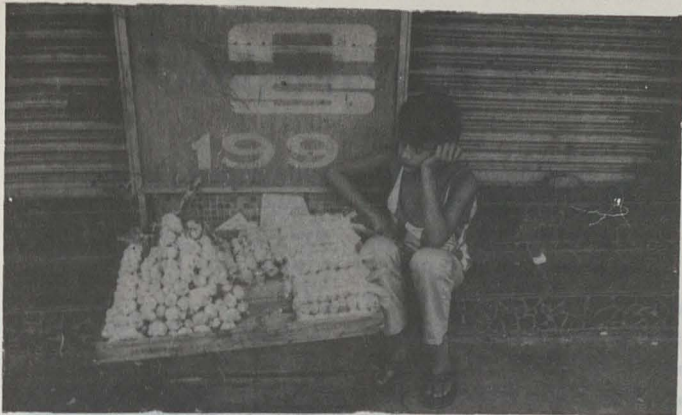
Tetos

A falta de investimentos sociais, associada à queda do poder aquisitivo da população brasileira, está aprofundando o fosso entre a necessidade e a possibilidade de o brasileiro adquirir casa própria.

Segundo números do setor imobiliário, a existência de mais de treze milhões de favelados, nas principais cidades do país, se explica pela falta de 12 milhões de moradias, nos últimos dez anos. Daí, além da explosão favelizante, as invasões de terrenos, os loteamentos clandestinos e os

conflitos que os envolvem, além das carências de saneamento e de outras infra-estruturas sociais.

Com uma população crescente, que exige pelo menos um milhão de moradias por ano, o país não dispõe de uma política habitacional. O acesso à moradia, um dos direitos básicos da cidadania, fica assim restrito às camadas mais abonadas da população. Ao resto, a maioria, cabe improvisar soluções nas favelas e autoconstruções ou aguentar-se, enquanto possível, no sistema de aluguel.



Sem futuro

Mais uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE revela aspectos do drama nacional: no país, os jovens até 17 anos são 58 milhões, dos quais 48 milhões vivem submersos em condições de pobreza e carências culturais, que lhes eliminam qualquer horizonte de futuro decente. Pertencem a famílias que dispõem de renda mensal de até dois salários mínimos. Com a perda permanente do valor do salário — parte integrante do plano econômico do governo — essas famílias e seus filhos são pessoas impedidas de fazer um projeto de vida. Mal sobrevivem.

A falta de perspectiva se acentua, quando os números apontam sete milhões de crianças e adolescentes já em atividade remunerada, trabalhando para reforçar a renda familiar, mas com ganhos, na maioria, abaixo do salário mínimo. No lugar de escola, meio salário mínimo — este é o caminho mais curto para o subdesenvolvimento.

Falta projeto

Condenados os matadores do sindicalista rural e ecologista Chico Mendes — Darli e Darci Alves Pereira cumprirão 19 anos de cadeia — a tendência será a de o caso cair no esquecimento, já que se trata de assunto resolvido, pelo menos até a próxima execução de algum líder camponês, uma vez que pelo menos meia dúzia deles está sob ameaça de morte. Mas, por enquanto, a tendência é mesmo amainar a onda Chico Mendes.

Passada a onda, o que se divisa é o mesmo quadro de

incertezas, frustrações e confrontos no mundo rural brasileiro, em particular na Amazônia. E para tantos desacertos não existe um *juízo* que venha a dar a resposta de que necessitam milhões de trabalhadores sem terra.

Ficou obscurecido em toda a discussão da morte de Chico Mendes o fato de que o sindicalista lutava pelo direito ao trabalho e à sobrevivência de milhares de pessoas, quando arriscava a vida para manter de pé os seringais e impedir a entrada dos pastos e do boi.

Garimpo em ação

A caminho de ano e meio, a decisão de retirar os garimpeiros da reserva indígena dos ianomâmis, em Roraima, ainda não produziu seus efeitos de modo completo. Já foram destruídas 61 pistas clandestinas de pouso, os portões de entrada dos trabalhadores. Mas, continuam abertas outras 40.

A ação da Polícia Federal, encarregada de explodir os campos clandestinos, não conseguiu impedir até agora que continue a mineração ilegal e os destrutivos contatos com os indígenas. E novas verbas para continuar a operação somente sairão agora, em 91.

As pistas ainda em funcionamento permitem a entrada de novas levas de garimpeiros, principalmente na reserva de Surucucu. A Funai, por sua vez, não conta com estrutura adequada para dar conta da missão de proteger os índios e denunciar os contatos indevidos com os invasores.



Por feliz coincidência, salvar o seringal na Amazônia é também manter intocada a floresta.

Saudoso das próprias matas que devastou ao longo dos últimos séculos, o Primeiro Mundo encantou-se com a parte ecológica do drama de Chico Mendes e de seus seringueiros. Até mesmo uma acirrada luta pelos direitos de fazer um filme sobre o assunto ainda persiste.

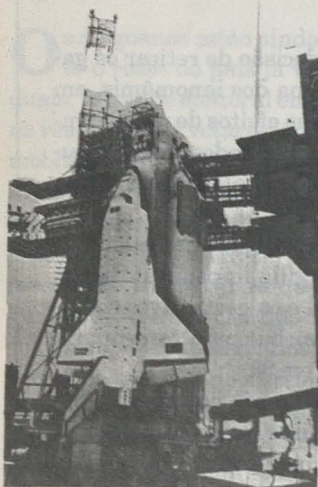
Mas, os emocionados europeus e norte-americanos não conseguiram vislumbrar o drama social que envolve os poéticos seringais e as demais atividades rurais amazônicas, assunto pouco propício a filmes. A condenação dos ma-

tadores de Chico Mendes lava a alma de todos.

A questão do desenvolvimento econômico e social na Amazônia, porém, persiste como um desafio para todo o país, ao lado do desafio de responder aos impasses trágicos de todo o campo brasileiro. A tragédia fundamental, porém, consiste na falta de um projeto brasileiro para seu futuro e para o aproveitamento racional de seus recursos naturais, o que pressupõe reformas no campo.

Mas, o Brasil não tem projeto para seu futuro global, quanto mais para a Amazônia em particular. Assim, continuará sendo o reino da motosserra e da espingarda.

Atrás de tecnologia



Se a Europa pretende se beneficiar da tecnologia de ponta que está na União Soviética, por que o Brasil não deveria fazer o mesmo? Parece ser este o pensamento de setores brasileiros, que estão tornando mais frequentes os contatos com os soviéticos. Estes demonstram, cada vez mais, o interesse em expandir a parceria comercial e científica com o Brasil.

Os gestos soviéticos são considerados eloquentes, como a deferência de fazer do embaixador brasileiro em Moscou, Sebastião do Rego Barros, o primeiro representante estrangeiro a visitar o que é considerado o coração da indústria de alta tecnologia da URSS, a região de Kuibishev, onde se concentram a pesquisa nuclear e espacial.

Em contatos com seus pares de Moscou, esteve também o ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, um homem capacitado a entender a questão da tecnologia, pela vinculação de sua Arma com o assunto, como é exemplo o Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos, e a vitoriosa experiência da Empresa Brasileira de Aeronáutica-Embraer.

Em troca da transferência de tecnologia, à URSS interessam matérias-primas industriais, alimentos e serviços, que o Brasil estaria capacitado a fornecer em condições vantajosas.

Navegar é preciso

Parado um pouco por várias partes do mundo, o Lloyd Brasileiro vive momentos cruciais: seus navios apreendidos por dívidas em portos estrangeiros denotam o empenho do governo em extinguir a companhia estatal, vítima de um longo processo de inviabilização, que tomou a forma de uma dívida superior a 400 milhões de dólares. O governo entende que não lhe cabe ter uma frota comercial e a Medida Provisória 288, de 17 de dezembro, decreta o fim da empresa, uma decisão que pode vir a custar mais de um

bilhão de dólares, incluindo o pagamento de dívidas, indenizações trabalhistas, etc.

Mas, muita água pode correr ainda por baixo dos navios do Lloyd: a Marinha comunicou o interesse em ver a companhia mantida, pelo seu valor estratégico para o país. Uma posição inteiramente contrária à visão neoliberal da ministra da Economia e de sua equipe, principais interessados em acabar com o Lloyd.

A privatização mostra-se problemática, pelo passivo existente, a não ser que o governo promova um custoso saneamento, antes de passá-la a mãos particulares, um processo que se tornaria problemático até politicamente. Aos interesses privados do setor atenderia melhor a ex-

Mostrar o povo

A Associação Brasileira de Vídeo Popular está organizando o Concurso de Roteiro para a produção de vídeo de caráter documental ou ficcional Segundo os organizadores, "o concurso está aberto aos grupos dos movimentos sociais e realizadores interessados na pesquisa e documentação de problemáticas sociais em vídeo, que possam trazer uma contribuição significativa para o debate, crítica e compreensão da realidade brasileira".

Os roteiros premiados terão apoio financeiro da Fundação Ford para a realização do projeto, que deverá ter um mínimo de 5 e um máximo de 30 minutos. Pelos prazos estabelecidos, o roteiro deverá ser entregue à comissão julgadora até o dia 28 de fevereiro. O re-

sultado será conhecido até final de maio e os premiados deverão produzir os vídeos até outubro de 1991.

A ABVP congrega cerca de 200 associados



organizados em diferentes regiões do país e está recebendo as propostas dos interessados na Rua Treze de Maio, 489 - Bela Vista - Cep 01327 - São Paulo. Informações podem ser obtidas através do telefone (011)284-7862.

tinção pura e simples, como quer o governo, apesar do custo adicional que a medida representaria para os cofres públicos.

Os problemas do Lloyd vêm de longe. No governo Collor, um dos instantes mais polêmicos ocorreu com a demissão do então presidente Carlos Urrutigaray, em novembro. Urrutigaray caiu atirando contra o governo, num período em que o Planalto estava também sob o foco das denúncias do demitido presidente da Petrobrás, Motta Veiga.

Prevê-se que no correr de janeiro novos lances acontecerão, particularmente com entendimentos entre os ministérios da Marinha e da Infra-Estrutura, responsável pela empresa de navegação.

Influência africana

Ao difundir a história da África e seu povo, a Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro está procurando denunciar e corrigir o racismo latente na sociedade.

Para a diretora da Divisão Afro-Brasileira, Adélia Azevedo, o racismo está aumentando na cidade. "Por uma razão muito simples: o negro está dissociado de sua herança cultural", afirma. Com isso, falta identidade e, conseqüentemente, força de pressão para abrir o próprio caminho, como no caso do

mercado de trabalho local, onde se constata uma queda da presença negra.

Um exemplo irônico ocorreu no Ciep que leva o nome do poeta negro Solano Trindade, em Bangu. Um aluno demonstrou a intensidade com que o racismo está introjetado nas classes populares. A professora Vera Lúcia Coutinho pediu um comentário sobre o caso de uma menina que, por ser negra, fora proibida de frequentar a piscina de um condomínio, na Tijuca. "Acho certo", disse o aluno do

Solano, "negro é assim mesmo". O exemplo demonstra, segundo Adélia, como não só os brancos conhecem o racismo, mas, também os negros o aceitam passivamente.

Na intenção de minorar essa situação é que se organizou o Seminário Permanente de Cultura Negra. O coordenador, professor Adílson Pinto Monteiro, diz que a nível universitário o resgate da história afro-asiática já vem sendo feito desde 1975. Mas, destaca que a nível primário e secundário o mesmo não acontece. Tanto professores, como alunos de primeiro e segundo graus, são aculturados.

Existe, segundo Pinto

Monteiro, a predominância de uma visão da Europa como centro do mundo: toda a história é ensinada e apreendida através desse conceito eurocêntrico. Apesar do continente africano ter uma relação fortíssima com a América, só aparece na história dos bancos escolares de forma inversa a sua importância.

O seminário foi organizado com o objetivo de reciclar professores e alunos e melhorar o ensino nas escolas, aumentando o conhecimento e diminuindo o sentimento racista. A idéia, de acordo com Adélia Azevedo, e torná-lo itinerante, ao mesmo tempo em que se desdobra em seis módulos.

Quase de graça

A política recessiva imposta pelo governo terá como efeito o sucateamento da empresa brasileira e sua desnacionalização – advertiram técnicos, empresários e estudiosos. Com a recessão a passos largos e o ano de 1991 lançando sobre tudo a sua cor cinza, como preveniu o governo, surge mais uma indicação de que os níveis altos da inflação e dos juros, a queda da atividade econômica e a inflexibilidade da política econômica tornam mais fácil, a cada dia, a passagem ao controle estrangeiro das firmas nacionais.

O alerta foi lançado pelo presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Francisco Souza Dantas, ao constatar o aumento das aplicações de fundos e investidores externos nas bolsas brasileiras, adquirindo ações. Como resultado do plano econômico, segundo Souza Dantas, os investidores brasileiros reduziram sua presença, as ações despencaram e os investidores externos estão com campo livre, adquirindo ações por até um centésimo do valor real. Segundo o



presidente da Bolsa do Rio, a curto prazo se poderá dar o controle externo sobre muitas empresas nacionais que têm suas ações negociadas.

Somente uma política diferente da atual, segundo Souza Dantas, poderá reverter o quadro. Para isso, o investidor brasileiro deveria ser estimulado a investir, o que os bloqueios e juros altos impedem.

A propósito, seria conveniente lembrar que, em meados de dezembro, as autoridades monetárias dos Estados Unidos decidiram combater o início de recessão na economia norte-americana e trataram de estimular os investimentos, come-

80 anos da Chibata

No último dia 22 de novembro, completaram-se 80 anos da Revolta da Chibata, a rebelião dos marinheiros contra o código disciplinar da época, que incluía castigos físicos, como o açoite, como se fazia nas fazendas da época do cativeiro, contra os escravos. O episódio histórico, focalizado em livro por Edmar Morel, mereceu uma comemoração no mês passado, com a exposição "João Cândido, o negro que violentou a história", organizado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio, lembrando o líder da rebelião, o marinheiro João Cândido.

A revolta de 1910 – que explodiu após a aplicação da pena de 250 chibatadas no marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, no encouraçado Minas Gerais – deu resultados, pois o código disciplinar foi humanizado. Mas, João Cândido, que na época tinha 30 anos, e outros cabeças do movimento tiveram que enfrentar prisões e sofreram discriminações até o fim da vida. João Cândido viveu ainda 59 anos após aqueles acontecimentos, morrendo, em 1969, aos 89 anos de idade.

O monopólio necessário

Ricardo Maranhão*

O monopólio estatal do petróleo, conquista histórica do nosso povo, fruto da memorável campanha "O Petróleo é Nosso" que resultou na criação da Petrobrás, pela Lei 2004/53, princípio consagrado nas Constituições de 1967 (artigo 162) e na emenda número 1 de 1969 (artigo 169) e recentemente consolidado na Lei Maior de 5 de outubro de 1988, volta a ser questionado.

Pouco mais de dois anos decorreram desde a promulgação da Carta de outubro de 1988, e nem mesmo o amplo consenso suprapartidário que garantiu a reafirmação do princípio do monopólio, apoiado por mais de uma centena de entidades da sociedade civil de âmbito nacional e por treze governadores – inclusive o ex-governador de Alagoas, atual presidente da República – inibe a ação dos adversários da Petrobrás.

Em nome da modernidade pretende-se abolir esta conquista, tão cara aos brasileiros. Desenvolve-se intensa campanha, com a qual se procura a desmoralização da Petrobrás e o desmembramento dos seus trabalhadores.

Cabe recordar alguns fatos.

Durante muitos anos, esses mesmos interesses negaram a existência de petróleo no Brasil. Dominando o mercado petrolífero, a eles não interessava a abertura de novas áreas produtivas. Entre 1859, data da descoberta do petróleo na Pensilvânia (EUA) e 1938, marco da legislação nacionalista que reservou aos brasileiros a exploração do produto, nenhum grupo estrangeiro interessou-se em investir no Brasil. O capital privado nacional, por outro lado, ou não tinha condições financeiras e técnicas ou jamais quis correr o risco deste tipo de exploração.

Em janeiro de 1939, os brasileiros fizeram jorrar o petróleo em Lobato, Bahia. Não era mais possível negar a sua existência no nosso subsolo.

Os argumentos mudaram. A indústria do petróleo, complexa, de tecnologia sofisticada, exigindo colossais volumes de investimentos não estava ao nosso alcance. "Eramos pobres, ignorantes, não tínhamos tecnologia, "tupiniquins". Devíamos, se desejássemos o sucesso e a riqueza, entregar o nosso petróleo às companhias internacionais.

O povo se mobilizou na maior campanha de que se tem notícia na história do Brasil. Foram mais de cinco anos de debates nas ruas e no Congresso Nacional. Uma campanha da qual participaram as elites intelectuais, militares, culturais e políticas.

Nasceu a Petrobrás. Os brasileiros, com imensos sacrifícios, patriotismo e competência, a transformaram na maior empresa do hemisfério sul, a décima-terceira companhia de petróleo do mundo, expressão máxima da capacidade realizadora da nossa gente.

A Petrobrás enfrentou o ceticismo de muitos, derrotou a má vontade de outros. Formou milhares de técnicos tão devotados como os seus trabalhadores aos objetivos da empresa, na consciência de que esses objetivos se confundem com os da nação. A obra da Petrobrás é admirável e merece o respeito de todos os brasileiros.

Aos que defendem a volta dos contratos de risco, proibidos pela Constituição de 1988, em razão de seu fragoroso fracasso e flagrante ilegalidade, devemos responder com a nossa própria experiência e a de outros países.

Em 15 anos, as 35 maiores empresas petrolíferas do mundo, em 243 contratos e dispo de 87% da área sedimentar brasileira, não lograram produzir uma gota de óleo. Em período muito menor e não obstante a política de preços, insensata e imprudente, que a levou a reuuzir nos últimos anos os seus investimentos, a Petrobrás mais do que quadruplicou a produção. Não é preciso ir longe para colher outros ensinamentos nessa área. Na vizinha Argentina, a quebra do monopólio da YPF fez o país perder, justamente para o Brasil, a sua condição de maior produtor de petróleo da América do Sul. Os investimentos estrangeiros naquele país são irrisórios, se comparados com os da Petrobrás.

O controle, cada vez maior, do Estado sobre a indústria do petróleo é um fenômeno histórico irreversível. Ele impõe-se por razões de segurança e soberania. No petróleo, moderno é ser estatal.

O petróleo é o sangue das nações. É produto estratégico, fundamental para a segurança econômica e militar dos países. Os quase seiscentos mil soldados enviados, por mais de uma dezena de países, com milhares de aviões, tanques, navios e armamentos à região do Golfo Pérsico não deixam dúvidas quanto à necessidade vital do seu controle.

"A nação, que entrega a exploração do seu petróleo a estrangeiros, não zela pelo seu futuro", já ensinava o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em 1913.

Por tudo isso, o monopólio permanecerá e a Petrobrás, mais uma vez, vencerá, para o bem do Brasil.

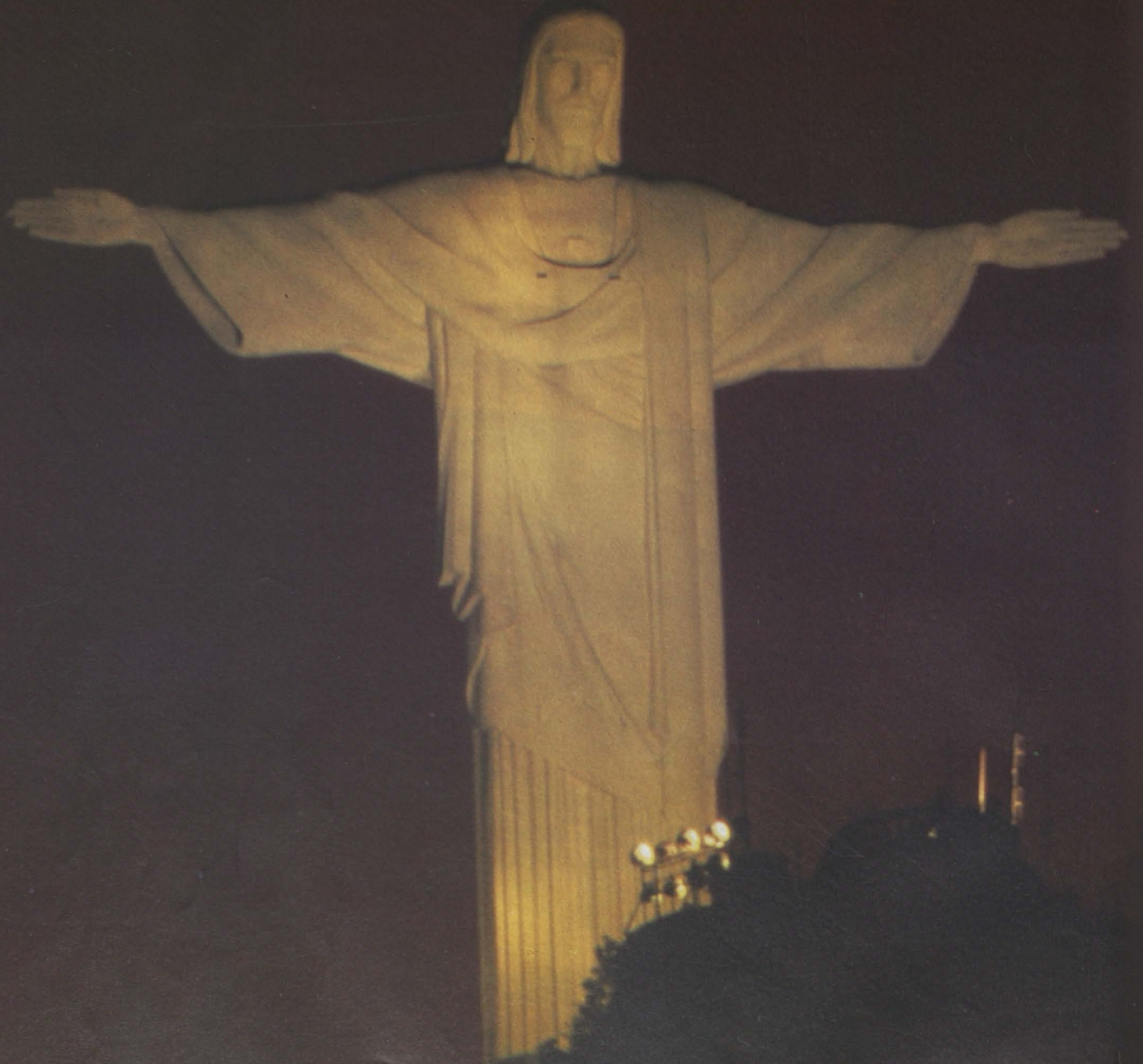
*Ricardo Maranhão, engenheiro, é diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás e conselheiro do Clube de Engenharia

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260



P
d
co
(a
1
sc
1
d
b
co
re
ap
ti
na
cl
pr
do
se
br
p
de
re

in
tr
pe
tu
18
Pe
gi
br
nl
ep
na
co
m
ex

Rio, o Brasil de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO